

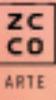
GTRANS

Grupo de Pesquisas Transdisciplinares
Universidade Federal de São João del - Rei (UFSJ)

SEMINÁRIO
2021



por: @joão_pedro_zuccolotto_vulgo_zucco



@vulgo_zucco



**Grupo Transdisciplinar de Pesquisa
em Arte e Sustentabilidade**

**Anais do I Seminário do
Grupo Transdisciplinar de Pesquisa em Arte e Sustentabilidade
(GTrans)
da Universidade Federal de São João del - Rei (UFSJ)**

26 de Fevereiro de 2021

São João del-Rei – Minas Gerais - Brasil

Os artigos publicados neste memorial foram editorados a partir dos originais finais entregues pelos autores, sem edições ou correções feitas pelo comitê técnico.

Anais do I Seminário do Grupo Transdisciplinar de Pesquisa em Arte e Sustentabilidade (GTrans) da Universidade Federal de São João del - Rei (UFSJ)

ISBN 978-65-88228-09-8

<http://gtrans.ufsj.edu.br/ISeminario/>

Organizado por:

Rita Gusmão (UFMG)

Rogério Alexandre das Dores (mestrando / PIPAUS)

Flávio Luiz Schiavoni (UFSJ)

Arte da Capa:

Apocalipse Orgásmico, 2021

João Pedro Zuccolotto (@vulgo_zucco)

Editoração:

Flávio Luiz Schiavoni

A permissão de fazer cópias digitais ou impressas deste trabalho ou parte dele para uso pessoal ou em sala de aula é dada desde que estas cópias não sejam feitas ou distribuídas para fins comerciais e que estas cópias citem totalmente esta primeira página.





ZC
CO
ARTE



SANGUE, SUOR, CUSPES & PERDIGOTOS

ou

Nenhum assunto é trivial

João Pedro Zuccolotto

artezucco@gmail.com

Neste exato momento, estou experienciando a liberdade acadêmica. Isso é raro, quero aproveitar esta oportunidade para ser o mais sincero possível e relatar as sensações de escrever no presente, não obstante, de que a cada palavra escrita, nesse (im)possível ensaio, já se encontra no passado. Vou dar o meu melhor, escrever sem amarras métricas e ABNT's que por vezes já estão ultrapassadas.

Tentarei verdadeiramente “ser” enquanto escrevo.

Primeiro, devo confessar que dá um frio na barriga ter tamanho desprendimento. Sabe aquela frase? — “Não sabia o que fazer com a própria liberdade? ”... Então! (Risos). Fatalmente meu ensino, até pouco tempo atrás, foi empregado por tais cerceamentos curriculares.

Quero, agora, escrever como Clarice Lispector naquele livro visceral intitulado “Água Viva”. Será como tomar um gole de redenção academista na busca do meu próprio devir para, quem sabe, afetar o devir do outro. Acredito que para se alcançar o devir do outro não há sentido em escrever de forma inacessível...

O intuito final, não é difundir o conhecimento? Pense numa produção de conhecimento que chegaria a lugares inimagináveis, na geração de recursos humanos à ambas as partes ao invés de ser mais uma tese esquecida na prateleira da biblioteca.

Porém, para se falar de DIFUSÃO preciso pensar no PROCESSO que se dá antes disso...

Vou tomar um café para organizar as ideias e já volto!

— Voltei

Particularmente, a pesquisa acadêmica é um rizoma cheio de obstáculos e para entender-se o processo que o permeia é necessário trilhar um caminho para se chegar a possíveis respostas. Ficou meio vago, né!?

Vamos pensar diferente:

— Agora, imagine a nascente de um rio como sendo o tema que será pesquisado. Siga observando seus afluentes e fluxos numa cartografia que vá margeando este rio até chegar em sua foz que desagua no mar. Esta analogia se refere ao Pensamento sobre o Pensamento (epistemologia). Entre a nascente e a foz eu posso apenas anotar minhas análises, depende da pesquisa, mas eu também posso causar alterações durante o percurso que, como uma teia, irá reverberar romanticamente a todo esse elo interligado ao mundo das ideias (no caso o mar). Como bem disse Gloria ANZALDÚA “ É sobre afetar e ser afetado no encontro da alteridade ”... “Do devir com o outro, tornar-se ”COM”, transformar-se no e pelo outro, tanto quanto tornar-se com o outro“. Pra q superar o sujeito do objeto quando a VIDA e a ARTE/ESCRITA são indissociáveis?

É essa a pesquisa da qual acredito e vou seguir doravante! Uma pesquisa que não seja SÓ minha ou só da ACADEMIA, seja NOSSA.

Novamente segundo ANZALDÚA” a escrita acadêmica é antes, uma forma de povoar o mundo. Uma forma de fazer o mundo.... Não existe separação entre a vida e a escrita". Dessas máximas, não entendo o pq de escrevermos em 3ª pessoa como um método. Existe uma diferença absal entre o que é da ordem geral e daquilo que é intrincado em cada sujeito. Essas duas frases abaixo são exemplos nítidos disso:

“Todas as vidas importam. ”

“Vidas negras importam. ”

A primeira frase é uma escrita universal, ela achata as diferenças. Já a segunda, faz um recorte racial.

Muda totalmente o sentido.

Nesse sentido a pesquisa ganha um outro estatuto; ao se aproximar da LIDA, automaticamente ela se aproxima do “devir outro”. Como estamos vivendo um período no qual a VIDA é URGENTE. Do que adianta fazermos obras de arte, teses, artigos e por aí vai... se não EXISTIR UM FUTURO?

Como vamos apresentar nossos estudos? Para quem?

Se não houverem ações contra hegemônicas, infelizmente será para uma montanha de cadáveres.

O que vos escrevo é urgente e não podemos perder tempo com linguagens achatadas. Existem outras prioridades do que corrigir o colega da periferia a falar corretamente. Cada um tem seu modus operandi e o caso é de VIDA ou MORTE. Não cabe mais a produção esvaziada de conteúdo apenas para fazer a nota da Capes subir...urge um tempo no qual todos os esforços devem se virar para o restabelecimento da agenda sustentável.

A VIDA é URGENTE. É URGENTE CONTINUAR.

Um enorme desafio de proporção mundial. E como falar do nosso próprio tempo sem ter um distanciamento seguro para garantirmos esse utópico futuro? - Não sei, não importa, fale mesmo assim! Não apenas fale, escreva, desenhe, faça o que for possível ou será tudo em vão. O tempo em que vivemos nos exige coragem e estudo de caso para se pronunciar, eu sei, pois, está sendo difícil para mim profetizar unanimidades e trazer à luz meus pensamentos íntimos a respeito de um Novo Mundo que nos perpassa e espera. Um mundo na qual a Lei do cancelamento é Lei, na qual existe uma pandemia que nos conecta como aqui, agora, neste texto escrito com sangue, suor, cuspes e perdigotos. É preciso dismantellar todos os preconceitos (incluindo os linguísticos), implodir ideologicamente os sistemas ultrapassados e ter o discernimento de que as produções (de todas as sortes) não pode continuar sem um propósito sustentável de promoção a VIDA.

Artes, Culturas e Sustentabilidade no GTRANS: Um prefácio

Tatiana Diniz Lima

O primeiro seminário de pesquisa do GTRANS - Grupo Transdisciplinar de Pesquisa em Artes, Culturas e Sustentabilidade, teve por objetivo estabelecer uma troca de experiências acadêmicas entre os participantes e, também, entre seus colaboradores externos e possíveis futuros colaboradores. Neste seminário, os diversos pesquisadores que fazem parte do GTRANS contaram um pouco mais sobre suas atividades individuais de pesquisa, ensino e extensão e como isto tudo pode se relacionar com Artes, Culturas e Sustentabilidade. Com isto, este seminário possibilitou que as apresentações individuais servissem de inspiração para que futuras parcerias acadêmicas sejam firmadas entre nossos colaboradores e que extrapolem a formação inicial do Grupo.

O GTRANS surgiu como projeto de pesquisa do professor Adilson Siqueira ao ingressar na Universidade Federal de São João del Rey - UFSJ, como professor do curso de graduação em teatro. No princípio haviam três projetos: Karawane, estudos de performance em movimento entre o Brasil e Alemanha; Movere, um grupo de treinamento de ator; e em 2010 surge também o NAST, Núcleo de Arte e Sustentabilidade, dedicado ao ensino da arte e da sustentabilidade em espaços não formais. Com o passar dos anos, outros pesquisadores foram integrando o grupo, como o professor Glauco Santos e seu projeto de pesquisa PEFISS- Programa de Educação Financeira para INclusão Socioeconômica Sustentável, o GRupo de Estudos em Educomunicação coordenado pela professora Filomena Bomfim, e o Fortim dos Emboabas, parceria com as Artes Aplicadas e coordenado pela professora Zandra Miranda. O GTRANS hoje é um grupo de pesquisa vinculado ao Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade - PIPAUS, e integra professores de diversos departamentos da UFSJ, de outras universidade e não acadêmicos, com linhas de pesquisas que perpassam diversas áreas do conhecimento.

No ano de 2020 o GTRANS tomou novos contornos. No contexto pandêmico da COVID-19, as atividades passaram a ser desenvolvidas remotamente e o grupo decidiu se reunir semanalmente para estudos dirigidos por cada colaborador em revezamento. As novas ferramentas disponíveis possibilitaram que novos integrantes se juntassem ao grupo e estes se propuseram a colaborar de diferentes formas a partir de suas áreas de atuação.

A perspectiva utilizada pelo grupo foi que os estudos abrangessem artes, culturas e sustentabilidade, e que utilizassem para isso a óptica decolonial. As exposições perpassaram as artes e incluíram, Economia, Psicologia, Direito, estudos sobre povos originários e outras atividades. Tudo feito de forma virtual, com um colaborador elaborando o estudo e com os demais participantes colaborando de forma espontânea.

Os estudos se pautaram pelo desenvolvimento de linguagens paradigmáticas, poéticas, e práticas estético-filosóficas, de suas implicações para as práticas e concepções estéticas contemporâneas e de suas inter-relações com um futuro sustentável; como pressuposto, o paradigma da sustentabilidade, pensado como uma nova fronteira para as artes; e, por objetivo, o desenvolvimento de novas linguagens artístico-estéticas e teórico-práticas, as “ecopoéticas”, que ampliam o papel das artes no desenvolvimento de uma cultura e de uma estética de sustentabilidade rumo a um futuro melhor para o nosso planeta.

É interessante destacar que, apesar da diferença existente entre as estruturas de pesquisa dos participantes, elas convergem dentro de um caleidoscópio de temas de pesquisa. Isso foi perceptível nos encontros realizados no decorrer do ano e também no seminário que aconteceu em Fevereiro de 2021.

Este primeiro seminário do grupo foi realizado de maneira remota, devido ao momento de pandemia do COVID-19. As apresentações foram gravadas e submetidas ao evento, de forma que todos os participantes puderam assistir as apresentações antecipadamente. Estas apresentações gravadas foram acompanhadas de um texto e, em alguns casos, de um material complementar com imagens, referências e o que mais foi sentido como necessário por cada autor/a.

A programação deste seminário contou com rodas de conversa, círculos de debates, lançamento de livro e apresentação de experiências artísticas entre os participantes. Nesta troca, foi utilizado o modelo de círculos de debates, nos quais os membros que submeteram trabalhos compuseram um círculo inicial e tentaram fazer ligações entre si, formulando propostas de colaboração em pesquisa, ensino e extensão. Em um segundo momento houve uma troca destes participantes com outros participantes do evento num segundo círculo mais

amplo de inscritos previamente, onde este se debateu acerca do primeiro debate. Ao final, foi aberto para todos os participantes debaterem as propostas.

Os trabalhos foram iniciados pelo coordenador do GTRANS, o professor Dr. Glauco Manuel dos Santos, tendo como mediador o professor Dr. Adilson Siqueira. Em seguida tivemos o primeiro círculo de debates, com a temática "Ideias Pedagógicas", em que os expositores e público confluíram sobre a temática, principalmente diante do desafio da pandemia e das ações remotas.

Neste círculo, o professor Glauco expôs os desafios do seu Programa de Educação Financeira para Inclusão Socioeconômica Sustentável- PEFISS, que promove cursos de educação financeira crítica para estudantes secundaristas, da rede pública de ensino. Em especial como tornar esse conhecimento e prática acessível para comunidade em geral, ação na qual conta com a ajuda de uma equipe de voluntários sob suas diretrizes.

No mesmo sentido, de interação social, o professor Dr. Paulo Henrique Caetano abordou seu processo de pesquisa que propicia práticas discursivas, sociais e culturais, sobre produtos culturais artísticos e leva adiante uma discussão em várias áreas. Utilizando o design como conceito de frente, tangenciando o universo da arte e da sustentabilidade de forma crítica, faz o acompanhamento dos materiais de pesquisa nos meios midiáticos, em especial, nas mídias digitais. Destaca as manifestações artísticas sobre a tragédia de Brumadinho que teve, sem sombra de dúvidas, impacto social, ambiental e financeiro, conjugando-se com as ideias do professor Glauco, nesse aspecto. Sob a ótica da estética, destaca as obras de artes elaboradas com a lama advinda de Mariana, promovendo uma articulação social, dando vida e dinâmica para a compreensão desta sociedade.

Já a professora Dra. Rita Gusmão, destacou as epistemologias do sul como referência norteadora para uma educação integral, destacando que o ensino e aprendizagem devem considerar a multi-expressividade como uma habilidade e até uma necessidade de nós seres humanos, para nos expressarmos na sociedade. O conhecimento de forma desintegrada, distribuída em setores ou caixas, desencoraja o desenvolvimento de outras habilidades. E, dessa forma, também desestimula a afetividade como forma de ensino e de aprendizado. Daí a importância de nos tornar todos nós potências para as mais diferentes áreas de conhecimento tanto dentro como fora do círculo acadêmico. Isso é um elemento de similaridade entre os professores pesquisadores: a tentativa de ensino e aprendizagem nas diversas áreas, potencializando cada um de nós.

É sob essa ótica que o pesquisador Thiago Araújo destacou seu principal objetivo nesta jornada: conhecer e aprofundar princípios para desenvolver a ação física na palhaçaria e

se debruçar sobre fundamentos para dramaturgias não convencionais, sendo esse seu principal desafio. Para este pesquisador artista, a decolonialidade e a libertação de fluxos singularizantes são os principais valores a serem desenvolvidos, diante da constatação de que o Teatro, bem como a Palhaçaria, traduzem personalidades brasileiras das feiras populares coloniais e trazem máscaras genuínas e autênticas que reforçam a condição de singularidade da performatividade e da ação física cênica brasileira.

No mesmo sentido, a professora Dra. Ivana de Vasconcellos Latosinski apresentou o trabalho “Transdisciplinaridade e Matemática”. A professora destaca que o manifesto da transdisciplinaridade, de Bassarab Nicolescu, estabelece uma crítica ao processo de fragmentação do conhecimento e sugere abordagens alicerçadas na compreensão das múltiplas dimensões da realidade e o princípio do terceiro incluído, procurando, assim, transgredir as falsas dualidades entre “sujeito/objeto, subjetividade/objetividade, matéria/consciência, natureza/divino, simplicidade/complexidade, reducionismo/holismo, diversidade/unidade”, com o reconhecimento da existência de complexas pluralidades.

No segundo círculo de debates, intitulado "Entre Arte e Ativismo", o professor Dr. Adilson Siqueira destacou o seu interesse em desenvolver um arcabouço teórico-prático a partir de estudos, publicação de artigos, dissertações, teses, práticas e pesquisas que configurem uma estratégia transdisciplinar multifacetada, a qual denomina “ecopoética urbana”. Considera desejável e até necessário, que este arcabouço tenha a performatividade e o ativismo como propulsores e implementadores de práticas coletivas contra-hegemônicas. Mais especificamente, este projeto visa investigar as possibilidades de ação performática e de intervenção urbana ecopoética existentes nos conflitos espaciais e urbanos, éticos, emocionais, profissionais, psicológicos e legais que envolvem os humanos nas relações interespecies e com a presente cultura de insustentabilidade, de modo a produzir conhecimentos. Estas atividades vão desde vivências práticas em arte urbana contemporânea, permacultura, atividades de lazer, shows, festas e, o mais importante, oferece aos interessados um curso teórico-prático de capacitação em organização e gestão de eventos artivistas comunitários urbanos e sustentáveis (ecopoéticos) após nossa saída.

Em convergência com o professor Dr. Flávio Luiz Schiavoni, o professor Adilson diz que o espaço pode ser físico ou digital. Este último é desenvolvido pelo professor Flávio através do projeto ALICE (Arts Lab in Interfaces, Computers, and everything Else), um laboratório sediado no Departamento de Computação da UFSJ, que pesquisa arte digital sob uma perspectiva transdisciplinar e a aborda partindo do conceito sustentável de Software Livre, e de tecnologias abertas, uma Arte Póvera digital que pode permitir a inclusão social

no mundo digital por meio da Arte, dos processos criativos e do movimento Faça Você Mesmo. Este grupo funciona de maneira integrada com a Orchidea (An Orchestra of Ideas), um grupo de criação de arte digital que, em parceria com outros grupos de Arte da UFSJ, vem propondo uma relação indissociável entre arte e ciência, cultura e tecnologia.

Já abordando a concretude caótica da cidade, a expositora Dra. Regilan Deusamar Barbosa Pereira nos oferece uma tentativa de criar um ambiente harmônico entre nossos modos de viver nas cidades e o meio ambiente. Esta questão busca resposta na análise da diversidade do trabalho artesão, que através de oficinas conecta cultura, arte e tratamento de materiais diversos, às demandas da comunidade na qual habitam os próprios artesãos e artesãs. A manutenção econômica destas oficinas e de seus trabalhadores é foco de interesse e contribui para a resposta à questão de como harmonizar cidade e natureza. Os estudos de Richard Sennett em "O Artífice", aliados ao conceito de "Ecologia de Saberes" de Boaventura de Souza Santos, conferem a fundamentação teórica para os conceitos de sustentabilidade e humanidade, estudados pela autora.

A professora Tatiana Diniz Lima destaca que não há como viver em harmonia com tantas desigualdades alicerçadas na propriedade privada. Argumenta que a ocupação exploradora, sem a presença da distribuição equitativa da terra, muitas vezes através de latifúndios e sem atenção à preservação ambiental, gerou severos danos, além de carregar para a independência os estigmas advindos da colonização. Além dos danos ambientais já mencionados, a tardia abolição da escravidão e a ingerência governamental no país, culminaram no acúmulo de terras sob um regime patriarcal branco que, com o passar dos anos, refletiu também nas cidades através das construções desordenadas norteadas pela gentrificação. Isso reflete diretamente na disponibilidade de moradia. Onde? Como? Quanto custa morar na cidade? Quais as soluções aparentes para esse problema que implica na qualidade de vida dos moradores e, até mesmo, na segurança alimentar dos cidadãos, pergunta a autora.

Nesse sentido, Priscila Moraes Ribeiro de Paula promove, em sua pesquisa, redes de solidariedade, mercados de proximidade e responsabilidade governamental para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O propósito é discutir o potencial do enfoque da Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, como estratégia de desenvolvimento territorial, tendo em conta a emergência da pandemia. Para tanto, é realizada uma breve leitura da experiência brasileira em SAN, de onde decorrem diálogos de saberes como estratégia. Foram expostas algumas ações em curso, além de problemas tanto de ordem

teórico-metodológica, quanto de gestão, que vêm sendo colocados pela experiência de implementação do projeto em questão.

Seguindo a ideia de sustentabilidade social, a professora Dra. Zandra Coelho de Miranda, traz como alternativa e questionamento os vínculos da cerâmica com a terra, que é sua própria carne. Fala sobre se enraizar de forma irreversível na natureza, buscando a compreensão de seus processos e dinâmicas internas, que acredita serem pistas importantes na busca da sustentabilidade, com especial atenção à sustentabilidade social e uma ecologia das idéias. Assim a pesquisa cria interfaces de diálogo e atuação social e assume uma postura ativista e arte-educadora.

Por fim, e não menos empolgante, houve um momento de apresentações artísticas: o Cabaré do GTrans! Foi um espaço para a livre expressão, depois de um dia cheio de ideias e afetos.

A trajetória do GTRANS segue na direção de congregar, estimular e provocar.

Conteúdo

| | |
|--|-----|
| Diálogos transdisciplinares com o Programa de Educação Financeira para Inclusão Socioeconômica Sustentável: alcance e perspectivas Glauco Manuel dos Santos | 1 |
| Epistemologias do Sul como metodologia de ensino e aprendizagem para educação uma integral Rita Gusmão | 13 |
| Matemática e Transdisciplinaridade: Uma reflexão sobre a proposta transdisciplinar e a história da matemática Ivana de Vasconcellos Latosinski | 24 |
| Jornada da raiz à planta - estudos em singularidades e dramaturgias cômicas Thiago Pindaiba | 33 |
| Atravessamentos e diálogos transdisciplinares possíveis: Um chamado à ação compartilhada conjunta Adilson Siqueira | 37 |
| Possíveis fronteiras de pesquisa em Arte, Cultura e Sustentabilidade Digital Flávio Luiz Schiavoni | 44 |
| Segurança alimentar, pandemia e extensão universitária Márcio Carneiro dos Reis, Bárbara Brasiel Neiva, Priscila Moraes Ribeiro de Paula | 56 |
| ARTÍFICE ENTRE URBANIDADE E NATUREZA Regilan Deusamar Barbosa Pereira | 81 |
| POÉTICAS DA NATUREZA E SUAS INTERFACES COM A SOCIEDADE Zandra Coelho de Miranda, Luciana Campos de Pinho Monte Mór, José Augusto de Paula Pinto | 99 |
| Interações urbanas de grafiteiros/pichadores no instagram Thiago de Andrade Morandi | 111 |
| ENQUANTO MORAR FOR UM PRIVILÉGIO, OCUPAR É UM DIREITO Tatiana Diniz Lima | 119 |
| ECOPOÉTICA PERFORMATIVA A PARTIR DA DANÇA DE CONGADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA Genilson Antonio Ferreira | 128 |

Diálogos transdisciplinares com o Programa de Educação Financeira para Inclusão Socioeconômica Sustentável: alcance e perspectivas

Glauco Manuel dos Santos¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo esboçar, em linhas gerais, uma proposta de trabalho conjunto a entre o Programa de Educação Financeira para Inclusão Socioeconômica Sustentável (PEFISS) e a contribuições trazidas pelos trabalhos apresentados durante o primeiro Seminário do Grupo Transdisciplinar de Pesquisas em Artes, Culturas e Sustentabilidade. Para tanto, os objetivos, referencial teórico e metodologia do programa serão revisitados e cotejados com aportes selecionados a partir do Círculo de debates 1 - Ideias Pedagógicas.

Palavras-chaves: Educação Financeira, transdisciplinaridade, decolonialidade.

Abstract

This present article aims to explain, in general lines, a shared work proposal between the Financial Education for Sustainable Social-economic Inclusion Program (PEFISS) and the contributions brought by the projects presented on the first seminar of the Transdisciplinary Group of Research on the Arts, Cultures and Sustainability. Thus, the objectives, theoretical references and the program's methodologies will be revisited and analyzed with selected contributions of the first debate circle - education ideas.

Keywords: Financial Education, transdisciplinarity, decoloniality.

¹ Glauco Manuel dos Santos, professor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São João del Rei, líder do Grupo Transdisciplinar de Pesquisas em Artes, Culturas e Sustentabilidade e coordenador do Programa de Educação Financeira para Inclusão Socioeconômica Sustentável (glauco@ufsj.edu.br).

Introdução

Como exposto durante o primeiro Seminário do Grupo Transdisciplinar de Pesquisas em Artes, Culturas e Sustentabilidade (GTRANS), o Programa de Educação Financeira para Inclusão Socioeconômica Sustentável (PEFISS) promove cursos para professores e estudantes secundaristas da rede pública de ensino. O programa se direciona também ao atendimento de demandas específicas de empreendedores de economia solidária, comunidades de povos tradicionais remanescentes de quilombolas e de alguns dos segmentos mais vulneráveis do público em geral.

Além de cursos, desenvolvemos uma gama diversificada de atividades tais como, por exemplo, rodas de conversa sobre temas específicos, diagnóstico e assessoramento no enfrentamento de problemas relacionados à vulnerabilidade econômico-financeira. Temos nos empenhado num esforço permanente de conscientização (informação e formação), tendo em vista a sustentabilidade, em sentido amplo e multifacetado, como base para a promoção da justiça social e pleno exercício da cidadania.

A crise estrutural, protagonizada pelo processo de transnacionalização do capital, se caracteriza por instabilidade cada vez maior e mais frequente no sistema monetário e financeiro internacional. Estas contradições são críticas e apontam para a possibilidade concreta de ruptura e transformação radical do sistema mundial em função dos impactos devastadores do processo de acumulação, principalmente no caso dos países periféricos, em termos ambientais, sociais, políticos e econômicos. Portanto, não seria errôneo afirmar que o aprofundamento da exclusão social, elevação acentuada do desemprego, aceleração do processo de concentração de renda e patrimônio, forte elevação dos níveis de endividamento, inadimplência, aumento generalizado da pobreza e miséria são ao mesmo tempo causa e efeito da sindemia associada ao vírus COVID-19.

É diante deste quadro que se inscreve a necessidade urgente de uma outra Educação Financeira e Econômica (EFE), que seja radicalmente crítica, contra-hegemônica, popular, solidária e transdisciplinar. O PEFISS, desde sua concepção e ao longo de toda sua trajetória, procurou se orientar por estes princípios.

As relações deste trabalho com outros trabalhos apresentados neste evento

O presente artigo consiste num esforço, ainda em caráter meramente exploratório, de propor linhas gerais de uma perspectiva coletiva de reflexão e ação para o Programa de Educação Financeira para Inclusão Socioeconômica Sustentável, a partir das diversas contribuições trazidas pelos trabalhos apresentados durante o primeiro Seminário do GTRANS. Para tanto, os objetivos, o referencial teórico e a metodologia do Programa serão revisitados e cotejados com aportes

selecionados a partir do “Círculo de Debates 1” - Ideias Pedagógicas, tendo em vista suas convergências e sinergia, e sem perder de vista as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Extensão Universitária.

Iniciando pela revisão de nosso referencial teórico, convém lembrar que os principais conceitos e relações socioeconômicas do Programa se fundamentam sobre a perspectiva Marxiana, na medida em que esta permanece válida como modo de pensar criticamente a realidade econômica atual. Esta atualidade do marco de análise de Marx e sua escolha se justificam na medida em que se verifica no mundo contemporâneo a exacerbação do domínio global da lógica da acumulação de capital e a generalização do processo de mercantilização das relações sociais.

Neste sentido, o agravamento das crises estruturais para o conjunto do sistema mundial, resultante da ampliação e concentração de riqueza, centralização de capitais, mecanização e ampliação exponencial das escalas de produção, acirram antagonismos de interesses e conflitos sociais, a exemplo do que se assiste hoje em diversos países.

Da perspectiva teórica, no campo das Ciências Econômicas, o PEFISS rejeita o modelo hegemônico de Educação Financeira. No atual paradigma de Educação Financeira o tratamento do comportamento dos agentes econômicos é análogo àquele empregado pelos representantes das escolas liberal e neoliberal de pensamento econômico, segundo o qual a natureza humana é postulada de modo a tornar possível identificar regularidades e causalidades nas ações dos indivíduos.

Por outro lado, tais tradições teóricas imputam também a existência de racionalidade (isto é, os indivíduos buscam maximizar egoisticamente a satisfação de suas próprias necessidades materiais), nesta natureza humana (homem econômico), o que permite operar artificialmente o isolamento dos temas da vida econômica, subordinando-os a princípios gerais ou leis que simplificam a análise ao dispensar a necessidade de tratamento teórico de questões relacionadas às esferas política e social.

A postulação de uma natureza humana representa artifício da razão que permitiu desenvolver a noção de sistema econômico. O homem econômico é um reducionismo, um modelo abstrato colocado antes da sociedade, que torna a esfera da reprodução da vida material (economia) autônoma, ao nível do discurso teórico, em relação a questões políticas e sociais.

Com isto, tornou-se possível a transposição do paradigma das ciências da natureza (harmonismo, funcionalismo, experimentalismo) para a atividade humana e a concepção da sociedade humana como sistema regido por leis imutáveis. Deste modo, no campo econômico, a ação humana teria regras naturais e privadas (válidas para qualquer espaço e tempo histórico), que conduziriam a sociedade de maneira espontânea e harmônica a um estado de bem estar ou de

equilíbrio geral de mercado.

A esta perspectiva limitada e pouco realista, Karl Marx contrapõe a visão de que o crescimento e a distribuição de riqueza (objeto de estudo da Economia Política), são gerados num contexto social e histórico específico, ou seja, a reprodução ampliada do capital é cercada por relações sociais específicas em cada momento histórico. Portanto, ao invés de leis naturais, deveriam ser desvendadas leis de movimento da sociedade que são determinadas historicamente.

Para Marx, seria preciso analisar o todo para desvendar o papel de cada sujeito nas relações sociais. O sujeito dos processos sociais é o capital e não os indivíduos.

A principal deficiência do pensamento liberal e neoliberal, em que se baseia o atual paradigma de Educação Financeira, refere-se à falta de perspectiva histórica sem qualquer reflexão sobre aspectos sociais, políticos e ambientais. Por exemplo, para os economistas destas tradições, o capital é considerado como elemento universal (independente da história).

É certo que o capital tem uma característica universal que são seus meios de produção. Porém, só no Capitalismo a simples posse dos instrumentos de produção dá direito a uma remuneração. Portanto, o capital em sua essência carrega em si relações sociais que são específicas de uma determinada etapa histórica.

Os economistas clássicos ingleses entendiam que os direitos de propriedade eram universais, ou seja, a posse do capital decorria do trabalho e da poupança, em qualquer período da história. Para Marx porém, tais direitos foram historicamente constituídos através do movimento por ele designado como processo de acumulação primitiva.

Por outro lado, a perspectiva marxiana permanece válida como modo de pensar criticamente a realidade econômica atual na medida em que se verifica a exacerbação do domínio global da lógica da acumulação de capital e a generalização do processo de mercantilização das relações sociais. Exemplo disto é o tratamento dado pelo autor ao tema capital a juros, que permite compreender melhor fenômenos (tais como crises financeiras, especulação nos mercados, volatilidade dos preços dos ativos, etc.) dos quais decorrem graves implicações sobre a sustentabilidade econômica e financeira de indivíduos, famílias, empresas (notadamente as de intermediação financeira bancárias e não bancárias), assim como países e o próprio sistema monetário internacional.

Tal análise do capital a juros é fundamental para o entendimento de que há uma tendência à autonomização do dinheiro e do valor, ou seja, ambos tendem a libertar-se do plano da troca e da produção passando a valorizar-se independentemente do que ocorre na esfera real da economia. Tal como definido por Marx, emerge deste movimento o chamado capital fictício, isto é, títulos de dívida cuja valorização/desvalorização se opera via movimentos especulativos em relação ao

comportamento de seus preços futuros.

Na atual etapa histórica do capitalismo, a exacerbação da criação de capital fictício pode ser entendida como resultado do efeito combinado da própria capacidade de criação de moeda pelos bancos (multiplicador bancário), por um lado, e do movimento de expansão e desregulamentação dos mercados de capitais assim como sua generalização, enquanto forma de crédito predominante, por outro lado.

A importância do conceito de capital fictício está no fato de apontar o caráter ilusório de uma grande parte da riqueza acumulada nos países capitalistas:

"(...) todos esses papéis representam de fato apenas direitos acumulados, títulos jurídicos sobre produção futura, cujo valor monetário ou valor capital ou não representa capital algum, como no caso da dívida pública, ou é regulado independentemente do valor do capital real que representam como no caso das ações. Na medida em que a maior parte do capital bancário é composto por títulos desse tipo, ela é também puramente fictícia".

Desde modo, reveste-se de importância absolutamente central a revisão crítica do atual paradigma de Educação Financeira, não limitando seu alcance apenas à busca de prosperidade material individual per se, mas antes no sentido de contribuir para a efetiva construção do pleno exercício da cidadania e de um perfil de inclusão financeira não subordinada, que seja capaz de lançar as bases para a percepção crítica e não alienada sobre os temas e problemas no âmbito financeiro.

O trabalho do educador crítico envolve politizar e promover o debate, enfrentando a alienação subjacente à aparente neutralidade dos conceitos e categorias, tipicamente apresentados sob o confortável manto da técnica.

Do ponto de vista metodológico em termos didático-pedagógicos, o paradigma hegemônico da Educação Financeira também padece de extrema limitação de seu alcance e abrangência. Via de regra, tais abordagens possuem viés de natureza “bancária” em duplo sentido. Em primeiro lugar, a ênfase de seu conteúdo programático costuma se concentrar tão somente no conhecimento/utilização de produtos previdenciários e bancários (de aplicação e captação de recursos). Tal enfoque limita-se à busca, em si mesma, de eficiência marginal do capital (ou taxa interna de retorno) e adequação à composição dos portfólios individuais, bem como aos perfis particulares de gestão patrimonial e de restrição orçamentária que configuram padrões de financiamento específicos. Tratam-se, em resumo, de abordagens de caráter tecnicista e instrumental.

Em segundo lugar, mas não menos importante, educação é também “bancária” no sentido da crítica formulada por Paulo Freire em relação ao paradigma burguês de educação, isto é, que este consiste em instrumento de poder e subordinação. Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão (Freire, 2011, pág. 80).

A crença de Paulo Freire no potencial humano de constante aprendizado e busca de soluções para seus problemas norteia o pensamento pedagógico desta proposta, que conta com a iniciativa dos alunos para buscar as aulas oferecidas, trazer dados de sua realidade objetiva para análise e buscar o desenvolvimento de suas próprias competências, saberes e habilidades, em uma constante reinvenção do indivíduo.

Segundo Paulo Freire, “[...] a inclusão do ser humano, sua inserção num permanente movimento de procura [...]” (2003, p. 14) é o que o impulsiona a um permanente estado de formação, mais do que puramente treinamento. Parece que o mercado de trabalho e o mercado de consumo ditam as regras sob as quais a sociedade deve viver. Nossa proposta de ação quer colocar-se contra este aparente fatalismo, oferecendo instrumentos através dos quais seja possível repensar suas atitudes em relação ao consumo, crédito, uso dos recursos naturais, etc.

Em Adorno, a ideia de emancipação se coloca de forma a complementar a noção de autonomia em Paulo Freire, porém com um foco mais político. Adorno (2000, p. 169) trata do tema dizendo que “a exigência de emancipação parece ser evidente numa democracia”, ao mesmo tempo em que diz que “a democracia repousa na formação da vontade de cada um”. O PEFISS procura direcionar seu foco no estímulo à capacidade de atuação político-social oferecendo formação, informações e ferramentas para determinar seu próprio futuro e intervir no seu contexto sócio-político.

Mas não acaba aí nossa crítica radical transdisciplinar e contra-hegemônica, em termos teórico-metodológicos, associada à preocupação com uma outra Educação Financeira politizada, historicamente referenciada e profundamente vinculada ao campo democrático, popular e solidário. Para além disto, a Educação Financeira não pode se eximir de problematizar o tema do desenvolvimento sustentável (c.f. Agenda 21, Capítulo 36: Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento).

Em torno da questão ambiental é possível distinguir duas perspectivas antagônicas, diametralmente opostas. Por um lado, no caso das classes e/ou frações de classe com maior poder, a degradação ambiental é tratada como sendo de natureza técnica e seus riscos e impactos como um problema comum a todos, isto é, cujos custos são igualmente distribuídos pelo conjunto da sociedade. Neste caso, os instrumentos de mercado seriam os mais eficientes para proteger o

meio-ambiente, dado o progresso tecnológico e o suposto consenso político quanto ao imperativo de “economizar o planeta” (razão utilitária).

Por outro lado, do ponto de vista dos movimentos sociais, a degradação do meio ambiente é indissociável da problemática que envolve a desigualdade social. Assim sendo, seus impactos e riscos se concentram nas classes ou frações de classe subordinadas, com menor poder e, portanto, escassa capacidade de enfrentar com chance de sucesso tais impactos.

A degradação ambiental e seus efeitos não são “democráticos”, em outras palavras, a justiça ambiental depende da justiça social. Para tanto, a luta em defesa do meio ambiente exige o respeito e a garantia de condições de vida dignas a partir do enfrentamento da segregação socioespacial e da desigualdade ambiental, vinculadas ao movimento permanente de expansão dos mercados. Esta última é a perspectiva com a qual o presente Programa se identifica e se propõe a adotar como referência.

Diante do exposto, passaremos a tentar delinear possibilidades de parcerias para trabalhos em conjunto desde a perspectiva da transdisciplinar e decolonial. Contudo, antes de avançarmos nessa direção é importante lembrar que o PEFISS, desde 2010, tem desenvolvido suas atividades em consonância com as Diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Extensão, destacando-se a de interdisciplinaridade e interprofissionalidade, a partir da qual diversas parcerias foram firmadas. São exemplos disto, as parcerias firmadas com os seguintes programas: Núcleos de Artes e Sustentabilidade (NAST), do curso de Teatro; Museu do Barro do Fortim dos Emboabas, curso de Artes Aplicadas; Educomunicação, curso de Comunicação Social-Jornalismo; Programa TUGU-Ná, curso de História; Saberes da Terra, curso de Arquitetura; e Produção de Abelhas Rainhas para apicultores de São João Del-Rei e região, do curso de Zootecnia.

Atualmente foram estabelecidas parcerias com os seguintes programas e projetos: Centro de Referência de Cultura Popular Max Justo Guedes/Museu do Barro; ECOLAB/Movêre do curso de graduação em Artes da Cena; Incubadora Tecnológica e Cooperativas Populares (ITCP-UFSJ); Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Economia (NEPE); Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicanálise (Nupep); e Programa Diálogos de Saberes e Práticas para Promoção da Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional como Estratégia de Desenvolvimento no Território das Vertentes em Minas Gerais. Além destes, contamos com a participação ativa de profissionais das áreas de Direito e Psicologia, que atuam voluntariamente dentro do programa. Acreditamos que estes vínculos são fundamentais e atestam o empenho no sentido de assegurar a combinação virtuosa entre diferentes especializações, numa perspectiva holística da realidade social exigida pela ação extensionista.

Muitas e proficuas possibilidades de colaboração surgiram a partir do primeiro Seminário do

Grupo Transdisciplinar de Pesquisas em Artes, Culturas e Sustentabilidade. Considerando as parcerias pré-existentes, procurarei me concentrar naquelas outras que, ao menos em princípio, oferecem extraordinário potencial de sinergia. A primeira delas se refere à metodologia apresentada pela professora de Artes Cênicas e pesquisadora de Arte da Performance, Rita Gusmão, no artigo intitulado “Epistemologias do Sul como metodologia de ensino e aprendizagem para uma educação integral”.

Os princípios metodológicos desenvolvidos pela autora podem ser aplicados em diferentes frentes de atuação do PEFISS. Este é o caso dos cursos oferecidos para estudantes secundaristas e docentes das escolas públicas de São João del Rei. Trata-se, portanto, de incluir e articular tais princípios (representatividade, desnaturalização, emancipação, desaprender, Swaraj, Ahimsa e Pachamama) na formação de competências transversais sociais, comportamentais e técnicas. A orientação de tais competências busca o desenvolvimento crítico das capacidades cognitivas, reflexivas e criativas, nos planos pessoal e coletivo, necessárias para a construção de uma sustentabilidade plena, isto é, em todas as suas múltiplas e entrelaçadas dimensões (cultural, ambiental, social, política e econômica).

Tomando como ponto de partida a sociologia das ausências (Santos, 2002), consideramos que as diretrizes nacionais da extensão universitária no Brasil (Res CNE/CES Nº 7), configuram por definição território fértil para as Epistemologias do Sul (Santos, 2010). Portanto, representam um *locus* privilegiado para aplicação dos conceitos de ecologia de saberes, tradução intercultural e artesanania das práticas como ferramentas fundamentais para superar a monocultura do saber científico e dos processos subjacentes de invisibilização dos conhecimentos e práticas subalternos (Santos, 2007b e 2012).

A artesanania das práticas assim localizada e mediada pela tradução intercultural abre espaço para a ecologia de saberes oferecendo caminho consistente para enfrentar nas dimensões epistêmica e política a ciência capitalista, colonialista e patriarcal (Santos 2007a). Para tanto, envolve a valorização da oralidade, da escuta profunda e da justiça cognitiva como estratégia de luta e resistência contra as crises econômicas, sociais, políticas e ambientais intrínsecas à formação do sistema-mundo imperialista capitalista. É neste sentido que convergem os projetos “Epistemologias do Sul como metodologia de ensino e aprendizagem para uma educação integral” e “Programa de Educação Financeira para Inclusão Socioeconômica Sustentável”.

Este não seria um experimento inteiramente estranho, a exemplo da parceria com os arte-vivenciadores comunitários do programa NAST, coordenado pelo Professor Adilson Siqueira, também pesquisador no campo da performance, que resultou em menção honrosa na Semana de Extensão Universitária da UFSJ, em 2014.

Nesta mesma direção se insere o projeto “Práticas discursivas, sociais e culturais: devires do design da sociedade e da sociedade do design”, coordenado pelo Professor Paulo Caetano. Nossa colaboração com o programa de Educomunicação, coordenado pela Professora Filomena Bonfim, foi uma experiência pioneira neste sentido.

A narrativa contra-hegemônica exige no campo da Educação, de modo geral, e na Educação Financeira crítica mais especificamente, o engajamento na análise e desconstrução do discurso midiático alienante. Este reproduz, via-de-regra, os conhecimentos e práticas econômicas neoliberais hegemônicas que tendem a ter papel determinante na manutenção de relações socioeconômicas neocoloniais de dependência e subordinação, perpetuando as condições de exploração e subdesenvolvimento nas periferias do sistema-mundo.

O trabalho desenvolvido pelo Professor Paulo Caetano tem enorme potencial de contribuir para o esforço do PEFISS no sentido de ampliar o universo de referência dos estudantes ao tratar de temas/problemas contemporâneos absolutamente centrais. Os estudantes são confrontados, por exemplo, em nível internacional, com o processo de “globalização”, cuja interdependência econômica assimétrica exaspera o desafio de ampliação do grau de autonomia dos Estados nacionais frente à arquitetura da economia política internacional.

Por outro lado, os estudantes são instados à reflexão crítica, pois da perspectiva adotada pelo programa não é possível desvincular a discussão sobre inclusão econômica-financeira sustentável da elevação da intensidade e frequência das crises produzidas pelo movimento cada vez mais instável do mercado de capitais. Tais crises não podem ser tratadas como casual nem tampouco como resultado espontâneo de uma suposta dinâmica natural do assim chamado “mercado”. O projeto “Práticas discursivas, sociais e culturais: devires do design da sociedade e da sociedade do design”, certamente pode contribuir para matizar como os meios de comunicação, ao tratarem de fenômenos no campo político e socioeconômico, produzem e disseminam através de linguagem específica uma narrativa irremediavelmente atrelada a cultura hegemônica, ao pensamento único que oculta e invisibiliza saberes e práticas subalternos de resistência.

Por fim, temos como certa a interação virtuosa entre o trabalho desenvolvido pelo PEFISS e a reflexão proposta no artigo “Transdisciplinaridade e Matemática”, da Professora Ivana de Vasconcellos Latosinski. Os cursos ministrados pelo PEFISS envolvem diretamente o aprendizado de noções básicas de matemática financeira, a partir da perspectiva teórica proposta por Skovsmose (2000), na qual o ensino não deve se processar sem que esteja articulado com a realidade objetiva de estudantes e professores, nem tampouco com os fatores históricos, socioeconômicos e ambientais que a determinam. A educação matemática tradicional, baseada na execução de exercícios apenas para a fixação do conhecimento ensinado previamente pelo professor, esvaziada

de qualquer espírito investigativo e questionador, impede o desenvolvimento da capacidade crítica e transformadora da sociedade.

Conforme Soares (2008, p. 64), a Educação Matemática Crítica se insere no contexto da Pedagogia de Paulo Freire de desmistificar o conhecimento. Nesta abordagem, os conteúdos não são tratados de forma neutra, não referenciada em termos históricos, sociais, políticos e econômicos. Portanto, envolve assumir e incorporar explicitamente a existência de atores sociais com interesses antagônicos em conflito permanente. Desta forma, os estudantes são instados a conectar de maneira crítica estes conhecimentos com sua própria identidade social e sentimento de pertencimento de classe, numa clara convergência para o sentido e significado mais amplo proposto pelas Epistemologias do Sul, brevemente mal resumidas acima.

O trabalho apresentado pela professora Ivana Latosinski aponta para esta mesma direção quando assinala que o Manifesto da Transdisciplinaridade (Bassarab, 1999), avalia criticamente o conhecimento fragmentado que desconsidera a realidade multifacetada da realidade social concreta e objetiva subjacente ao princípio do terceiro incluído. A transdisciplinaridade aparece aqui como alternativa a partir da ruptura radical com pseudo-dualidades e da efetiva incorporação desta realidade para superação deste paradigma, associado em última instância aos cânones do pensamento norte-cêntrico e à lógica da monocultura do saber que produz não-existência.

Conclusão

Considerando, como premissa básica que as atividades extensionistas não podem e não devem ser compreendidas, por sua própria origem e natureza, senão como necessariamente relacionais e processuais, parece mais pertinente tratamos aqui não de conclusões, mas antes de algumas considerações finais.

A trajetória do PEFISS, ao longo de dez anos, possibilitou avançar significativamente na troca de saberes populares invisibilizados com conteúdos de natureza conceitual, mas também procedimental e principalmente atitudinal. Este importante fluxo de conhecimentos representa uma expressiva contribuição para o desenvolvimento da capacidade coletiva de reflexão e ampliação do universo de referência, pelo contato com modos distintos de representação da realidade através de símbolos, signos, ideias e imagens. A compreensão da pluralidade de atitudes, princípios, valores e normas de conduta, nas dimensões individual e coletiva, que produzem estas representações é simultaneamente causa e efeito da transformação da práxis.

Assim sendo, o aprofundamento no caminho por este território, através das parcerias propostas, exige avançar em pelo menos duas tarefas que parecem ser centrais, associadas tanto à idéia de “terceiro incluído”, lançada no Manifesto da Transdisciplinaridade, quanto da Sociologia

das Ausências, tal como definida por Boaventura de Souza Santos, nas Epistemologias do Sul.

A primeira, consiste em efetivamente reconhecer o protagonismo do campo popular e democrático no sentido de tornar o assim chamado “público-alvo” sujeito e não objeto de todo o processo de planejamento e implementação de programas e projetos de extensão, orientados por demandas sociais reais e não imaginadas. Nossa própria explicação da realidade deve admitir e incluir outras explicações, de outros atores, em seus próprios termos. Isto implica acolher a participação popular na identificação e explicação daqueles temas/problemas de fato relevantes, na definição de seu conteúdo propositivo, através do debate aberto sobre os resultados vinculados a uma certa visão de futuro, compartilhada vis-à-vis os desafios e recursos necessários para alcançá-los.

A segunda tarefa, intimamente relacionada à anterior, refere-se ao aumento do grau e intensidade do entrelaçamento transdisciplinar dos programas e projetos. O primeiro passo foi dado com a retomada das atividades do Grupo Transdisciplinar de Pesquisas em Artes, Culturas e Sustentabilidade e se materializou na realização de seu primeiro seminário. O próximo passo porém, implica num salto qualitativo substantivo, relativo a elaboração e implementação de projetos e programas coletivos que, de maneira análoga a primeira tarefa, deve se pautar pela radicalização da desconstrução dos feudos disciplinares, abrindo espaço no campo acadêmico para uma perspectiva que seja capaz de romper com paradigmas obsoletos e assumir a responsabilidade histórica de revolucionar em termos ontológicos, epistemológicos e de *práxis*.

“Tudo junto e misturado!”

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

AGENDA 21 CAPÍTULO 36: **Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MARX, Karl H. **O Capital: crítica da economia política**. Livro primeiro: o processo da produção do capital. Livro 3: o capital portador de juros. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Economistas).

NICOLESCU, Basarab. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. Triom : São Paulo, 1999.

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.**

SKOVSMOSE, Ole. **Educação matemática crítica: a questão da democracia.** Campinas: Papirus, 2001.

SOARES, Daniela Alves: **Educação matemática crítica: contribuições para o debate teórico e seus reflexos nos trabalhos acadêmicos.** Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Matemática, pelo Programa de Mestrado em Educação Matemática da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.** Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 63, p. 237-80, 2002.

_____. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 78, p. 3-46, 2007a.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** Trad. Mouza Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007b.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez Editora, 2010.

_____. **De las dualidades a las ecologías.** La Paz: Red Boliviana de Mujeres Transformando la Economía – REMTE, 2012.

STEPHANI, Marcos: **Educação Financeira: uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno.** Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008

UNESCO: **Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Conscientização Pública para a Sustentabilidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.** Brasília: Ed. IBAMA, 1999.

Epistemologias do Sul como metodologia de ensino e aprendizagem para educação uma integral

Rita Gusmão¹

Resumo

Esta é uma reflexão propositiva que visa mostrar que já temos condições filosóficas e metodológicas para reorganizar os processos de ensino e aprendizagem a serem desenvolvidos em escolas, de uma forma geral, porque dispomos de elementos e fundamentos críticos e criadores nas pesquisas sociais e pedagógicas da atualidade. O que ainda não conquistamos colocar em andamento é a mudança de paradigma de conhecimento, tratando-o ainda como segmento de discurso, e não como atitude no mundo e para com os seres existentes nele, vivos e não-vivos. Busca-se refletir de maneira dinâmica e por meio de breves exemplos, acerca das combinações entre os campos de conhecimento, e das possibilidades de inserção da multidisciplinaridade em alguns deles, presentes hoje entre os participantes do Gtrans. Como base filosófica para imaginar metodologias de ensino e aprendizagem, trazemos as epistemologias do Sul, a partir de Boaventura de Sousa Santos, analisando-as com Paulo Freire e Byung Chul-Han, e as Artes, campo que é meu lugar de fala.

Palavras-chave: Ensino e aprendizagem. Empoderamento. Multi-expressividade.

Resumen

Esta es una reflexión propuesta que pretende mostrar que ya tenemos condiciones filosóficas y metodológicas para reorganizar los procesos de enseñanza y aprendizaje que se desarrollarán en las escuelas, en general, porque hoy tenemos elementos críticos y fundamentos y creadores en la investigación social y pedagógica. Lo que aún no hemos logrado poner en marcha es el cambio de paradigma del conocimiento, todavía tratándolo como un segmento del discurso, y no como una actitud en el mundo y hacia los seres existentes en él, vivos y no vivos. Busca reflexionar dinámicamente y a través

¹ Rita Gusmão é professora do Departamento de Artes Cênicas da UFMG; atriz, diretora e professora de artes cênicas; pesquisadora de arte da performance com atuação em Palhaçaria e Teatro do Oprimido.
ritag924@gmail.com

de breves ejemplos, sobre las combinaciones entre los campos del conocimiento, y las posibilidades de inserción de la multidisciplinaridad en algunos de ellos, presentes hoy entre los participantes de Gtrans. Como base filosófica para imaginar metodologías de enseñanza y aprendizaje, traemos las epistemologías sureñas, de Boaventura de Sousa Santos, analizándolas con Paulo Freire y Byung Chul-Han, y las Artes, un campo que es mi lugar de expresión.

Palabras clave: Enseñanza y aprendizaje. Empoderamiento. Multi-expresividad.

O **ensino e aprendizagem** em escolas regulares, seja de crianças, jovens ou adultos, na contemporaneidade, bem poderia se tornar alvo de reavaliação para nosso próprio bem, seja no conjunto de princípios metodológicos que desenvolve, seja no modo de empoderamento que exercita como sistema simbólico. Esta reavaliação estimularia a percepção dos envolvidos direta e indiretamente nos seus processos, sobre a que sociedade estão nos levando estes procedimentos. Busco aqui olhar de forma panorâmica para questões que me parecem urgentes, e faço análise propositiva, por crer que se trata de um momento histórico no qual as transformações são urgentes, e possíveis.

Do ponto de vista do **empoderamento**, pode-se pensar com a filosofia de Jean-François Lyotard (2004) sobre o exercício de poder realizado nos processos de ensino e aprendizagem. Em especial, quando o pensador nos mostra que no processo escolar em geral, se desenvolve uma legitimação pelo desempenho, ou noutras palavras, a priorização da formação de competências técnicas, ao invés de reflexivas sobre os sistemas sociais e suas funções para o bem viver dos humanos; a formação para a ação num mercado, dito de trabalho, no qual não são as habilidades de composição entre áreas de conhecimento que são almejadas, e sim, as especializações operacionais e pragmáticas que são consumidas. Num tal sistema, se tornam operadores empoderados aqueles que dominam tecnologias de tratamento de dados e de informação mais recentes, que acumulam certificados institucionais e que demonstram experiência técnica especializada. Trata-se, penso, de um sistema que inibe a humanização, para valorizar a eficiência lucrativa, que deixa de emancipar pessoas, para garantir operários empreendedores, ágeis e hábeis no manejo da linguagem tecnicizada e no uso dos equipamentos, o que os desterritorializa. Este tipo de poder trouxe a sociedade

capitalista para um movimento de exclusões abissais, de desigualdades que utilizam uma categoria inaceitável, chamada “sub-humanos”, para classificar aqueles e aquelas que não se inseriram nestes moldes; triste é constatar que não foi por escolha que esta inserção não se deu, bem ao contrário, é por causa da própria estrutura do sistema que os evita ou expulsa. O que se pode buscar nos processos que desenvolvermos buscando sair desta rede injusta, é uma perspectiva de empoderamento que signifique a equanimidade nas manifestações sociais e culturais, incluindo aí vocabulário, emancipação e combate à violência em todas as suas formas, para todos e todas que experimentem um sistema de ensino e aprendizagem numa escola. O desejo é que o empoderamento se realize em função de uma trajetória crítica e afetuosa em relação à vida e à atuação social, mesclando os processos de observação, expressão e invenção.

Por outro lado, os princípios metodológicos pedagógicos parecem se pautar pela pergunta “para que serve isso”, ampliando a projeção mercantilista do saber e decantando a possibilidade do questionamento sobre se “isso é verdadeiro” e “se é bom para o ser humano”. Não se pode deixar de ressaltar que existem profissionais do ensino e aprendizagem trabalhando na busca de algum equilíbrio sobre estas relações, contudo, quase sempre se pode, também, vê-los confrontados e paralisados pelas diretorias dos estabelecimentos escolares, com os índices e com as colocações em tabelas de qualidade, praticadas por órgãos de avaliação, que deveriam ser de fomento. Os processos de ensino e aprendizagem escolares têm padecido de deslegitimação por bancas de produção de dados numéricos e profissionais que recitam dados em seus projetos ditos de modernização. Mas isto pode ser diferente.

Um dos elementos que faz pensar que a diferenciação deste panorama pode ser conquistada é o fato, que se precisa levar em consideração cada vez mais, de que a **multi-expressividade** é uma habilidade e uma necessidade dos seres socioculturais. Uma educação que continue dividindo os conhecimentos em pequenas porções individualizadas e específicas, tende a desencorajar o exercício da inteligência e a desestimular a afetividade quanto aos processos de aprendizado. O objetivo de um projeto de ensino e aprendizagem que busque superar a mercantilização profissional, sem deixar de formar um cidadão competente, será o de desenvolver metodologias de estudo que promovam a interatividade entre as inteligências e seus modos de aprendizado, buscando abandonar a atividade pedagógica baseada na divisão e

concorrência entre áreas de conhecimento. A inspiração inicial para esta hipótese vem de Paulo Freire: “ação e reflexão [são] de tal forma solidárias, em uma interação tão radical que, sacrificada, ainda que em parte, uma delas, se resente imediatamente a outra” (FREIRE, 1987, p. 77).

Para desenvolver uma pesquisa como esta, será necessário que a *atividade coletiva* se mantenha como um recurso para a composição de processos pedagógicos e, mesmo em momentos de recolhimento social, como uma perspectiva de ação consistente e estimulante para os projetos de aprendizado de todos os campos de conhecimento. Entendo atividade coletiva como toda aquela em que haja interação entre tarefas, opiniões e compartilhamento de apreensões, e que resultem em ações efetivas no sistema social.

Considerando estes pressupostos, proponho reunir os campos de conhecimento que se realizam hoje, para fins didáticos, nos focos de Ciência, Filosofia e Arte, e desenvolver e experimentar uma metodologia de ensino e aprendizagem que se baseie nos princípios propostos pelas Epistemologias do Sul, que são conhecidas como uma proposta de produção e validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de grupos sociais que têm sido sistematicamente silenciados pela tríade capitalismo, colonialismo e patriarcado (SANTOS, 2019, p. 17).

No fazer do ensino e aprendizagem, estes princípios podem, de fato, também ser vistos como metodologias. A descrição a seguir, almeja que as pesquisas em torno da cultura ancestral brasileira, da transdisciplinaridade, da urbanidade, da sustentabilidade, das artes e do cultivo de fronteiras, abrigadas no GTRANS no momento, possam se encontrar com uma composição experimental de processos a partir de cada conteúdo a ser ensinado e aprendido, e que sejam estimuladas a recompor formatos de resultados, ampliando, conseqüentemente, as possibilidades de mudanças sociais. E isto para que, num futuro próximo, esta experiência possa se espalhar para todas as outras pesquisas e processos de que venhamos a fazer parte.

Apresento a seguir um roteiro imaginativo de possibilidades, buscando cruzar os conteúdos que são focos de pesquisas no GTRANS, e também na atualidade acadêmica e não-acadêmica, com um conjunto de princípios propostos pelas Epistemologias do Sul, como ato de criação, tendo a certeza de que podem ser desdobrados para inúmeros

outros conteúdos e ações. Não passa por mim a tentativa de estabelecer formatos, mas sim, de imaginar fronteiras.

Representatividade

Na produção conceitual das Epistemologias do Sul, a Representatividade pode ser definida como o reconhecimento do próprio corpo como referência de comunicação e de realização de conceitos; significa compreender que somos corpo carnal, perceptos e afectos, e corpo cultural, e que, continuamente, todas estas instâncias participam do desenvolvimento do si mesmo e da produção de conhecimento. Uma tradução possível para este princípio pode ser a abordagem da influência da gentrificação na mentalidade dos seres humanos, como estratégia para a reflexão sobre a formação de ambientes de convívio. Ao compor reflexões a partir da estrutura dos ambientes de convívio, abre-se o estudo para a observação e reflexão em torno dos corpos diferentes, das ocupações diferentes, das moradias, da produção de sentido e da elaboração estética dos ambientes, solicitando informações de campos de conhecimento diversos, além de proporcionar posicionamento sobre a atualidade e a percepção individual acerca da convivência como conceito. Na convivência reside a percepção da diversidade e de como são suas representações, auxiliando a compreendê-las e viver com elas.

Desnaturalização

Neste princípio encontra-se a busca por reconhecimento da ética própria a cada situação e a cada grupo, identificando as relações culturais e políticas que desenham estas relações, e tomando como estrutura de análise a perspectiva de que ética é um sistema de trocas simbólicas para onde confluem a alteridade, a solidariedade e a comunidade. Uma transformação se faz necessária para deixar para trás o totalitarismo universalista que define o controle sobre o outro a partir de leis massificadoras e que, por vezes, não atendem às situações de convivência, para compreender que as relações interpessoais precisam da ecologia de saberes e precisam se corazonar, entendendo-se como ações no mundo; estabelecer a ética como foco para a análise, para a elaboração e para a definição de atitudes. Nas Epistemologias do Sul, a ecologia de saberes se define pelo reconhecimento da copresença de diferentes saberes e a necessidade de estudar as afinidades, as divergências, as complementaridades e as contradições entre eles, a fim

de maximizar a eficácia, seja de cada um, seja das lutas nas quais estão envolvidos (SANTOS, 2019, p. 28). O corazonar, por sua vez, é a atitude constante de equiparar razão e afetos e emoções em cada reflexão e em cada atitude. Uma ética corazonada não se ocupará de elementos que não pertençam à situação em si, evitando transpor ações e reflexões de uma situação para outra, como forma de homogeneizar os seres envolvidos. Uma desnaturalização se realiza na pesquisa das reminiscências dos movimentos dançados nas culturas urbanas e no encontro com a ancestralidade africana viva em cada um deles. Num estudo perceptivo da elaboração rítmica que se desdobra nos sotaques das regiões brasileiras e suas influências advindas das sonoridades da floresta, do mar e da montanha. E no reconhecimento de que cada corpo vivente é uma convergência dinâmica e não uma totalidade. Na nossa circunstância atual, podemos tomar como fio condutor e poético de desenvolvimento da desnaturalização a proposta de Paulo Freire, quando nos lembra que como seres vivos somos “seres que *estão sendo*, como seres inacabados, inconclusos, *em* e *com* uma realidade que, sendo histórica também, é igualmente inacabada” (FREIRE, 1987, p. 72).

Emancipação

Este princípio se faz caro a vários campos do conhecimento, mas na Pedagogia ele se transforma em multiplicidade: princípio ativo, objetivo, metodologia e resultado! Emancipar pode ser pensado para nossa atualidade como a compreensão da heterogeneidade em devir, lugar onde a negociação é secundária porque a hibridização des-substancializa a hierarquia, formalizando uma hipercultura; Byung Chul-Han sugere que as estruturas hiperculturais, e fala das que vivemos na atualidade, se caracterizam por serem um lugar entre as concentrações provisórias e as dispersões renovadas, um movimento transversal contínuo, não contraditório e não antagonista (CHUL-HAN, 2019). Emancipar se compõe, com estes pressupostos na base, de ações que tenham como objetivo reconhecer a via pessoal de realização, por meio da interação com vínculos afetivos pessoais e experiências de estudo e trabalho, de forma a compreender e realizar a interdependência. Atingir a possibilidade consistente de reelaborar a própria forma de aprender no mundo. Atravessar a tradição e realizar a polifonia entre religiões, estados, instintos, posses, conceitos. Nesta direção, a prática de economias não-hegemônicas propostas pelo PEFISS é multidisciplinar e emancipatória. Estudar a

matemática nas suas implicações filosóficas de conhecimento aberto, é emancipatório e desmistificador, e ajuda a desaprender.

Desaprender

Revitalizar o conceito de aprender, por meio da deslegitimação de parâmetros antiquados de comportamento quanto à aprendizagem, tais como: memorizar, realizar trabalhos somente pela linguagem escrita, aceitar pressupostos heteronormativos, ignorar o machismo e o imperialismo das relações de ensino e aprendizagem, reproduzir a mercantilização. As atitudes para alcançar tal metodologia, podem ser pensadas como: distinguir objetividade de neutralidade, pois que não são iguais e não querem dizer a mesma coisa; articular conhecimento científico e não-científico em todos os projetos de ensino e aprendizagem; reconceituar autoria, e assumir que as ideias são frutos de convergências, e não posses; manter fluxo evanescente entre oralidade e escrita; entender e manter as lutas sociais como conteúdos constantes que fazem interagir os campos de conhecimento; impedir as violências em todos os momentos, fases e resultados dos processos de ensino e de aprendizagem. Complementando esta perspectiva de desaprendizado, e vendo-a como parceira da desnaturalização, podemos incluir as cinco dimensões da re-humanização da educação (HENZ, 2012), que nos dão as pistas sobre como abordar as informações e as técnicas a serem ensinadas, pois conhecimento adquirido é fonte de emancipação, desde que usado com ética explícita, possibilitando sua crítica. Por exemplo para abordar as relações entre urbanidade e ruralidade, cultura e natureza, artesanato e industrialização, morar e ocupar, podemos escolher tratar estes pares de assuntos a partir de uma práxis que faça enxergar as dimensões ético-políticas, técnico-científicas, estético-afetivas e pedagógico-comunitárias, ao invés da história oficial, da transmissão de modos de fazer e da reprodução. Seria destituir a informação e colocar em seu lugar a reflexão sobre as situações e seus limites técnicos, temporais, comunitários e éticos.

Audeterminação (Swaraj)

Buscar a conquista da autodeterminação profunda, o engajamento consciente na compreensão do fato e da sua consequência, do impulso e do ato na sua elaboração e influência, mais que a conquista da independência; um cidadão que se percebe parte

influyente de um ciclo, compreende a cooperação na sua mais ampla significância: ser com. A autodeterminação alcança revelar o artífice de si mesmo que há em cada um de nós, e que é constantemente apagado pelas provas, notas, frequências e padrões inflexíveis. A autodeterminação traz consciência de fluxo, pois que não somos lineares em nenhum aprendizado, nem temporal nem corporalmente. A autodeterminação como projeto pessoal de conquista, proporciona festejar o aprender, alcançar a individualidade caleidoscópica e reconhecer a imperfeição em si mesmo (SENNET, 2019). Imaginemos abordar a segurança alimentar do ponto de vista da autodeterminação: compor a própria mesa a partir da firme atitude do respeito ao alimento, da visão ampliada de como garantir a distribuição da produção e da solidariedade com os mais frágeis no território mais próximo. Compreender a própria influência no território e na gestão da saúde integral deste território, que envolve o descarte de resíduos e a sazonalidade das compras. Entender esta atitude como elaboração do aprendizado profissional e pessoal continuado.

Pachamama

Vivenciar a natureza como ser vivo, reconhecendo os direitos de vida iguais sejam do ser humano, dos seres não-rationais, dos minerais e da flora. Reconstruir continuamente a própria realidade, revendo posições e palavras, obtendo temporalidades de maneira consciente e cultivando a presença ativa no desenrolar das ações no mundo. Compreender a intencionalidade dos estados de espírito, aceitando a delicadeza da vida e compreendendo o amor como base para a elaboração de decisões para além do impulso somente. Compreender o amor filosófico: conexão emotiva entre a ideia de si e a ideia do outro ser como constitutivo, ao menos em parte, de nossa própria verdade e prazer; interdependência com liberdade e compartilhamento (ABBAGNANO, 2007). A transposição deste princípio para os processos e projetos de ensino e aprendizagem deslocaria a competição do foco, levando, possivelmente a um entendimento do delineamento rítmico da aprendizagem: reconhecimento da coordenação indispensável de esforços corporal, mental e afectivo para a realização de movimentos físicos, ideacionais e discursivos. Uma espécie de jornada da raiz à planta...

Voz Analítica Criativa

Este roteiro é um exercício para perceber a estrutura e a influência de um objeto ou ação pedagógica no desenvolvimento da habilidade de penetrar até o cerne desse objeto e dessa ação, construindo argumentos e, se necessário, elaborando uma lógica própria para se aproximar dele. Trata-se de um exercício que é criativo, político e intelectual. Minha expectativa é encontrar parceiras/os/es de variadas áreas do conhecimento que se disponham a experimentar em si mesmos estes princípios de trabalho, com o objetivo de elaborar a melhor organização metodológica circunstancial com estes conceitos, considerando sua autonomia própria. Uma constatação definitiva é que não se conformará uma série formatada a ser aplicada em situações, mas sim, uma metodologia self-colorida (CHUL-HAN, 2019): montada segundo o contexto e as possibilidades, enfatizando o princípio que incrementará o ensino e o aprendizado coletivo da circunstância dada. Nesta característica reside a essência da metodologia inspirada nos princípios das Epistemologias do sul, que é um espaço comum e alargado baseado no reconhecimento da alteridade (SANTOS, 2019).

Almejo que a metodologia desenvolva a percepção do que é o *esforço* e de que ele se estabelece em *fluxo*, e que este fluxo é o próprio aprendizado, na medida em que cada participante do processo estabeleça um plano pessoal de ações espaciais, temporais e expressivas, com seus objetivos pré-definidos e flexíveis, podendo ser revistos a qualquer momento do processo, a ser executado de modo interdependente. A potencialização do aprendizado se dará na medida em que estes esforços traduzirem genuínos impulsos internos que, por sua vez, originem e motivem a rede de movimentos, discursos e gestos que leve a realização da representatividade. Acredito que será necessário a manutenção de um processo de longa duração, cuja função é a integração harmoniosa dos próprios esforços, e a elaboração de discurso sobre estes aprendizados. Esta harmonia de delineamento rítmico, entendida como o conhecimento da coordenação de esforços e das harmonizações constantes no desenvolvimento da trajetória, do movimento e do pensamento no espaço, virá a explicitar a experiência de aprendizagem e o seu entrelaçamento com a autodeterminação.

A fronteira entre Arte, Ciência e Filosofia é o solo onde esta metodologia pode germinar, considerando a interação que as constitui e as alimenta. A interação é a fonte da curiosidade pedagógica da nossa época. O ensinar e aprender é um percurso onde o fluxo vai expondo os participantes a situações em que as manifestações pedagógicas se

estimulam a si mesmas. Aqui, estímulo a adotar o princípio da anti-opressão, como o das Epistemologias do sul, porque com ele dá-se um atrevido questionamento, sem censura intelectual e escapado da tendência antiquada de aplicar modelos fechados a todas as ações. Institui-se a atitude de recriá-los e criar novos, na medida da inspiração. A curiosidade assume caráter formador da intelectualidade quando o alvo da investigação é nítido, mas também quando a investigação é o próprio alvo. Nesse movimento, a observação se faz um meio e um fim: é a conquista da habilidade de distinção entre o que é informação e o que é sensorialização, tecendo uma rede onde tudo é relevante para a descoberta, inclusive os erros.

Aqui cabe uma ressalva algo dolorida... Desenvolver a capacidade de pensar com lógica, de agir de modo a estabelecer associações, raciocínios e ideias, criar sequências de elementos, expressá-los, registrá-los, elaborar conclusões de maneira responsável, com constante revisão sobre a consequência social das atitudes, é uma formação nova para nós brasileiros. Envolver-se com uma manifestação pedagógica de modo a permitir que emergjam dela os elementos formais e a estrutura que a realizará de fato, e absorver-los, mantendo o questionamento com o qual se afiniza a própria percepção apreciadora, pode soar “complicado”, “utópico”, “fora do currículo”... Cabe a quem deseja a transdisciplinaridade e a justiça social, tornar-se perspicaz, vendo além do explícito. Enxergar o implícito, e até a aura da manifestação. Transcender o fato em si, decifrar implicações e consequências, ver o contexto e o que é despertado nos outros contextos com sua mudança de eixo.

Será necessário desenvolver o pragmatismo, no sentido de reconhecer os usos práticos da manifestação pedagógica anti-opressora, mesmo os que não resultarão em produção ou emprego ou remuneração, comuns no senso comum da sociedade atual; distinguir os valores que estão em jogo, os fatos e os conceitos que fazem parte desta manifestação pedagógica, é estabelecer uma posição política que, de certo modo, já está subjacente a ela, à defesa de uma atitude de mudança de propostas conceituais. Desenvolver a habilidade de debater, de penetrar as questões propostas por si mesmo e por outrem, avaliar sua coerência e sua capacidade de elucidar ideias, conceitos ou elementos; abordar as questões de diversos ângulos, perceber as perspectivas múltiplas das mesmas; ter tolerância, vislumbrar momentos e posições ideológicas na manifestação, sem pré-julgamentos, mas com atenção e experimentação teórica de seu fluxo. Preferir

os estados cognitivos conflituosos, ou seja, preferir criar e ampliar discussões, a encerra-las em uma opinião somente.

Enfim, praticar a honestidade intelectual, a disposição para reformular posições e opiniões, questionar-se e aos dogmas que pratica. Executar as propostas das manifestações como sugere a situação de ensino e de aprendizagem. Estabelecer um objetivo para a própria manifestação e para sua análise, e procurar alcançá-lo, conservando a autocrítica e mudando o direcionamento sempre que necessário.

Todas as atitudes convergem para abrir-se, sentir, envolver-se e criticar a manifestação pedagógica e suas explicações. Mas também, para desenvolver a individualidade de análise, pois em Arte, em Ciência e em Filosofia, o caráter subjetivo é premente. O subjetivo é fortemente pessoal, particular, pertence ao pensamento do humano, contém uma porcentagem de empírico, mas está calcado no sujeito, que é o ser com o mundo.

REFERENCIAS

ABBAGNANO, Nicolas. **Dicionário de Filosofia**. Coordenação de tradução de Alfredo Bossi. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 5ª. edição.

CHUNL-HAN, Byung. **Hiperculturalidade. Cultura e Globalização**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HENZ, Celso Ilgo. **Dialogando sobre as cinco dimensões para (re)humanizar a educação**. Disponível em [dialogando-sobre-cinco-dimens3b5es-para-rehumanizar-a-educac3a7c3a3o-celso-ilgo-henz.pdf](#). Acesso em 13/5/2021.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004. 7ª. Edição.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul**. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2019.

SENNET, Richard. **O Artífice**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2019. 6ª. Edição.

Matemática e Transdisciplinaridade: Uma reflexão sobre a proposta transdisciplinar e a história da matemática

Ivana de Vasconcellos Latosinski¹

Resumo

Em seu livro O Manifesto da Transdisciplinaridade, Basarab Nicolescu propõe que o conhecimento tem uma estrutura aberta, godeliana. O texto a seguir, é uma tentativa de compreender esta proposta à luz do Teorema da Incompletude de Godel. Para isto, recorremos a história da matemática.

Palavras-chave: transdisciplinaridade, matemática e sistema axiomático.

Abstract

In his book Manifesto of Transdisciplinarity, Basarab Nicolescu proposes that knowledge has an open, Godelian structure. The following text is an attempt to understand this proposal in the light of Godel's Incompleteness Theorem. For this, we turn to the history of mathematics.

Key words: transdisciplinarity, mathematics, and axiomatic system.

Introdução

Os Elementos de Euclides é primeiro livro de matemática que nossa civilização tem conhecimento. Certamente encontrar este livro teve impactos sobre o desenvolvimento da matemática. Para além do seu conteúdo estritamente matemático, o livro representa um tipo de pensamento que existiu na época e lugar em que foi escrito. Neste caso, estamos falando da Grécia Antiga, época que fortemente influenciou nossa civilização. Podemos dizer também, que o tipo de pensamento que o livro representa impactou não só a matemática mas também outras áreas da

¹Possui graduação em Matemática Computacional e mestrado em Matemática Pura pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Além disso, possui doutorado pelo IMPA (Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada) e pós doutorado pela UFMG em Matemática Pura. Possui formação acadêmica, trabalhei na área de Sistemas Dinâmicos, mais especificamente com Bilhares e Termostatos Gaussianos. Atualmente é professora da UFSJ e tem pesquisado sobre história da matemática e a relação entre matemática e cultura.

ciência. Ou seja, se falamos de matemática neste texto, é por acreditar que a matemática não se desenvolve de forma independente de outras áreas da ciência e porque nela encontramos um suporte para discutir o pensamento que ela representa.

A ideia de que na matemática sabemos podemos provar se uma afirmação é verdadeira ou falsa, seu rigor ou a força que dados numéricos e suas análises representam podem nos dar a impressão de que a matemática tem um certo poder que muitas vezes é explorado para além dela. Numa sociedade que tem valorizado o lógico e o racional, pode parecer que a matemática é uma ferramenta de privilégio para ler o mundo. Será mesmo? A matemática é fascinante e ela mesmo busca a compreensão de suas próprias limitações, como discutiremos brevemente a seguir.

O conhecimento como estrutura aberta

Na Grécia Antiga, pensamentos bastante diversos coexistiam. Além disso, só tivemos acesso a parte do conhecimento produzido na época pois, por exemplo, muitos dos livros da biblioteca de Alexandria foram perdidos. Então podemos nos perguntar o quanto esse livro representava o pensamento vigente? Quais foram os impactos na matemática de encontrar justamente Os Elementos? Quais foram os impactos em outras áreas da ciência? E mesmo fora da ciência?

Nas primeiras páginas de Os Elementos, estão listados alguns axiomas ou postulados, que são afirmações admitidas como verdadeiras e não precisam demonstração para serem admitidas como tal. A seguir, vem os resultados que são chamados de teoremas, proposições e corolários. Estes resultados são derivados dos axiomas a partir de uma lógica. Assim temos uma teoria: um conjunto de axiomas e uma lógica que a partir desses dois ingredientes temos um conjunto de afirmações derivadas. Damos o nome a essa forma de organização do conhecimento de estrutura axiomática. Podemos nos perguntar se esta estrutura é boa? Uma proposição verdadeira é sempre demonstrável? Se tivéssemos encontrado outro livro, será que o desenvolvimento da matemática teria se dado de forma diferente? Será que o desenvolvimento da ciência teria se dado de forma diferente? Mais ainda será que nossa civilização não teria se desenvolvido de outra maneira?

O método axiomático consiste em aceitar sem prova certas proposições como axiomas ou postulados e depois derivar dos axiomas todas as proposições do sistema como teoremas.

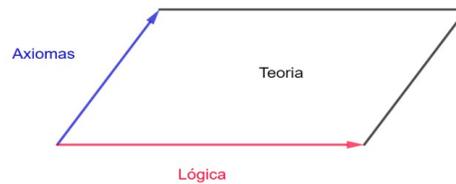


Figura 1: Representação esquemática de uma teoria. A partir de um conjunto de axiomas e uma lógica, são derivados os teoremas, as afirmações verdadeiras, que seguem logicamente dos axiomas.

A lógica utilizada no livro dos Elementos é a lógica clássica, que se funda no princípio do terceiro excluído. Este princípio diz que uma afirmação pode ser verdadeira ou falsa, e a terceira possibilidade está excluída. É interessante refletir sobre os impactos de se adotar este tipo de lógica não só na matemática como em outras áreas do conhecimento e como isso afeta o desenvolvimento da ciência e de nossa forma de pensar. Outras lógicas são possíveis? Isto é interessante?

Os axiomas do livro dos Elementos, são os axiomas que caracterizam a Geometria Euclideana, listados a seguir:

- Uma linha reta sempre pode ser traçada entre dois pontos;
- Uma linha reta pode ser prolongada indefinidamente em ambas as direções;
- Um círculo pode ser traçado com qualquer centro e raio;
- Todos os ângulos retos são iguais;
- Se duas linhas são traçadas e cruzam uma terceira de tal forma que a soma dos ângulos internos de um lado é menor que os dois ângulos retos, então as duas linhas eventualmente irão se encontrar (de outra forma: duas linhas paralelas nunca se encontram).

O livro *Os Elementos* não é um primor de rigor. Em algumas das suas demonstrações, temos resultados admitidos sem demonstração. Mesmo assim, isto não significa que a estrutura axiomática não seja interessante. Talvez seja apenas o caso de encontrar os axiomas certos e tomar o cuidado de realizar as demonstrações para que elas utilizem apenas resultados que já foram derivados anteriormente. Alguns matemáticos importantes da nossa história, acreditaram no poder desta estrutura. Para dar um exemplo de matemáticos que gastaram sua energia apoiando a estrutura axiomática da matemática, temos David Hilbert (1862-1942) que escreveu o livro *Fundamentos da Geometria*, que traz um texto na sua introdução que diz bastante sobre o seu pensamento:

“A geometria, do mesmo modo que a aritmética, só precisa para a sua edificação lógica subsequente de poucas e simples proposições fundamentais. Estas proposições fundamentais chamam-se axiomas da geometria. O enunciado dos axiomas da geometria e o exame das suas relações mútuas é um problema que, desde o tempo de Euclides, tem sido discutido em numerosos e excelentes tratados da literatura matemática. O problema acabado de indicar tem o seu ponto de partida na análise lógica da nossa intuição espacial.

O presente trabalho é uma nova tentativa para dar o enunciado dum sistema de axiomas completo e tão simples quanto possível para a geometria, e deduzir dele os teoremas geométricos mais importantes de tal modo que fique também claramente em evidência o significado dos diferentes grupos de axiomas e a projeção de cada um dos axiomas nas consequências que deles depois se tiram.”

Neste ponto, podemos perguntar: existe uma teoria capaz de descrever toda a matemática? Se esta estrutura for boa o suficiente para a matemática será que existe um conjunto de axiomas especial em que podemos estender seu alcance para além da matemática, tratar inclusive de assuntos em outras áreas do conhecimento e ter, quem sabe, uma “teoria de tudo”?

Godel (1906 – 1978), motivado pelo trabalho de Hilbert, se debruçou sobre questões relativas aos modelos axiomáticos na matemática, mais especificamente, na análise matemática e obteve o Teorema da Incompletude. Um sistema de axiomas é completo quanto todos os teoremas de uma teoria podem ser deduzidos, que é a completude semântica. Em linhas gerais, Godel mostrou que toda teoria axiomatizada com um número finito de axiomas e suficientemente poderosa para expressar a aritmética é incompleta. Isso significa que, numa teoria sempre vão existir afirmações verdadeiras que não podem ser demonstradas como tal.

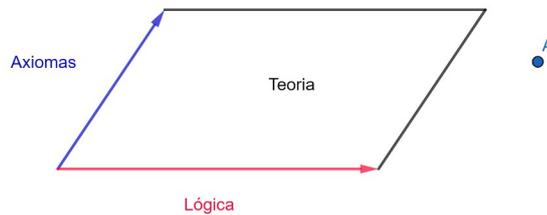


Figura 2: Representamos a afirmação A como a afirmação verdadeira mas não demonstrável de uma teoria dada. O Teorema da Incompletude de Godel, diz que, mesmo que a afirmação A seja adicionada aos axiomas, formando assim uma nova teoria, teríamos uma outra afirmação B que também seria verdadeira e não demonstrável nesta nova teoria e assim sucessivamente.

Wang (1921 - 1995) propôs diferentes versões do teorema de Godel em linguagem corrente:

- A matemática é inesgotável: ela não pode ser completa.
- Toda teoria formal não-contraditória da matemática contém, obrigatoriamente, proposições indecidíveis (não pode ser decidido se a proposição é verdadeira ou falsa).
- Nenhum programa de computador pode demonstrar todas as proposições verdadeiras da matemática (que englobe no mínimo a teoria dos números naturais), nem pode ser, ao mesmo tempo, não-contraditório e completo.
- A matemática é mecanicamente (ou “algorítmicamente”) inesgotável.

Wang também escreveu acerca da importância do teorema para além da matemática:

“A inesgotabilidade algorítmica mostra, segundo Godel, ou que o espírito humano é superior a todos os computadores, ou que a matemática não é obra do espírito humano; ou ainda as duas coisas ao mesmo tempo. É óbvio, portanto, que o teorema possui importância tanto para a filosofia da mente como para a filosofia da matemática.”

Assim é inatingível qualquer sistematização final de inúmeras áreas importantes da matemática e é impossível dar garantia de que muitos ramos significativos do pensamento matemático estejam inteiramente livres de contradição interna. Está provada matematicamente uma limitação da estrutura axiomática. Podemos então continuar perguntando: É possível e interessante estruturar a matemática de outra forma? Quais são os impactos deste teorema em outras áreas do conhecimento?

Basarab Nicolescu, no Manifesto da Transdisciplinaridade, entende por Realidade aquilo que resiste às nossas experiências, representações, descrições, imagens ou formalizações matemáticas e admite a abstração como parte da Realidade. Além disso, considera nível de Realidade como um conjunto de sistemas invariante sob a ação de um número de leis gerais e, do ponto de vista transdisciplinar, admite que Realidade possui vários níveis de Realidade. Segundo Nicolescu, o maior impacto cultural da revolução quântica da física foi o de colocar em questão o dogma filosófico contemporâneo da existência de um único nível de Realidade. Entendemos a física clássica e a física quântica como dois níveis de realidade diferentes: na física clássica, uma entidade pode ser entendida com onda ou corpúsculo, e estes dois estados são contraditórios. Já na física quântica, não temos essa contradição e uma entidade pode ser entendida como quantum (que possui propriedades de onda e corpúsculo). A passagem de um nível de realidade a outro não está necessariamente estabelecida:

“Isto quer dizer que dois níveis de Realidade são diferentes se, passando de um ao outro, houver ruptura das leis e ruptura dos conceitos fundamentais (como, por exemplo, a causalidade). Ninguém conseguiu encontrar um formalismo matemático que permita a passagem rigorosa de um mundo ao outro. As sutilezas semânticas, as definições tautológicas ou as aproximações não podem substituir um formalismo matemático rigoroso. Há, mesmo, fortes indícios matemáticos de que a passagem do mundo quântico para o mundo macrofísico seja sempre impossível. Contudo, não há nada de catastrófico nisso. A descontinuidade que se manifestou no mundo quântico manifesta-se também na estrutura dos níveis de realidade. Isto não impede os dois mundos de coexistirem. A prova: nossa própria existência. Nossos corpos têm ao mesmo tempo uma estrutura macrofísica e uma estrutura quântica.”

Nicolescu propõe que sobre os diferentes níveis de Realidade consideremos a lógica do terceiro incluído que é uma lógica formal propriamente dita com as regras de implicação lógica

dizendo respeito a três membros: A, não-A e T. Uma afirmação, segundo a lógica do terceiro incluído, pode ser verdadeira, falsa ou T. Vale ressaltar que esta lógica é não-contraditória.

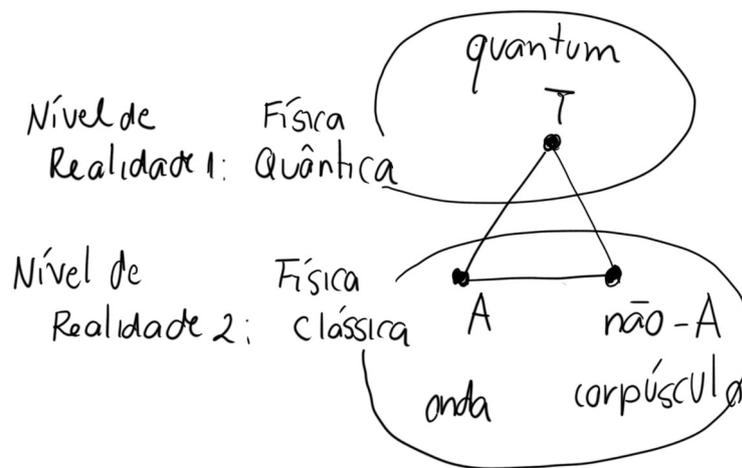


Figura 3: Diagrama representando a ação da lógica do terceiro incluído. Em um nível de Realidade podemos ter dois elementos contraditórios A e não-A que em outro nível de realidade estão unidos pelo elemento T. Se considerarmos como exemplo a física clássica, temos como elementos contraditórios onda A e corpúsculo não-A. Na física quântica, estes elementos estão unidos pelo quantum T.

Portanto se admitimos que a realidade comporta diferentes níveis de Realidade ou teorias que muitas vezes produzem afirmações contraditórias entre um nível e outro e, além disso, considerando que a limitação de um único nível de Realidade dada pelo Teorema da Incompletude de Godel extrapola a matemática e tem importância para a teoria do conhecimento então a proposta transdisciplinar é considerar sobre os níveis de Realidade uma outra lógica, a lógica do terceiro incluído que faz a coerência entre os diferentes níveis de Realidade e induz no conjunto dos níveis de Realidade uma estrutura aberta, godeliana. Assim, a unidade que liga todos os níveis de Realidade, não pode ser fechada em si mesma e deve ser uma unidade aberta.

Considerações finais

O pensamento clássico, que reinou durante dois milênios e continua a dominar o pensamento de hoje, em particular nos campos político, social e econômico se baseia na ideia de um único nível de Realidade e na lógica clássica. Dentro desse próprio pensamento, a busca ao longo da história da matemática ocidental por uma axiomática que conduzisse a uma teoria completa levou ao reconhecimento de uma limitação, o teorema de Incompletude de Godel. Na visão transdisciplinar, admitimos a possibilidade de outros níveis de realidade e admitimos também a possibilidade de outras lógicas, neste caso a lógica do terceiro incluído que faz a coerência entre os níveis de Realidade.

Além disso, nenhum nível de realidade constitui um lugar privilegiado de onde possamos compreender todos os outros níveis de realidade. Nicolescu utilizou como exemplo de níveis de Realidade diferentes a física clássica e a física quântica mas poderia ter fornecido muitos outros. Teorias contraditórias não impossibilitam o conhecimento como unidade aberta e o próprio pensamento clássico é apenas uma possibilidade dentre outras possibilidades de pensamento. Daí a necessidade de ouvir outras vozes e outros pontos de vista para que possamos fazer uma revisão do pensamento clássico.

Referências Bibliográficas

BARROW, John D. **Pi in the sky: counting, thinking and being** . Boston: Back Bay books, 1992.

BOYER, C. Merzbach, U. **História da Matemática**. São Paulo: Blusher, 2012.

HILBERT, D. **Fundamentos da Geometria**. Lisboa: Gradiva, 2003.

NAGEL, E. **Aprova de Godel**. 2ª. Edição. São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 2015.

NICOLESCU, B. **O Manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom, 1999.

ROQUE, T. **História da matemática: uma visão crítica, desfazendo mitos e lendas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

TRANJAN, T. **Verdadeiro ou demonstrável**. Scientific American Brasil. A vanguarda da matemática: e os limites da razão. São Paulo: Duetto Editorial Ltda. Edição revista e atualizada. Coleção gênios da ciência, n. 8, p. 88-98, dez. 2012.

Jornada da raiz à planta - estudos em singularidades e dramaturgias cômicas

Por Thiago Pindaíba - Palhaço, Antropólogo e Mestre Estudos Interdisciplinares do Lazer

O principal objetivo desta jornada é conhecer e aprofundar princípios para desenvolver sua ação física de palhaçaria e se debruçar sobre fundamentos para dramaturgias não convencionais, sendo esse o principal desafio. A decolonialidade e libertação de fluxos singularizantes são os principais valores a serem trabalhados, diante da constatação de que o Teatro, bem como o Palhaço traduzem hegemonias limitantes estéreis, se comparados a referências míticas de ritualidade cômica caótico cósmica, desconectadas alhures. As personalidades brasileiras das feiras populares coloniais, os arquétipos das personalidades escravizadas e ou submetidas, associadas aos traços de caráter de Reich trazem máscaras genuínas e autênticas que reforçam a condição de singularidade da performatividade e porque não, da ação física cênica brasileira, no intuito de investigar quais os lugares da singularidade cômica nas artes cênicas. Comediantes, humoristas, palhaças e palhaços se potencializam a medida que ampliam seu fluxo de singularidade e autenticidade e nos libertam enquanto público, da imagem hegemônica da cultura moderna ou da sua própria referência ulterior. O maniqueísmo entre bem e mal e suas projeções do feio ao belo, do pobre ao rico só nos são bem vindos se forem operadas em intenção derrisória e disruptiva explícita em busca do próprio ponto de vista sobre o mundo. A comédia ritual só é possível se alcançar o status de criação dramaturgicamente singular, capaz de suplantar a lavagem cerebral dualista que nos foi imposta.

Como ilustração, trago referências pejorativas colonizantes aos nossos tesouros ancestrais, como o chá da casca da Pindaíba, uma medicina muito forte, que provoca uma depuração corporal profunda. Mas a dinâmica de colonização dos sentidos e mitos culturais resignifica pejorativamente esse termo, transforma a medicina, o remédio natural em pobreza e dificuldade. Essa é o princípio da identidade cultural brasileira colonial moderna, negar sua própria singularidade originária.

Como diria o antropólogo Darcy Ribeiro, assumir -se brasileiro é revelar o medo de se assumir originário e singular. Odeio essa pátria e amo esse chão, eu digo.

Na investigação corporal cênica fundamentos devem ser conhecidos para então ser apropriados ou abandonados, mas não para existirem como fantasmagorias que nos atrelam a uma dominação estética atávica.

Onde esta a ética no ritual cômico? Como operar a sombra a favor do jogo? Como fazer o seu melhor uso da menor máscara do mundo?

Os padrões lógicos, a arquitetura natural, os jogos de dominação e hegemonia humanas, a fetichização e a estigmatização são mitos que precisam ser desconstruídos e reapropriados para transitarmos, entre a episteme, que é um lugar de hegemonia da herança ocidental católica patriarcal e a singularidade sensível e intelectual dos corpos (coletivos ou individuais) em perspectiva.

Outro aspecto desafiante desta jornada que ilustro é o ato de reconhecer a erogenia e a neotenia, características humanas natas, na medida que sua negação pode levar ao adoecimento letal.

Dito de outra forma, dizer não a singularidade de um corpo é tolher sua fruição criativa.

O impedimento do corpo-mente florescer no campo estético tem chances de ocasionar num contingenciamento da própria experiência de viver os sentidos, colocando nos sob o risco de permanecermos como massas humanas em busca de ídolos e modelos estéreis nós quais nós espelhamos.

Um pouco sobre o autor:

Aqui quem fala é thiago aráujo, 41 anos, duas filhas um neto, palhaço desde 1998, profissional desde 2006, artista de rua desde 96, cientista social e mestre em lazer, isso quer dizer que sou um palhaço com muitas horas de voo, apesar de figurar pouco nos grandes festivais! Estou aqui para convidá-los para a jornada que vou facilitar. Esta metodologia tem alguns marcos, que estão na minha dissertação de mestrado, "Palhaços e Palhaças enquanto Deuses Irreverentes em zonas de vulnerabilidade social e em defesa dos direitos humanos", que mistura estudos antropológicos e históricos, estudos sobre jogo/linguagem, análise de outros movimentos de palhaçaria de rua e da função social do palhaço, minha história de vida, desde a iniciação no Maranhão até minha conversão recente a Comicidade Ritual, tendo como outro marco recente a realização da primeira oficina que ministrei no sesc glória de vitória, com duração de 60 hs, na qual eu pude organizar

e sistematizar de uma maneira didática e de fácil recepção, alias fácil e gostosa recepção conhecimentos reflexivos e psicofísicos.

Esta metodologia que estou trazendo para vocês traz um princípio de acionamento e desenvolvimento de sua singularidade comica, são estudos e práticas experimentais que buscam te sensibilizar e te conectar num fluxo caótico cósmico cômico de um modo que somente você pode fazer, porque cada indivíduo, cada corpo tem formas próprias de acessar, mas que passa em todos os casos por estímulos psicofísicos, através de ações e dramaturgias disruptivas ou imersões em técnicas respiratórias, de conscientização e tonificação corporal. Venho para lhe apoiar no árduo desafio de desconstruir sua visão de mundo através do acionamento da sua singularidade comica. Para isso vamos quebrar paradigmas relacionados a matrizes morais do teatro ocidental , destroçar de vez a couraça do teatro burguês e beber na fonte dos cômicos rituais, os quais, tem suas linhas de atuação, mas manipulam cada um universo próprio e singular. Vamos compreender como o padrão de ruptura opera na produção do riso e por conseguinte nos aprofundar nos riscos que o riso gera (entre a alienação e o escárnio, como operar inversões de sentido e não se arriscar), todas questões polêmicas que a maioria de nós que estamos curiosos e investigativos pela palhaçaria e pelo cômico ritual estão possivelmente estamos questionando, então, eu convido vocês para uma imersão na sua máscara mais profunda e ritual. As turmas são reduzidas, porque eu vou acompanhando cada um em cada etapa , cada camada que você for desenvolvendo. "Eu to amando essa jornada da raiz a planta, porque cada um traz sua própria semente."

Laboratórios

1 - Corpo humano - perspectiva biológica e antropológica

Descrição: Origem dos sentidos baseado em estudo comparativo entre espécies e limites entre a adaptação biológica e social.

2 - Riso sagrado e traição

Descrição: Paradoxos da construção simbólica e imagética da cultura.

3 - Contingenciamento da singularidade corporal - a expressão do instinto

Descrição: realização do desejo e do instinto ou auge e decadência do ego todo poderoso.

4 - Ritualidade cômica caótico cósmica

Descrição: Percurso mito rito tradição na concepção de um corpo singular .

5 - Canção ritual e acionamento da presença

Descrição: Acionamento psicofísico a partir de melodia íntima.

6 - Fundamentos sobre máscara

Descrição: práticas respiratórias cardinais e construção de camadas da máscara.

7 - Fundamentos sobre triangulação e efeitos expressivos cômicos - inversões e desmascaramentos

Descrição: manipulação de sentidos através da quebra da corrente visual.

8 - Descaroçando e descascando o corpo - as camadas do nhenhém

Descrição: tabus sociais e singularidades, artifícios contra o medo de se assumir.

9 - Crie-se para si (desenvolvendo uma possível dramaturgia para sua corporeidade cósmica caótico comica)

Descrição: Captura da matriz dramaturgia .

10 - Crie-se para o mundo, demonstração para o grupo.

Descrição: Desenvolvimento de partitura ou roteiro de ação física.

Acompanhamento individual:

1 - Romper com padrões sináptico e romper com fluxo atávico

2 - Avançar na leitura teórico-prática.

3 - Lazer e ritual cênico - entre a política pública e a sustentabilidade.

Atravessamentos e diálogos transdisciplinares possíveis: Um chamado à ação compartilhada conjunta

Por Adilson Siqueira¹

Resumo

Antes de ser um artigo este texto é um chamamento, um convite àqueles e àquelas interessadas em se engajarem na consolidação de um Artivista-vivenciador Comunitário Eco-poético e, neste sentido, apresenta as bases do conceito e de um possível perfil do que seria esse agente, seus possíveis campos de atuação; elencando como as pesquisas realizadas no GTRANS e por outros profissionais de fora do grupo a quem este convite se estende, poderiam contribuir para a criação/construção de um projeto de formação comunitária deste agente

Palavras-chaves: Curso de extensão, Artivismo, Ação comunitária, Arte-vivenciador.

Abstract Curso de extensão, Artivismo, Ação comunitária, Arte-vivenciador.

Before being an article, this text is a call, an invitation to those interested in engaging in the consolidation of an Eco-poetic Community Artist-enabler and, in this sense, it presents the bases of the concept and of a possible profile of what this agent would be, its possible fields of action; listing how the research carried out at GTRANS and by other professionals outside the group to whom this invitation is extended, could contribute to its creation.

Keywords: Extension course, Artivism, Community action, Art-enabler.

Introdução

Gostaria de resgatar aqui um dos trabalhos que venho perseguindo desde 2010 quando, pela primeira vez no âmbito de um dos projetos de extensão do GTRANS, o Núcleo de Arte e Sustentabilidade (NAST) foi aventada a criação de uma formação extensionista em arte-vivência comunitária. Vira-e-mexe, ao longo dos anos este assunto retorna, mas nunca consegui reunir agenciadores que contribuíssem, de fato, para a realização da empreitada. A ideia já apareceu em projetos de extensão (2012, 2014, 2018...) textos já foram escritos sobre a proposta, uma iniciação científica já abordou indiretamente o tema (RIBEIRO, 2013) e, até mesmo, uma apostila chegou a

¹ Professor associado e pesquisador da Universidade Federal de São João Del-Rei, onde atua no Curso de Teatro, no Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Artes, Urbanidade e Sustentabilidade e no Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas. É pesquisador do Grupo Transdisciplinar de Pesquisa em Artes, Culturas e Sustentabilidade e coordenador do Laboratório de Eco-poéticas.

ser elaborada (SIQUEIRA, CAPANEMA, CIPRIANO, FERREIRA, FERRARO, RIBEIRO, 2014) mas, avalio hoje, faltou a união de pesquisadores com formação e propósito por assim já amadurecidos pela prática e pela vivencia pois todos os trabalhos anteriores, meritosos sem sombra de dúvidas, foram realizados por alunos de graduação com projetos de vida para depois de formados, que iam – e muito bom que assim foi e segue sendo - para além do momento de participação em projetos no qual estiveram durante a graduação. Muito bom, sem sombra de dúvida mas, na qualidade de pesquisador fica um certo sentimento de que fala algo e que aquela ideia precisa ganhar corpo, crescer e andar pelas próprias pernas e eis que chego a este momento.

O ponto de partida ou, melhor dizendo, a premissa básica, é que a vivência prática e corpórea da arte produz novos entendimentos do indivíduo sobre si mesmo, sobre sua subjetividade, sobre suas histórias e sobre o universo socio-comunitário, econômico e cultural que ele habita.

O termo Vivência é considerado no sentido da palavra alemã "*Erlebnis*", como algo que se experiencia como um evento que se vive através, ou seja, pelo qual se perpassa e que se constitui numa experiência com efeito intenso sobre a vida interior do sujeito, constituindo-se portanto, numa experiência pessoal.

Segundo Dilthey (apud INWOOD, 1999) essas experiências vividas, são estados internos, atividades e processos dos quais temos conhecimento ou através dos quais vivemos, mas não costumam tornar-se objetos de introspecção.

Para Heidegger (Id) "*Erlebnis* é um evento interior, psíquico de experiências momentâneas intrinsecamente separadas tanto do corpo quanto do mundo externo. Conceber o self em termos de *Erlebnisse* implica que o mesmo seja trespassado em conjunto a partir de experiências momentâneas intrinsecamente distintas"

É nesta experiência do mundo interior que estamos interessados posto que elas se relacionam com aquele:

“silencioso mundo das ideias e agitações interiores que jaz à espreita de ser concebido de acordo com uma forma coerente (o qual o) artista do palco tem que exhibir através de movimentos que caracterizem a conduta e o crescimento de uma personalidade humana, numa variedade de situações em mudança, (espelhando) nos gestos, na voz e na fala tanto a personalidade quanto o caráter” (Laban, 1978, pp:142-143).

os quais se constituem em elemento chave para o trabalho teórico-prático das atividades a serem vivenciadas e para a elaboração do evento comunitário espetacular.

Quando penso nestes componentes subjetivos mencionados acima, vejo claramente que um dos aspectos sobre o qual é interessante focar são os afetos, perceptos e atravessamentos resultantes deste movimento de encontro da corporeidade e da personalidade de si e do outro através da

realização de uma cartografia de si, via diálogos com os diálogos com Suely Rolnik (2015) e Deleuze e Guattari (1995) sobre a Cartografia (Deleuze e Guattari, 1995) e com Michel Foucault (1992) sobre a Escrita de Si e neste ponto vislumbro contribuições importantes advindas dos pesquisadores da área de psicologia e psicanálise do Grupo.

Por sua vez, a noção de evento é entendida aqui como acontecimento; ação ou processo que se desenvolve num ponto no espaço-tempo, de cuja elaboração, construção o sujeito que o vivencia participou e, é aqui que a questão urbana, as urbanidades se conecta a esta proposta, e fica aqui meu convite aos arquitetos, urbanistas e cientistas sociais do Grupo ou não, ao pensar a ideia de evento performativo como intervenção nos espaços da cidade para a realização de análises (BAREMBLIT, 2006) visando a criação de novas possibilidades heterotópicas e espaciais² de uso, sejam elas permanentes ou mesmo zonas autônomas temporárias (BEY, 2001) .

A ideia de performance nesta proposta pode ser considerada também uma de suas premissas, e voltarei ao assunto mais à frente mas, por ora, para continuarmos pensando no conceito de evento, Josette Féral (2008), sustenta que a performance se caracteriza como ação que é presentificada pelo engajamento do artista na obra por meio de sua presença física onde ele realiza a ação de mostrar a execução de uma ação que durante sua realização se constitui num evento, num acontecimento, que ela denomina com o neologismo *evenementialité*³ [1],

De acordo com COHEN (2007) "essa característica de evento amplia a noção que havia de espetáculos, e promove uma ambiguidade entre o performer que executa uma ação e as personagens que ele apresenta" e FISCHER-LICHTE (2008) por sua vez, defende o conceito de evento e de performance como um jogo social e um processo inacabado, que possui um caráter operativo e cognitivo.

2 O Conceito de heterotopia de Lefebvre "delimita espaços sociais liminares de possibilidade onde 'algo diferente' não só é possível, mas fundamental para a definição das trajetórias revolucionárias. Este 'algo diferente' não é necessariamente o surgir de um plano consciente, mas o que as pessoas fazem, sentem, percebem, e articulam, como elas buscam significado em suas vidas diárias. Estas práticas criam espaços heterotópicos em todo o lugar. Não temos que esperar a grande revolução para constituir esses espaços. De acordo com a teoria de um movimento revolucionário. de Lefebvre, é o contrário: surge de maneira espontânea em um momento de "irrupção", quando grupos heterotópicos díspares de repente veem, mesmo que apenas por um momento fugaz, as possibilidades de ação coletiva para criar algo radicalmente diferente (Harvey, 2012, p.17).

3 *Événementiel* (vocábulo do qual provavelmente *événementialité* tenha derivado) é utilizado para designar "aquilo que apenas descreve os acontecimentos"; dessa forma, *histoire événementielle* seria aquela que apenas descreve os grandes fatos históricos (guerras conquistadas, etc). Sobre isso, Maldiney (2005), faz algumas reflexões sobre o sentido de *événementialité* que nos parecem pertinentes:

"[...] O evento [*l'événement*] é frequentemente considerado como sinônimo de referência [*repère*] ou de descontinuidade, ou seja, de ruptura de continuidade (...). O ponto de partida epistemológico da questão da *événementialité* cria um espaço de reflexão e de emergência de e sobre o conhecimento; ele se inscreve, no entanto, neste duplo movimento: como referência [*repère*] temporal e como significante (parâmetro agindo) de uma ruptura produtora de sentido [...]. (APUD Féral 2008)

Em alemão, a palavra usada para *evenementialité* é *Eventualitäten* que significa "*möglicherweise eintretende Umstände*" (em português: circunstâncias que podem surgir)". Em inglês o termo é "*eventual*" que significa "*happening in due course of time; ultimate* (em português: acontecendo no devido tempo)

Com base neste viés de abordagem busca-se articular transdisciplinarmente urbanidade, sustentabilidade e artes performativas com prática comunitária cooperativa e solidária⁴ e com isso atuar territorialmente em espaços urbanos como ruas, praças, comunidades quilombolas em diversos bairros e cidades.

A ideia é que nestas localidades, os arte-vivenciadores comunitários eco-poéticos - que é como intitulo o agente dessa ação, a ser formado por esta proposta - os quais considero como educadores performativos dinâmicos a serviço da população; que desenvolvem práticas como vivências, workshops, performances, espetáculos teatrais, shows, exposições, eventos, cursos diversos (ao longo destes anos, sempre me deparei com pedidos de aulas, de reforço ou não, de matemática, português, inglês, computação, etc.) e ações comunitárias com moradores da comunidade, envolvidos com o projeto.

Acho muito importante a demanda comunitária que expus acima e aqui penso como é possível desenvolver estas atividades numa perspectiva complexa de relações e colaborações possíveis no atendimento destas demandas através da elaboração que olhe para além da visão conteudista dessas solicitações. Acredito piamente na fusão arte-ciência e, neste sentido, sempre tenho em mente o evento espetacular performativo “Chaos das 5” que desenvolvi com o prof. Flavio Schiavoni e que contou também com a participação da profa. Ivana Latosinski. Ali estava implícita uma ideia boa quando pensamos em arte-educação, pois havia ali, vejo hoje, uma abordagem, que tomo emprestado de BARROW (1992) e chamo aqui “Contar, Pensar e Agir”, conceito que no título do seu livro o autor usa no gerúndio, o que cria uma relação interessante com a questão da performatividade que citei acima, no tocante a ideia de sendo, mostrar fazendo e refletir fazendo (SCHECHNER,) e me parece ser, como diz Capra (2003), quando nos mostra como a cadeia de relações sociais refletem relações sistêmicas, relacionais e sustentáveis e são uma ótima maneira de compreender os sistemas vivos que, segundo ele, nos levam a compreender relações e que estas são

“um espaço-chave do pensamento sistêmico. Compreender relações não é fácil para nós porque, porque é algo que vai contra o método científico tradicional da cultura ocidental. Na ciência, assim nos ensinaram, medimos e pesamos coisas. Acontece que as relações não podem ser medidas nem pesadas; precisam ser mapeadas. Podemos desenhar elementos num mapa de relações interligando diferentes elementos ou diferentes membros de uma comunidade”.

4 Penso aqui nas ideias de economia solidária, *buen vivir* e permacultura. Em especial nas ideia trazidas pelo Segundo Manifesto do Convivialismo (CAILLÉ, 2020) de que “Não há correlação comprovada entre riqueza monetária ou material, de um lado, e felicidade ou bem-estar, de outro. O estado ecológico do planeta torna necessário buscar todas as formas possíveis de prosperidade sem crescimento. É necessário para isso, em uma perspectiva de economia plural, instaurar um equilíbrio entre Mercado, economia pública e economia de tipo associativo (social e solidária), dependendo se os bens ou os serviços a serem produzidos são individuais, coletivos ou comuns.” In PHANAZARDIS, 2016. Disponível em http://arquivo.edemocracia.camara.leg.br/pt/web/espaco-livre/forum/-/message_boards/message/2374860 Acessado dia 17/04/2017

Com base nesta ideia, como podemos “formar” arte-vivenciadores capazes de construir uma metodologia de ensino cujo sistema conjugue reforço de matemática ou computação e arte relacional e performativa, por exemplo, conectada com o real, com o local onde vivem as pessoas que solicitaram aquele tipo de atividade?

Ou seja, como diz JACQUES (2003): conectada com o “pensamento urbano situacionista”:

“A construção de situações começa após o desmoronamento moderno da noção de espetáculo. É fácil ver a que ponto está ligado à alienação do velho mundo o princípio característico do espetáculo: a não-participação. Ao contrário, percebe-se como as melhores pesquisas revolucionárias na cultura tentaram romper a identificação psicológica do espectador com o herói, a fim de estimular esse espectador a agir, instigando suas capacidades para mudar a própria vida. A situação é feita de modo a ser vivida por seus construtores. O papel do “público”, se não passivo pelo menos de mero figurante, deve ir diminuindo, enquanto aumenta o número dos que já não serão chamados atores mas, num sentido novo do termo, vivenciadores”

Na citação acima a autora usa a ideia de espetáculo de espetáculo e da não-participação do público e chama nossa atenção para “como as melhores pesquisas revolucionárias na cultura tentaram romper a identificação psicológica do espectador com o herói, a fim de estimular esse espectador a agir, instigando suas capacidades para mudar a própria vida”(Id). É dessa maneira, creio, que arte-vivenciadores atuam: entender a na cidade vida como performance urbana, como espetáculo, fazer aflorar a percepção de psicologicamente fomos ensinados a ser público de heróis que não somos nós de modo a não agirmos em prol da mudança que mais interessa a nos, aos nossos e ao local onde vivo de modo global e convivial.

Resumindo, como podemos desenvolver um curso aberto de formação de arte-vivenciadores comunitários ecopoéticos. Oferecido em caráter extensionista, de característica transdisciplinar com vistas a construir espaços de possibilidades para a realização de ações artivistas que colaborem antes de tudo para o cuidado de e do outro, através de um convivialismo⁵ (como conviver sem se massacrar? sem se autoexplorar)⁶ para o desenvolvimento e/ou para o fortalecimento da identidade individual e local e para a criação, valorização e a promoção de ações artísticas e socioculturais de caráter local que sejam radicalmente vinculadas com questões globais (Glocal)

5 De acordo com o Manifesto Convivialista, o convivialismo busca por promover uma arte de viver juntos (*convivere*) que habilite os humanos a cuidarem um dos outros e da Natureza, sem negar a legitimidade do conflito, mas fazendo dele um fator de dinamismo e de criatividade. Um meio de evitar a violência e as pulsões de morte.

6 MAUSS, Marcel, HAN, Byung-Schul

As relações deste trabalho com outros trabalhos apresentados neste evento

Como o curso está pensado em módulo e sub-módulos e tem uma estrutura aberta – ou seja, um desenho curricular por assim dizer, livre, minha proposta é que todos os participantes que se interessarem por contribuir com a proposta ofereçam oficinas, vivência, workshops sobre o tema que é de seu interesse e a cada curso oferecemos um formato, por exemplo, num determinado momento ele terá um fluxograma que passa por cinco ou seis propostas e num outro, por 7 ou 12 outras propostas, de modo que o “formandos” de cursos diferentes provavelmente não teriam feito as mesmas atividades dentro do curso. No entanto, creio que seria interessante construir um módulo introdutório básico pelo qual, não importa o momento no qual o aluno faz curso, todos teriam visto/vivenciado o mesmo conteúdo

A princípio esta seria a Estrutura do Curso

I MÓDULO BÁSICO - Teórico-prático - Carga horária : 30 horas

II MÓDULO ALEATÓRIO 1- Teórico Carga horária : 44 horas

III MÓDULO ALEATÓRIO 2 -: APLICAÇÃO PRÁTICA Carga horária : 30 horas

IV MÓDULO ALEATÓRIO 3: *ESTÁGIO* Carga horária : 40 horas

Conclusão

Espero que com a proposta aqui rascunhada consegui ativar sua imaginação durante a leitura e que ao fazê-lo, ideias preferencialmente não convencionais e essencialmente contra-hegemonicas tenha passado por sua cabeça e suscitado algo do tipo: é, diante dessa proposta eu gostaria de fazer X. Ou então, ideia nenhuma chegou mas gostaria de se inteirar mais sobre a proposta. Neste caso, estarei aguardando ansiosamente seu m contato!

Cyberaxé!

Referências

BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de análise Institucional e outras correntes**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

BARROW, John D. *Pi in the sky: counting, thinking and being*. Boston: Back Bay books, 1992.

JACQUES, Paola Berenstein. **Breve histórico da Internacional Situacionista – IS (1)**.

Arquitextos, 035.05, ano 03, abr. 2003. Disponível em

<https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/03.035/696> Acessado em 16/04/2021

BEY, Hakim. **TAZ, Zona Autônoma Temporária**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2001.

CABRAL, Beatriz. **Ação cultural e teatro como pedagogia**. In: Sala Preta. São Paulo: Departamento de Artes Cênicas, ECA-USP, v. 12, n 1, 2012.

CAILLÉ, Alain et al (Internacional Convivialista). **Segundo Manifesto Convivialista**. Ateliê de Humanidades Editorial, 173pp, 2020. ISBN: 978-65-86972-03-0

- COHEN-CRUZ, Jan. **An introduction to community art and activism**. CAN/API publication: February 2002
- Deleuze G, Guattari F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol.1. 1ª ed. Guerra Neto A, Costa CP, tradutores. São Paulo: Editora 34; 1995. 96p
- FÉRAL, Josette. **Por uma poética da performatividade: o teatro performativo**. In: Sala Preta, Revista do Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas da ECA-USP. São Paulo, n.8, 2008, p. 197-210.
- FISCHER-LICHTE, Érika. **The transformative power of performance – a new aesthetics**. Londres e Nova York: Routledge, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A escrita de si**. In: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens. 1992. pp.129-160
- JORDAM, Tim. **Activism! Direct Action, Hacktivism and the future of society**. Londres: Reaktion Books, 2004
- LEHMANN, Hans-Thies. **O teatro pós-dramático, doze anos depois**. In: Revista Brasileira de Estudos da Presença, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 859-878, set/dez.2013.
- MALDINEY, Henry. **Entre points d'entrées et points de ruptures épistémologique(s): l'événementialité architecturale...en question**. 6ème Congrès Européen de Science des Systèmes Paris, 19-22 Septembre 2005. Disponível em <http://www.afscet.asso.fr/resSystemica/Paris05/ismail.pdf> Acesso em 17/04/2018
- QUILICI, Cassiano Sydow. **O Ator Performer e as poéticas da transformação de Si**. São Paulo: Annablume, 2015.
- RIBEIRO, Camila de Freitas. **A realização da performance comunitária ecopoética a partir da comunidade do Araçá**. Relatório de Iniciação Científica, Orientador: Adilson Siqueira, UFSJ/PROPE, 2013
- ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2006
- SCHECHNER, Richard. **O que é performance?** In: **Performance Studies: an Introduction, second edition**. New York & London: Routledge. Trad. R. L. Almeida, 2011.
- SIQUEIRA, Adilson (Org.); CAPANEMA, Bruna; CIPRIANO, Estefany; FERREIRA, Genilson; FERRARO, Karine; RIBEIRO, Camila; SILVA, Naiara. **Apostila do Curso de Formação de Arte-vivenciadores Comunitários Ecopoéticos do NAST – Núcleo de Arte e Sustentabilidade (PREPRINT)**, 2014

Possíveis fronteiras de pesquisa em Arte, Cultura e Sustentabilidade Digital

Flávio Luiz Schiavoni*

Abstract

This work tries to present the borders between the research in Arts, Cultures, Sustainability and the Digital, starting from the computer to meet other researchers from the GTRANS. In our pathway, we present some possible intersection to researchs found during our seminar and we point some possibilities to future research with other researchers from this research group.

Keywords: Digital Art, collaboration, aesthetics and epistemology.

Resumo

O presente trabalho procura apresentar as possíveis fronteiras de pesquisa entre as Artes, as Culturas, a sustentabilidade e o digital, partindo do computador para encontrar os colegas pesquisadores do GTRANS em seus lugares de fala. Neste trajeto, apresentamos as possíveis interseções de pesquisa encontrada durante nosso seminário e apontamos possibilidades de pesquisas futuras com os demais pesquisadores deste grupo.

Palavras-chaves: Arte Digital, Colaboração, estética e epistemologia.

*Flávio é professor da UFSJ no Departamento de Computação e atua como pesquisador nas áreas de Computação Musical, Processos Criativos, Sistemas distribuídos e colaboração mediada pela tecnologia. fls@ufs.br

O presente trabalho tem por objetivo apresentar as possíveis fronteiras de pesquisa, ensino e extensão entre as áreas das Artes, Culturas e Sustentabilidade com o viés do Digital como meio de integrar a computação com estes outros campos do saber. O digital se torna o meio necessário pois a presente pesquisa parte do Departamento de Computação e do ALICE (Arts Lab in Interfaces, Computers, and Aeverything Else)[6]¹, um laboratório de pesquisa inter/transdisciplinar. Partimos do ALICE para a comunidade do GTRANS e tentamos apresentar as fronteiras borrosas de nossas pesquisas e as possíveis relações que surgiram em nosso seminário como formas de ações inter/transdisciplinares que possam integrar e colaborar com colegas do GTRANS.

O ALICE - que poderia se chamar LAICO (Laboratório de Arte, Interfaces, Computação e Outras Coisas), é um laboratório sediado no Departamento de Computação da UFSJ que pesquisa arte digital sob uma perspectiva transdisciplinar. Nossa pesquisa, atualmente envolve:

- Criar novas interfaces digitais para a prática artística;
- Desenvolver tecnologia de arte acessível e por meio de tecnologias abertas;
- Pesquisar processos criativos e a colaboração na criação artísticas, em especial, a colaboração mediada pela tecnologia;
- Investigar a participação do público e a interação em performances apoiadas pela tecnologia;
- Pesquisar as possibilidades de pensar a Arte Digital de maneira transdisciplinar;
- Entender as possíveis relações entre a Arte e a Sustentabilidade, em especial, a Arte Digital.

¹Para conhecer um pouco mais do ALICE, visite nosso site <https://alice.dcomp.ufsj.edu.br>.

O desenvolvimento da Arte no ALICE é feito pela Orchidea (Orchestra of Ideas)[7], um grupo de criação de arte digital que, em parceria com outros grupos de Arte da UFSJ, vem propondo uma relação indissociável entre arte e ciência, cultura e tecnologia. A Orchidea tem como foco o desenvolvimento da arte colaborativa e a criação de um ambiente que englobe estudantes de diversas áreas, seja teatro, música, informática, arquitetura, filosofia e outras, para criar arte juntos. Ao se aproximar dessa confusão disciplinar, a Orchidea acaba sendo um ambiente bastante promissor em relação ao aprendizado coletivo dos alunos. Entre os objetivos da Orchidea estão:

- Fomentar e realizar criações artística digital;
- Integrar de maneira transdisciplinar conhecimentos de áreas distintas por meio da arte;
- Estimular a criação Coletiva e colaborativa de Arte apoiada pelo computador;
- Utilizar tecnologia acessível e mais sustentáveis para a criação artística;
- Utilizar e criar software livre para a difusão da criação artística;
- Permitir a participação do público na apresentação e na criação artística que pode acontecer a qualquer momento e em qualquer lugar.

1 Arte e Sustentabilidade

Em nosso trabalho, abordamos a Arte Digital partindo do conceito de sustentabilidade, o que nos leva a uma primeira pergunta: como podemos olhar para a Arte Digital pelo prisma da sustentabilidade? Para pensar nisto, tomamos o conceito de dimensões de sustentabilidade, proposta por alguns autores[5, 8, 10]. Partimos assim, do conceito de sustentabilidade que ultrapassa a **sustentabilidade ambiental** e inclui quesitos de sustentabilidade

social, cultural e econômica para pensar a Arte Digital e suas ações, como a criação de instrumentos musicais digitais sustentáveis[2], a prática coletiva de arte e a colaboração em processos criativos[1].

A tentativa responder esta pergunta passa por um conceito muito importante que é o chamado software livre[9]. O **Software Livre**, também chamado de FLOSS (Free, Libre, Open Source Software)², é um software que normalmente não possui custo para sua aquisição e que, além disto, possui seu código-fonte³ aberto. Este conceito está presente também no movimento open hardware⁴, que, neste caso, não é gratuito mas possui um projeto aberto[4]. Assim, este hardware pode ser construído por qualquer pessoa, sem custos de licenças, propriedade intelectual ou outros custos que muitas vezes tornam a aquisição de tecnologia um investimento inacessível para uma parte da população. Integra ainda o rol de tecnologias abertas diversos protocolos de comunicação, como o HTTP, formatos de arquivos, como o HTML e outras tecnologias que se popularizaram graças a seus projetos serem abertos.

Esta opção pelo FLOSS e por tecnologias abertas e livres nos permite pensar a sustentabilidade no meio digital pois estas ferramentas, que possuem tal grau de liberdade, podem nos auxiliar a pensar em outros meios de produção, em outras formas de economia, de cultura e de sociedade. Integrar tais tecnologias no processo de criação artística amplia certamente a possibilidade de parcerias e colaborações já que é possível convidar pessoas

²O Sistema operacional Linux é talvez o FLOSS mais famoso atualmente e ferramentas como o Chromium e o Libre Office são outros exemplos de FLOSS.

³Um programa de computador é escrito em uma linguagem de programação de alto nível e depois é compilado em uma linguagem baixo nível para ser executado. O código-fonte é o programa ainda em sua linguagem de alto nível. Desta maneira, disponibilizar o código-fonte de um programa permite que qualquer programador com acesso a este código-fonte pode estudar o programa, alterar o programa, recompilar o mesmo com modificações e distribuir este software. Por esta razão, dizemos que este código está livre e pode ser modificado e distribuído livremente.

⁴A placa microcontroladora Arduino e o computador de bolso Raspberri Pi são exemplos na atualidade bastante consolidados de hardware aberto.

para trabalhar em um projeto e disponibilizar as ferramentas para viabilizar esta parceria.

Completa nossa abordagem pensar também em utilizar e reutilizar a tecnologia disponível mas que não foi feita com propósitos artísticos. Assim, um controle de videogame pode se tornar um instrumento musical, o celular pode ser usado para criar arte, o público pode integrar não só a apresentação artística mas também fazer parte da criação de arte por ter acesso a tecnologia que está mediando a performance. Com isto, tentamos nos apropriar dos chamados dispositivos ubíquos[3], presentes em nosso redor, e somos instigados a criar arte com esta tecnologia acessível.

Assim, pensamos uma Arte Digital sustentável, que pode ser baseada em tecnologia de ponta mas também pode se basear na gambiarra, que oferece uma opção para a obsolescência programada e que permite a inclusão social no mundo digital por meio da Arte, dos processos criativos e do movimento Faça Você mesmo. Isso pode permitir pensar a arte digital e suas possíveis relações com a cultura urbana, com o grafite e o pixo, com a cultura geek, nerd, gamer, make e outras culturas que se propõe a ser além do pensamento hegemônico de cultura.

2 As possibilidades de trocas em nosso seminário

A leitura dos trabalhos dos colegas em nosso evento, o evento em si e a posterior conversa por nosso grupo de Whatsapp possibilitou duas reflexões a cerca de possíveis interseções entre as pesquisas do GTRANS. A primeira trata da coletividade enquanto forma de organização e a segunda sobre as questões estéticas e epistemológicas da Arte Digital enquanto uma resposta à hegemonia cultural que permeia nossa sociedade contemporânea.

2.1 A coletividade como organização transdisciplinar

O software livre é desenvolvido por pessoas que se organizam por meio de comunidades, as chamadas comunidades de software. Estas comunidades são compostas de usuários, programadores e desenvolvedores, experts e/ou iniciantes, que se organizam e decidem, por emails, canais de IRC ou outras ferramentas computacionais, o destino de um projeto de software. Os membros destas comunidades muitas vezes se conhecem apenas virtualmente e mesmo assim há toda uma organização e um conhecimento do coletivo nestes projetos. Frequentemente os membros de uma comunidade se encontram pessoalmente e trocam experiências fora de seus grupos de discussão.

Esta organização, por meio de comunidades, não é exclusividade do movimento FLOSS e se parece bastante com outras iniciativas coletivas, apresentadas por outros pesquisadores no seminário do GTRANS. As comunidades do congado, apresentadas pelo Genilson Antonio Ferreira, as comunidades das costureiras, apresentadas pela Regilan Deusamar Barbosa Pereira, as ocupações habitacionais, apresentadas pela Tatiana Diniz Lima, os grupos de artistas urbanos, apresentados pelo Thiago de Andrade Morandi, ou a comunidade que dá apoio ao Museu do Barro, apresentada pela Zandra Coelho de Miranda são alguns exemplos de outras comunidades que parecem servir de base para o desenvolvimento coletivo em torno de um bem comum.

Entendendo a semelhança existente em trabalhos que parecem ser tão distintos é possível tentar traçar um paralelo entre estas comunidades e talvez verificar como estas organizações podem contribuir de forma positiva com o debate transdisciplinar da Arte e Sustentabilidade. Possivelmente podemos aprender com as comunidades de software livre sobre as ferramentas e tecnologia utilizadas em sua organização e aprender com outras comunidades como se dá sua organização, seus encontros e tomadas de decisão. Possivelmente, há muito o que aprender com tais coletivos e tentar traçar um paralelo entre eles pode nos ajudar a encontrar metodologias de trabalho para projetos de extensão, com ferramentais tecnológicos ou não, práticas e epistemes que

existam de maneira transversa a todos estes projetos.

Se tais comunidades se mostram tão distantes entre si como desenvolvimento de software e congado, pixadores e ceramistas, a existência das comunidades em si podem no apontar uma similaridade que emana destas organizações. Se seus objetivos são tão distantes, tais comunidades possuem algumas características em comum como: a) existirem como coletivo mas serem baseadas em ações individuais; b) servirem de espaço de troca, ensino e aprendizado de determinado assunto; c) serem autopoieticas, auto organizadas e não possuem necessariamente uma hierarquia organizacional para definir lideranças ou falas; e d) servirem para manter e perpetuar uma determinada cultura e tradição. Elucidar como tais comunidades podem ser semelhantes em sua organização, e como estas funcionam como modelo de organização democrática mas não governamental pode ser foco de uma pesquisa transdisciplinar no GTRANS que certamente pode trazer benefícios para todas as áreas envolvidas nesta pesquisa.

2.2 Por uma Arte Digital na cultura contra-hegemônica

Ao propor uma arte digital que foge do tradicional, chegamos à possibilidade de tentar pensar e propor uma arte digital contra-hegemônica. Esse pensamento pode nos levar a outras análises e encontra eco e voz no trabalho de outros colegas do grupo. A qual cultura a Arte Digital pertence? Será que é possível pensar em uma arte digital contra hegemônica? Para isso, será que se faz necessário estabelecer critérios estéticos que sejam contra hegemônicos? Ou é possível pensar em uma arte contra hegemônica baseada em epistemologias hegemônicas e que segue os padrões estéticos hegemônicos? E, se tratando de uma Arte fortemente amparada pela tecnologia que se situa em uma barreira borrosa entre Arte e Ciência, será que é preciso pensar também em outras epistemologias que consigam servir de apoio para este pensamento?

No trabalho da Rita Gusmão⁵ encontramos algumas destas respostas. Primeiramente, a autora nos atenta ao fato de que não é possível não ser quem somos e que não somos contra-hegemônicos pois fomos criados com parâmetros que as hegemônias têm ditado. Assim, a mudança de pensamento depende de um processo de reconstrução que irá, possivelmente, partir dos parâmetros existentes como base para esta mudança. Certamente, não é possível seguir com a estética atual mas é fundamental, segundo a pesquisadora, que reconheçamos que somos oriundos dela e que tanto estética quanto epistemologia possam nos servir como chão, nem que seja para depois fragmentar estas linhas de trabalho identificadas como hegemônicas. Podemos assim, olhar para a estética como produção filosófica sobre a sensibilidade artística e entender que o Belo é um fenômeno sociocultural.

Já a interlocução com o pesquisador Thiago Araújo nos permite pensar que os artefatos digitais precisam ser feitos de modo a reverter seu impacto socioambiental ou então eles serão necessariamente uma referência à materialidade do regime hegemônico, mesmo que sejam usados em lutas contra-hegemônicas. Assim, o foco desta arte deve ser lutar contra este regime e não apenas tentar se livrar deste regime esteticamente para que esta arte não caia no ciclo que envolve outras tentativas de se libertar de tal estética. O pesquisador defende ainda que “A cultura é o engendramento de ciclos semióticos e econômicos por extensão, passa por mito, rito, tradição contra cultura, reinvenção do mito e assim o ciclo ocorre novamente”.

Existe um marco na cognição digital que é a origem e constituição dos aparelhos pois esse é um grau notável de alienação quanto a energia e matéria prima empregada, daí vocês me perguntam, o que isso tem haver com arte, eu digo o senso estético e epistemológico refletem e são reflexo do modo de canonização dos valores e perspectivas e por conseguinte da noção de mate-

⁵Retirado de uma conversa pelo Whatsapp entre o autor e a pesquisadora Rita Gusmão no grupo do GTRANS em 14/03/2021.

rialidade das coisas. Recordo de um encontro com membros de uma tribo, de forma solene me perguntaram o que seria o plástico, fiquei surpreso com sua objetividade. Parece óbvio saber o que é o plástico, o que é o açúcar, mas não parece óbvio deixar de usá-los. Assim a dimensão cultural cíclica continua seu eterno retorno, exceto quando pessoas individualmente assumem um desejo de autonomia deste ciclo mítico escravizante. Buscam comunidades globais, concebem territórios e identidades, no entanto, ainda não operam por si pois não operam a base de sua materialidade, não convertem fontes nem modos de utilização de recursos, assim, se nós somos socialmente frutos do meio como engendrar redes e comunidades contra hegemônicas sem operar sobre a própria dependência maquínica do artefato digital hegemônico?⁶

No entanto, nem tudo o que está colocado neste lugar da arte hegemônica precisa ser necessariamente descartado ou questionado, como nos apresenta a pesquisadora Regilan Deusamar Barbosa Pereira⁷. Esta arte hegemônica também é de uma riqueza incontestável, que pode e deve ser admirada. A questão de uma arte contra-hegemônica então não deve ser construída pela negação de uma estética mas sim na capacidade de valorizar também outras estéticas enquanto expressões artísticas e culturais. A pesquisadora defende ainda que a Arte deve ser ensinada com afinco desde o jardim da infância com “a função de criar independência de atitudes e pensamento, bem como reconhecimento da própria cultura, a partir daí, hegemonia se define como estar ciente da predominância de um determinado valor, portanto não significa estar sujeitado, e sim ciente de que podemos criar e reconhecer outros valores”.

⁶Texto retirado de uma conversa pelo Whatsapp entre o autor e o pesquisador Thiago Araújo no grupo do GTRANS em 14/03/2021.

⁷Retirado de uma conversa pelo Whatsapp entre o autor e a pesquisadora Regilan Deusamar Barbosa Pereira no grupo do GTRANS em 14/03/2021.

3 Pensamentos iniciais

Normalmente um trabalho termina com suas conclusões mas este não é o caso do presente trabalho. A discussão presente neste artigo se inicia com o mesmo e é ainda bastante insipiente e não nos permite concluir nada pois, de fato, esta pesquisa ainda não começou. Notamos em nosso evento que há algumas interfaces teóricas e práticas que permitem imaginar trocas e experimentações nas fronteiras de nossos trabalhos enquanto pesquisadores. Os trabalhos aqui apresentados certamente não são os únicos onde esta fronteira existe e foram aqui citados por terem trazido uma interlocução aos meus questionamentos e por me ajudarem a entender melhor as possíveis relações que podemos um dia construir.

Há no grupo outras interseções de pesquisa que estão já bastante fundamentadas em parceria passadas que poderiam também ser citadas como parcerias do GTRANS. Tivemos, no passado, um grupo de pesquisa em STEAM (Science, Technology, Engineering, Arts, and Mathematics) do qual participaram conjuntamente os professores Adilson, Zandra e Ivana, além do Thiago Morandi enquanto mestrando do PIPAUS, e que rendeu muitas pesquisas conjuntas, participações em bancas e trabalhos coletivos. Tais parcerias, que me são necessárias e fundamentais para minha atuação docente se mostram hoje, para mim, como parte cotidiana de minhas atividades de pesquisa, ensino e extensão.

As considerações apontadas neste trabalho nascem do desejo de encontrar outras interseções, recortes, e possibilidades entre pesquisas, que as vezes se mostram como totalmente distantes mas que podem possuir o desejo comum de romper as suas origens e se tornar transdisciplinar. Podemos partir das estéticas existentes, das epistemologias hegemônicas, da visão do mundo como ele é hoje e de nossa disciplinaridade e utilizar este olhar para entender como o pensamento coletivo e a cooperação entre os que se sentem motivados a trabalhar juntos. Só não podemos deixar de imaginar que outro mundo é possível e que as investigações e intervenções dos diversos campos

do conhecimento e da ciência podem trazer a possibilidade de vivenciar a transdisciplinaridade enquanto uma realidade possível, como tem ocorrido no coletivo GTRANS.

Referências

- [1] Marcela Alves Almeida and Flávio Luiz Schiavoni. ASPECTOS DA SUSTENTABILIDADE E COLABORAÇÃO NA ARTE DIGITAL. *Art & Sensorium*, 5:01–14, 2018.
- [2] Igino Silva Junior and Flávio Schiavoni. Sustainable interfaces for music expression. In Flávio Schiavoni, Tiago Tavares, Rogério Constante, and Régis Rossi, editors, *Proceedings of the 17th Brazilian Symposium on Computer Music*, pages 63–68, São João del-Rei - MG - Brazil, September 2019. Sociedade Brasileira de Computação.
- [3] Damián Keller, Flávio Schiavoni, and Victor Lazzarini. Ubiquitous music: Perspectives and challenges. *Journal of New Music Research*, 48(4):309–315, 2019.
- [4] Alison Powell. Democratizing production through open source knowledge: from open software to open hardware. *Media, Culture & Society*, 34(6):691–708, 2012.
- [5] Ignacy Sachs. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Editora Garamond, 2000.
- [6] Flávio Schiavoni, André Gomes, João Teixeira Araújo, Frederico Resende, Igino Silva Junior, Gabriel Lopes Rocha, Avner Paulo, Igor Andrade, Mauro César Fachina Canito, and Rômulo Augusto Vieira Costa. Alice: Arts lab in interfaces, computers, and everything else - research report (2019). In Flávio Schiavoni, Tiago Tavares, Rogério Constante, and Régis Rossi, editors, *Proceedings of the 17th Brazilian Symposium*

on *Computer Music*, pages 157–164, São João del-Rei - MG - Brazil, September 2019. Sociedade Brasileira de Computação.

- [7] Flávio Luiz Schiavoni, João Teixeira Araújo, Iginio de Oliveira Silva Junior, and Isabella de Melo Freitas. AS LIÇÕES APRENDIDAS COM A ORCHIDEA. *DEBATES - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Música*, 1(23):118–154, 2019.
- [8] Lucas Seghezze. The five dimensions of sustainability. *Environmental politics*, 18(4):539–556, 2009.
- [9] Richard Stallman. *Free software, free society: Selected essays of Richard M. Stallman*. Lulu. com, 2002.
- [10] John A Vucetich and Michael P Nelson. Sustainability: virtuous or vulgar? *BioScience*, 60(7):539–544, 2010.

Segurança alimentar, pandemia e extensão universitária

Márcio Carneiro dos Reis¹

Bárbara Brasiel Neiva²

Priscila Moraes Ribeiro de Paula³

Resumo

O artigo apresenta projeto de extensão universitária que propõe enfrentar a Pandemia COVID-19 através de ações em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), promovendo redes de solidariedade, mercados de proximidade e responsabilidade governamental para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O propósito é discutir o potencial do enfoque da SAN como estratégia de desenvolvimento territorial, tendo em conta a emergência da pandemia. Para tanto, é realizada uma breve leitura da experiência brasileira em SAN, de onde decorrem diálogos de saberes como estratégia. Propõe-se então uma análise documental e de estudo de caso, evidenciando as origens do projeto, seus objetivos específicos e suas estratégias de enfrentamento de questões urgentes e de médio e longo prazos. Essa análise será realizada também em diálogo com autores que, acredita-se, contribuem para uma melhor compreensão dos processos em curso e com aspectos relevantes da realidade territorial onde o projeto está sendo implementado.

Nas considerações finais, o tema da SAN enquanto estratégia de desenvolvimento será retomado e serão expostas algumas ações em curso, além de problemas tanto de ordem teórico- metodológica, quanto de gestão, que vêm sendo colocados pela experiência de implementação do projeto em questão.

Palavras-chave: Pandemia. Soberania e segurança alimentar e nutricional. Estratégia de desenvolvimento. Extensão universitária. Circuitos curtos de produção e circulação de bens e serviços. Redes de solidariedade.

Abstract

1 Márcio Carneiro Reis. Filiação Institucional: Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de São João del-Rei (DCECO/UFSJ); Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, (CERESAN/UFRRJ). E-mail: marcio.reis@ufs.edu.br

2 Bárbara Brasiel Neiva graduanda do Curso de Administração da UFSJ e bolsista do Programa de Extensão “Diálogos de saberes e práticas para a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional como estratégia de desenvolvimento no território das vertentes em Minas Gerais”. E-mail: Ba_bibrasiel@hotmail.com

3 Priscila Moraes Ribeiro de Paula graduanda do Curso de Ciências Economicas da UFSJ e bolsista do “Programa de Educação Financeira para Inclusão Socioeconômica Sustentável”. E-mail: priscilamrpaula10@gmail.com

The article presents an university extension project that aims to tackle the COVID-19 Pandemic through the promotion of Food and Nutritional Security (FNS), promoting solidarity networks, proximity markets and governmental responsibility for guaranteeing the Human Right to Adequate Food. The purpose is to discuss the potential of the FNS approach as a territorial development strategy, taking into account the emergence of the pandemic. A brief reading of the Brazilian experience in FNS is carried out, from which dialogues of knowledge arise as a strategy. A documentary and case study analysis was proposed, highlighting the origins of the project, its specific objectives and its strategies for dealing with urgent and medium and long-term issues. This analysis will also be carried out in dialogue with authors who, it is believed, contribute to a better understanding of the ongoing processes and with relevant aspects of the territorial reality where the project is being implemented. In the final remarks, the theme of FNS as a development strategy will be resumed and some ongoing actions will be exposed, in addition to problems of both theoretical and methodological order, as well as management, which have been raised by the experience of implementing the project in question.

Key words: Pandemic. Sovereignty and food and nutritional security. Development strategy. University Extension. Short circuits of production and circulation of goods and services. Solidarity networks.

1 Introdução

A realidade latino-americana é marcada por profundos traços de desigualdade social e econômica, mesmo em vista das riquezas materiais e culturais aqui encontradas. Essas são características que, na verdade, alcançam todas as regiões do mundo. E buscando equilibrar a relação entre a natureza e a expansão do bem-estar das sociedades, a ONU (Organização das Nações Unidas), através do compromisso das Nações signatárias, dentre elas o Brasil, elaborou 17 Objetivos e 169 metas de Desenvolvimento Sustentável que compõem a Agenda 2030, um plano de ação global para um 2030 sustentável. (ONU, 2016). Isto posto, as estratégias de desenvolvimento devem abarcar objetivos do desenvolvimento, que vão para além dos seus aspectos puramente econômicos, destacando o desenvolvimento humano e social e visando assegurar direitos básicos de acesso à saúde, educação e alimentação saudável e de qualidade. De acordo com MALUF (2007), o enfrentamento da questão alimentar é indispensável para promoção da equidade social, permitindo uma análise das questões socioeconômicas presentes em uma dada sociedade, e desse modo, manter ou incentivar a criação de políticas públicas aplicadas com esse o objetivo.

E é nesse contexto de disparidades sociais e problemas ambientais graves que, já nos primeiros dias de 2020, a Pandemia de COVID-19 se impõe sobre todos os países no mundo.

Especificamente no que respeita ao caso brasileiro, pode-se dizer que a crise provocada pela pandemia de COVID-19 alcança o país no momento talvez mais delicado de sua história. Isto ocorre por dois motivos, basicamente: o aprofundamento das desigualdades históricas que marcam nossa sociedade e pela desconstrução da capacidade do Estado, tanto no âmbito federal, como estadual e municipal, de intervir sobre os processos em curso. Essa segunda circunstância, parafraseando Karl Polanyi (2000), acaba por comprometer seriamente os meios através dos quais as populações têm para se defender dos males que as assola. O rebatimento de nossas desigualdades históricas na atualidade pode ser, por exemplo, verificado através de relatórios recentes produzidos pela OXFAM (2017, 2018, 2019), com duas grandes causas sempre em evidência: a regressividade que caracteriza nosso sistema tributário (VALERY, 2018) e o caráter altamente concentrado de nossa estrutura fundiária (OXFAM, 2016)¹.

Uma terceira causa apontada pela literatura que trata da história política do Brasil (COSTA, 1988) é a ocupação e a recorrente utilização do aparato do Estado, por parte de grupos sociais privilegiados e empoderados, para o atendimento de seus interesses, o que vem acompanhado da interdição dos demais grupos sociais considerados oponentes. O privilégio e o empoderamento se auto reforçam, por um lado e, por outro, estão assentados na propriedade fundiária, no controle sobre os fluxos de riqueza e meios de sobrevivência e na capacidade de construir um universo simbólico estéril politicamente, não promotor de cidadania. No Brasil, essa condição se manifesta em todos os níveis territoriais e em todas as instâncias estatais – Judiciário (ICJ-FGV, 2016), do Legislativo (VIEIRA, 1999) e do Executivo (CHARLEAUX, 2018) – e tem implicado em um déficit extraordinário em termos de democracia; uma desigualdade impressionante em termos de renda e riqueza (DOWBOR, 2020) e na degradação ambiental que corre a passos largos (RODRIGUES, 2020), com o comprometimento da vida de muitas pessoas e da cultura acumulada por longas gerações de populações tradicionais.

Sobre essa tendência secular de aprofundamento de desigualdades, superpõe-se, desde 2016 sobretudo, a intensificação de um processo de desconstrução da capacidade institucional do Estado no Brasil de intervir sobre a realidade. Essa capacidade havia sido ampliada a partir da Constituição Federal de 1988, quando a Lei homologou e criou mecanismos para a ação através do Estado, não só para mitigar as tendências seculares de aprofundamento das desigualdades, mas também para revertê-las. Contudo, e a título de exemplo, tem-se a conhecida Emenda Constitucional 95 que, no final de 2016, alterou a Constituição Federal de 1988 para instituir um novo regime fiscal. Esse novo regime limitou o crescimento das despesas do Estado brasileiro à inflação durante 20 anos, impactando negativamente o desenho institucional do Estado e promovendo a redução de gastos em saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura, ciência e tecnologia, enfim, gastos fundamentais para a promoção do desenvolvimento em todas as suas dimensões.

Diante dessas questões, propôs-se um projeto de extensão universitária que visa, no Território Vertentes⁴, enfrentar a Pandemia COVID-19 através da promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Nesse sentido, propõe-se a promoção de redes de solidariedade, mercados de proximidade e responsabilidade governamental, destacando a necessidade de se garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O Projeto foi proposto, visando contribuir para minorar os efeitos do isolamento social e, ao mesmo tempo, promover mecanismos, durante e pós-pandemia, para garantir a reprodução material e social de populações territorialmente localizadas, destacando aquelas em situação de maior vulnerabilidade social. O Projeto tem por objetivo geral contribuir para a disponibilidade e as condições de acesso regular e permanente a alimentos saudáveis e de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, especialmente aos que estão com dificuldades de acessá-los, e para diminuir a incerteza dos que participam de mercados ou de redes de solidariedade, cujo funcionamento se tornou irregular com a atual crise provocada pela Pandemia COVID- 19.

Trata-se de um projeto que está sendo implementado por uma equipe formada hoje por algo em torno de 50 pessoas. Essa equipe é interdisciplinar (nutricionistas, agrônomos, arquitetos, economistas, administradores, assistentes sociais, engenheiros); interprofissional (agricultoras e agricultores; representantes de movimentos sociais; gestoras e gestores públicos; representantes legislativos; pesquisadoras e pesquisadores; professoras e professores; estudantes de cursos de graduação e mestrados acadêmicos; consumidoras e consumidores agroecológicos; produtoras e produtores familiares; empresárias e empresários familiares; administradoras e administradores públicos); e envolve diversas instituições, tanto públicas, quanto privadas e também organizações da sociedade civil.

Destacam-se aqui como parceiros institucionais do Projeto a CRSANS/CONSEA-MG (Comissão Regional de Segurança Alimentar Sustentável do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais) - Território Vertentes; o Instituto Federal Sudeste - Campus Barbacena; a AAFAS – Associação da Agricultura Familiar Agroecológica de São João del-Rei; a UFSJ (Universidade Federal de São João del-Rei); o CERESAN/UFRRJ (Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro); o Empreendimento Feminino Solar na Praça – Feira Livre; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barbacena (Sinter); o Sindicato dos Servidores da Universidade Federal de São João del-Rei – SINDS-UFSJ; a Rede Trem Natural de Agroecologia; o IRSOL - Instituto Raio de Sol de Carrancas-MG; o Coletivo Meninas de NHÁ, do Distrito Rio das Mortes, em São João del-Rei; e tem ainda o apoio do Observatório de Saúde Coletiva e do Fórum de

⁴ Considera-se aqui “Território Vertentes” aquele definido no âmbito da CRSANS/CONSEA-MG (Comissão Regional de Segurança Alimentar Sustentável do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais), acrescido do município de Carrancas-MG. para Inclusão Socioeconômica Sustentável”.

Economia Popular e Solidária, ambos de São João del-Rei, do Fórum de Mulheres das Vertentes.

Posto isto, o presente artigo objetivo apresentar o Projeto em questão e obter contribuições da Comunidade para os seus processos de implementação, monitoramento e avaliação. Para tanto, no tópico seguinte, será proposta uma breve leitura da experiência brasileira em SAN, relacionado-a com o problema do desenvolvimento. No Tópico 3 o Projeto será detalhado, evidenciando suas origens e seus objetivos específicos e suas estratégias de enfrentamento das questões urgentes e de médio e longo prazos. Esse esforço será realizado em diálogo com o enfoque da SAN; com autores que, acredita-se, contribuem para uma melhor compreensão dos processos em curso; e também com aspectos relevantes da realidade territorial. Nas considerações finais, o tema da SAN enquanto estratégia de desenvolvimento será retomado e serão expostas algumas ações em curso, bem como problemas, tanto de ordem teórico-metodológica, quanto de gestão, que vêm sendo colocados pela experiência de implementação do projeto em questão.

2 SAN e desenvolvimento

O Brasil possui uma longa história de lutas e conquistas sociais no que se refere à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (LEÃO e MALUF, 2012). Ao longo desses processos, diversos componentes foram acrescentados ao enfoque da SAN, tanto como objetivo, quanto como estratégia de desenvolvimento, inclusive de forma articulada com movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGS) e agências internacionais, cujos resultados obtidos alcançam o nível internacional. Do ponto de vista ético-político e jurídico, a fundamentação da reflexão e das ações em SAN aqui no nosso país estão fundamentadas no respeito ao DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada e no princípio da Soberania Alimentar dos Povos.

Isto é, em meio às articulações mencionadas, deve também ser ressaltado o lugar privilegiado que o enfoque da SAN que entre nós se desenvolveu confere ao Direito Humano à Alimentação e a busca por um código internacional de conduta sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), questionando inclusive a forma privilegiadamente mercantil que a questão alimentar tem sido tratada em âmbito mundial (FRIEDMANN e McMICHAEL, 2008); McMICHAEL, 2013). Nesse sentido, é importante destacar ainda o princípio da Soberania Alimentar, que nos remete ao “(...) direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos (...)”, de acordo com a cultura, biodiversidade e fatores sociais (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, Havana, 2001). A SAN é um direito e, portanto, deve ser alvo constante da criação de políticas públicas que respeitem a liberdade e a democracia, a sustentabilidade ambiental e a justiça social (MALUF, 2007; LOPES FILHO e ANDRADE, 2016).

Com efeito, no Brasil, desde os anos 1940 e 1950, com Josué de Castro, a experiência

social, a reflexão acadêmica e a gestão pública tiveram sempre que se dar com questões do desenvolvimento, na fronteira com nossos problemas seculares, a exemplo da fome, da desnutrição, da miséria e da pobreza, da desigualdade, da perda da sociobiodiversidade e da falta de democracia. Esse processo, de acordo com Maluf (2007), se intensificou a partir de meados dos anos 1980 e teve como desdobramento o movimento pela promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional que conhecemos hoje.⁵ Nesse diapasão, o caso brasileiro ainda se destaca pelo ambiente formado no qual políticas de SAN foram concebidas e implementadas. Isto é, em torno dessas políticas ocorreu a construção de uma nova governança para a oferta de políticas públicas capazes de iniciar um ciclo virtuoso para a eliminação progressiva da fome e da pobreza, como já mencionado acima.

A qualidade dessas políticas é atestada por diferentes autores e instituições internacionais, não só por seus resultados, como ter possibilitado uma mobilidade social inédita, contribuído para o crescimento econômico, o desenvolvimento social, a diminuição das disparidades regionais e ainda retirado o país do Mapa da Fome em 2014 (ROCHA, 2009; IPC-IG/UNDP, 2015; BOJANIC, 2016). O interesse por essas políticas recaí também sobre o adensamento institucional consequente e que, ao mesmo tempo, lhes serviu de base (BURLANDY, BOCCA e MATTOS, 2012), recolhendo participações dos movimentos sociais do campo e da cidade, de gestores públicos e pesquisadores das áreas da saúde e das ciências sociais e que redundaram, com a contribuição de instituições internacionais supra e paraestatais, em ações e políticas públicas diferenciadas nos anos 1990 (MALUF 1999a; 1999b) e, sobretudo, nos anos 2003-2015 (SOARES e SANTOS, 2016).

Nesse sentido, o ponto central, segundo Reis (2018), é que a experiência e a ação política derivada das “participações” acima referidas engendraram diálogos de saberes e processos convergentes que permitiram, ao longo do tempo, a acumulação de mobilização social e experiência democrática, aprendizado técnico e político-institucional, e aprimoramento conceitual inéditos no país, e que ainda trazem junto o caráter contra-hegemônico. A maior expressão dessa convergência parece ser o conceito brasileiro de Segurança Alimentar Nutricional (SAN), definido na Lei 11.346 de 15/09/2006 (BRASIL, 2006) e seus desdobramentos em termos de políticas públicas que valorizam a intersectorialidade e, portanto, permitem, simultaneamente, enfrentar diferentes problemas do desenvolvimento, como os de saúde, sociais, econômicos, políticos e ambientais com mais eficácia e eficiência do que as políticas tradicionais promotoras do desenvolvimento.

3 SAN como estratégia de enfrentamento da Pandemia COVID-19

Se por um lado, reconhece-se o DHAA como direito fundamental do ser humano, por outro,

5 O Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (<https://fbssan.org.br/>) e a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (<http://pesquisassan.net.br/>) são apenas 2 exemplos dos desdobramentos do movimento pela promoção da Soberania e da SAN no Brasil.

a crise de saúde pública decorrente do COVID-19, alçada, com a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS) ao patamar de Pandemia, tem demonstrado a fragilidade dos sistemas de abastecimento e distribuição de não só de alimentos adequados, bem como escancarado o sucateamento do sistema de saúde no Brasil. A Pandemia de COVID-19 – cujo protagonista é um ator não-humano – nos alcança neste contexto, materializando de forma mais evidente o que Bruno Latour (2004) denomina de “coletivo híbrido”, produto resultante da junção de elementos da natureza e os da sociedade, isto é, da cultura. A análise em perspectiva do que está acima, objetivando compreender melhor o tempo, o lugar e o contexto em que surge, se desenvolve e nos alcança a pandemia COVID-19, permite inferir que tratam-se, portanto, de três processos históricos convergentes: no plano da vida dos indivíduos (as incertezas relativas à saúde e à reprodução material e social das pessoas e dos grupos sociais que as pessoas formam); no plano da história das sociedades (a tendência secular de aprofundamento de desigualdades e de degradação ambiental); e no plano da natureza (a manutenção, a reprodução e a transformação da vida na fronteira entre o físico, o biótico e o antrópico).

Essa perspectiva que propõe perceber os processos históricos se desdobrando de forma inter-relacionada em três tempos é devida às contribuições de Fernand Braudel (1992) e Norbert Elias (1998). Ela, ao mesmo tempo que denota a dimensão e a profundidade da crise provocada pela pandemia COVID-19, impõe um olhar processual, relacional e contextual dos “acontecimentos”; e evidencia questões de cunho ético e moral que permeiam proposições relacionadas ao “o que fazer?”, e que se desdobra em “por que fazer?”, “quando fazer” e “como fazer?”. É neste contexto e tendo em conta as questões de fundo acima mencionadas, o Projeto de Extensão ora apresentado toma como ponto de partida o isolamento social, indicado pela OMS – Organização Mundial da Saúde – referendado pelo Ministério da Saúde e por muitas outras instituições, tanto acadêmicas, quanto governamentais, como medida indispensável que visa conter a proliferação do vírus COVID-19. De acordo com Oliveira et al (2020), essa determinação impõe medidas que possibilitem o atendimento em saúde dos casos graves, por um lado, e, por outro, a medida coloca em evidência questões que se impõem em termos da segurança alimentar e nutricional das populações. Essas questões vão desde o controle higiênico-sanitário até os condicionantes do acesso aos alimentos, passando pelos determinantes da produção, abastecimento e consumo alimentar.

No contexto da crise gerada pela pandemia COVID-19, o isolamento social que se impõe, no tempo dos indivíduos, leva a recordar o sociólogo Herbert de Souza (Betinho): “a fome não pode esperar”. Superpõe-se a isto o tempo da sociedade, onde a má nutrição e as dificuldades de acesso aos alimentos compromete a saúde das pessoas e das famílias, colocando os mais vulneráveis socialmente em situação muito pior em relação àquela em que já se encontravam. Assim, o COVID-19 nos atinge não apenas enquanto organismos humanos, individualmente, mas impactando

aspectos ambientais, sociais, econômicos e político-institucionais de nossa organização social, na interação com os atores não humanos, deixando evidente, na sua maior clareza, o hibridismo mencionado por Latour.

O projeto foi desenvolvido como desdobramento de um programa de extensão que, mesmo antes da Pandemia, propunha colocar em curso no Território Vertentes uma estratégia de desenvolvimento territorial baseada no enfoque da SAN desenvolvido no Brasil. E isto estava sendo feito em parceria com um outro projeto de extensão que visa promover educação financeira como base para inclusão socioeconômica de populações vulneráveis. No bojo do Programa mencionado, propõe-se promover a “acumulação ampliada de capital social” (BASCO e LAXALDE, 2005) em torno dos objetivos da SAN no território em questão. Tal promoção deverá se dar através da articulação de atores locais e regionais parceiros, estabelecidos em diferentes posições institucionais, com diferentes formações profissionais e atuações sociais e econômicas também diversas. Essa articulação deverá ser capaz de promover o diálogo interno e externo ao Programa, com diversas instâncias político-institucionais, de modo colocar em curso no território uma estratégia de desenvolvimento baseada no enfoque da SAN desenvolvido no Brasil.

A perspectiva do desenvolvimento que envolve atores tanto como beneficiários, quanto como articuladores do desenvolvimento tem merecido bastante atenção, sobretudo desde os trabalhos de Amartya Sen (2000) e Albert Hirschman (1986). Ao mesmo tempo, literatura recente tem apontado – e também questionado – a capacidade que possuem as questões alimentares de aglutinar forças sociais para promoção de transformações sociais de mais longo alcance, como a promoção da democracia, o desenvolvimento social e a sustentabilidade ambiental (CAROLAN, 2011; GOODMAN et al, 2012; SCHANBACHER, 2015; BEACH, 2016; BONANNO e WOLF, 2018). Friedman (2005) está entre o(a)s autore(a)s que têm chamado atenção para o fato de que a questão-chave para alimentação e agricultura e para reformular a governança em todas as escalas, do local até o global, é a democracia.

Uma abordagem teórica que explica esse fenômeno e pode servir de base para proposições de desenvolvimento territorial baseadas na SAN provém da contribuição de Basco e Laxalde (2005), mencionada acima. As autoras retomam o conceito de capital social como recurso social, através do qual se mobiliza outros recursos para promover desenvolvimento. Ilumina assim “las relaciones y prácticas sociales de los actores individuales o colectivos” e introduzem a noção de processo de acumulação de capital social, consistente com a passagem do capital social simples para o capital social ampliado. As relações características do capital social ampliado são mais complexas, onde grupos e instituições estabelecem vínculos com outros grupos e instituições, que se desdobram em associações, redes ou federações, “con mayores grados de formalización que se desenvuelven en entornos o niveles más macro, de espacios institucionales más amplios

(municipios, provincias, país, incluso desarrollando conexiones internacionales)”. Maior complexidade exige aprimoramento da gestão e implica maior grau de participação e maiores graus de consciência em relação à ideia de pertencimento e às condições e circunstâncias de vida dos membros em conjunto, exigindo visão analítica integral entre os níveis micro e macro e a ênfase nas relações sociais entre organizações, acumulando recursos desde dentro para fora. A noção de “acumulação ampliada de capital social” visa a coordenação de ações concebidas em espaços institucionais caracterizados pelo diálogo entre saberes provenientes de diferentes perspectivas, ações estas voltadas para a promoção do acesso aos alimentos, da produção agroalimentar sustentável, sobretudo por meio da agricultura familiar, do abastecimento alimentar que privilegia os circuitos curtos e a proximidade produtor-consumidor e o consumo alimentar promotor da saúde individual, coletiva e ambiental.

Posto isto, o objetivo geral do projeto de enfrentamento ao COVID-19 corrobora com o escopo do Programa principal, além de expressar ao mesmo tempo uma preocupação de cunho imediato com o acesso aos alimentos por parte das pessoas, famílias e grupos sociais mais vulneráveis, e também uma preocupação em relação ao abastecimento alimentar por períodos de tempo mais longos, considerando aqui a proposição de ações públicas para “durante e pós-Covid-19, para a subsistência e sobrevivência de sujeitos, em especial, aqueles em situação de vulnerabilidade social.” Ou, como expressou Maluf (2020): “Como em outras áreas, as questões de abastecimento alimentar devem ser abordadas combinando ações imediatas frente às emergências com a busca de objetivos permanentes que vão além do contexto de pandemia.”

Essa última preocupação leva em conta as condições socioambientais nas quais os alimentos são produzidos, distribuídos e consumidos. E, sem perder de vista os quadros de desigualdade que caracterizam nossas sociedades, considera-se também a incerteza que ronda o funcionamento dos mercados quanto ao acesso à renda, à oferta nos mercados locais e regionais de bens alimentares saudáveis e de qualidade e bens e serviços não alimentares, mas essenciais à vida. Assim, o acesso aos alimentos por parte das parcelas mais vulneráveis das populações, que já era comprometido por conta das desigualdades acima mencionadas, ficou mais comprometido ainda com as medidas de isolamento social para frear a propagação do vírus COVID-19. Considerando apenas os municípios de São João del-Rei, Santa Cruz de Minas e Tiradentes, antes da pandemia, pode-se verificar que algo em torno de 31% da população encontrava-se em condição de vulnerabilidade, correspondendo esse percentual a 33.351 pessoas.⁶ O Território Vertentes, como definido acima, possui uma população estimada em 787.878 pessoas. Num exercício estatístico preliminar, aplicando-se o percentual de população vulnerável verificado para os três municípios acima mencionados (31,3%), estamos aqui falando de algo em torno de 247 mil pessoas ou mais de 60 mil famílias, considerando

⁶ (IBGE-CIDADES) A situação de vulnerabilidade aqui foi definida em função do percentual de População com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo.

uma média de 4 pessoas por família.

Em linha com o que está acima, a formulação do objetivo geral leva também em conta os sinais contraditórios que advêm dos governos federal, estadual e, em alguns casos, municipal. A isto se adiciona a lentidão com que medidas emergenciais vêm sendo tomadas. De um lado, atenta-se contra os perigos derivados da pandemia (autorizações e desautorizações das ações emanadas do Ministério da Saúde, associadas ao aprofundamento de conflitos entre executivos estaduais/municipais e o Executivo Nacional). A isso seguiu-se a Medida Provisória 927, de 22 de março de 2020 (que dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública provocado pela Pandemia COVID-19), contribuindo para aprofundar as desigualdades sociais (OXFAM, 2020). De outro lado, atende-se de forma precária às demandas mais imediatas da maior parte da população, e a contestação oficial das medidas de isolamento social coloca em risco, de novo, as parcelas mais vulneráveis das populações.

Mas, em meio a essas circunstâncias, fica em aberto o problema do abastecimento alimentar e de bens essenciais à vida das pessoas. As contradições acima apontadas, quando associadas ao caráter tardio das medidas tomadas, evidencia a importância da proposição de ações públicas que mesclam os efeitos imediatos da crise e seus desdobramentos no médio e no longo-prazos. O ponto central, contudo, é que as continuidades no tempo das medidas de isolamento social põem em risco o abastecimento alimentar para o conjunto das populações, exigindo que se coloque em prática mecanismos que garantam subsistência e sobrevivência de sujeitos, em especial, aqueles em situação de vulnerabilidade social, não só no curto, mas também no médio e no longo prazo. E é neste sentido que aqui propõe-se **o objetivo específico 1**: fortalecer as redes de solidariedade social que se colocaram em movimento espontaneamente para minimizar os efeitos do COVID-19 sobre a capacidade de acesso aos alimentos e a outros bens essenciais à saúde e à vida de pessoas, famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade social."

Esse objetivo se impõe porque redes de solidariedade, que já permeiam os tecidos sociais como um todo, ganham destaque quando ocorre algo que coloca o conjunto da sociedade em risco. No entanto, ocorre que a espontaneidade característica dessas redes deixa dúvidas quanto à sua continuidade, tanto no tempo como no espaço. Por isso o objetivo de fortalecê-las, implicando impulsionar relações de reciprocidade, quando o outro é visto como igual, e também medidas de redistribuição mais democráticas, sobretudo a partir do Estado.

No Brasil, as condições político-institucionais e jurídicas para tanto haviam sido fortalecidas tendo em conta as determinações da Constituição Federal de 1988. Contudo, a partir do que vem se desenrolando a partir de 2016, entretanto, "fortalecê-las", essas redes de solidariedade, significa, dentre outras, dar-lhes visibilidade; colocar em evidência o trabalho voluntário que lhes é inerente; o valor ético-político, social e econômico que lhes permeia; e contribuir para o esforço de se fazer

voltar a instituir, no plano do Estado, em convergência com movimentos sociais afins nos planos estaduais e da União, além de iniciativas legislativas, do judiciário e dos próprios executivos, medidas que garantam, com dignidade, a sobrevivência da população trabalhadora de uma forma geral. Essas redes vêm se tornando, na verdade, a garantia da sobrevivência da população mais vulnerável do país e o mínimo de qualidade de vida, em face das incertezas provenientes sobretudo do Executivo nacional.

Adiciona-se ao exposto acima que os **objetivos 2 e 3** caminham no mesmo sentido: 2) propor a constituição de Banco de Alimentos municipais ou regionais; e 3) combater o desperdício de alimentos incorporando no circuito de produção, distribuição e consumo alimentar frutas, verduras e legumes produzidos nos quintais domésticos.

De fato, os objetivos 1, 2 e 3 estão em linha com ações que visam garantir que todas as pessoas, com prioridade àquelas que se encontram com maior dificuldade, garantam a si e a sua família, o direito de ter acesso físico ou econômico a alimentos adequados e saudáveis (ABA – Associação Brasileira de Agroecologia et al 2020: p. 2). De acordo com esse documento, para o país como um todo, desde 2018, já se podia perceber o aumento no número de pessoas em situação de extrema pobreza, alcançando um total de 13,5 milhões de pessoas. Trata-se, na verdade, de um movimento ascendente iniciado em 2015. E, “como fome e pobreza são fenômenos correlatos, isto contribui ainda mais para que o Brasil se encontre em uma situação de profunda vulnerabilidade diante da pandemia.” Isto é, “Esses alimentos precisam estar disponíveis, de forma estável e permanente, até que essas pessoas sejam capazes de os assegurar por si mesmas (o que envolve o fortalecimento de políticas estruturantes) (ABA et al 2020: p. 2).

Mas, entre os efeitos do isolamento social está também o comprometimento da capacidade de acesso, sobretudo por parte das populações mais vulneráveis, a alimentos saudáveis e de qualidade, e também a bens não alimentares essenciais à manutenção da vida. Diz-se aqui do acesso à renda, decorrente dos impedimentos relativos à circulação de pessoas, implicando limitações sérias ao acesso à parca renda que os números significativos de famílias têm. Ainda de acordo com ABA (2020: p.1), a “Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou previu que até 25 milhões de pessoas poderão perder seus empregos no mundo” a o que se agrega os que já estavam desempregados. O Documento ainda chama a atenção para “países que não zelam pela proteção do emprego e de direitos dos trabalhadores”, que é o caso do Brasil nesse período mais recente. E, especificamente sobre o nosso país, os técnicos da OIT estimam que, “de 8,8 milhões a 35 milhões de pessoas irão cruzar a linha da pobreza, mesmo que mantenham seus trabalhos. Essa é uma perspectiva especialmente preocupante no Brasil, em que, segundo o IBGE, 41,1% da força de trabalho está na informalidade.”

Como resposta à manifestação de efeitos da pandemia COVID 19 dessa natureza, isto é, que

limitam o acesso à renda, o Projeto propõe, nos seus **objetivos específicos 4 e 5**: 4) fortalecer circuitos curtos e de proximidade de comercialização de alimentos adequados e saudáveis, e de bens essenciais não alimentares, articulados com a promoção de equipamentos de varejo (pequeno comércio, feiras etc.) que garantam o acesso a esses bens de forma digna, sobretudo pelas famílias mais vulneráveis, tanto no meio rural quanto no meio urbano; e 5) fortalecer a agricultura familiar, a agricultura urbana e periurbana, nos municípios de Santa Cruz de Minas, São João del-Rei e Tiradentes, com destaque para os produtores familiares agroecológicos ou em transição agroecológica.

O acesso à renda é determinante no acesso a alimentos saudáveis e de qualidade, em quantidade suficiente, e a bens essenciais não alimentares, também de qualidade. A divisão social, técnica e regional do trabalho que se impõe sobre os territórios nos torna a todos “habitantes da camada do mercado” – expressão cunhada por Fernand Braudel (1987) – dependentes do acesso à renda, ter “dinheiro”: é preciso ter algo para vender ... para poder comprar aquilo do que se necessita. Essa condição, em sociedades não democráticas como a nossa, deixa evidente uma das faces mais cruéis para a reprodução material e social da vida, sobretudo para as camadas mais vulneráveis das populações. Porque aqueles que exercem controle sobre os fluxos de riqueza e os meios de sobrevivência, bem como têm ascendência sobre os aparatos públicos para intervenção sobre a realidade - a “camada do anti-mercado, nos termos de Braudel (1987) - também acabam por controlar as condições materiais de reprodução da vida social. Com base em Erik Wolf (1989) pode-se denominar tal forma de exercício do poder como “poder estrutural”.

Em sociedades mercantis desenvolvidas, a pandemia COVID-19 trouxe uma série de incertezas para o funcionamento dos mercados, rompendo cadeias de comercialização e/ou impondo um conjunto de condicionantes a produtores, comerciantes e consumidores, os quais nem todos podem satisfazer. Além disso, nem todos fazem parte de grupos sociais que conseguem alterar seus negócios pela restrição de acesso à tecnologia, acessar o crédito ou acumularam reservas suficientes para se dar com incertezas dessa natureza. Em outras palavras, a circulação de mercadorias ficou comprometida e também os fluxos de pagamentos e recebimentos a elas relacionados. Com poucos recursos familiares e sem nenhuma condição de acesso à tecnologia e ao crédito, milhões de famílias veem suas dificuldades, que já eram muitas, ficarem ainda maiores.

Nesses termos, o fortalecimento de circuitos curtos se justifica pela existência de um mecanismo, contudo, que faz com que a renda gasta num determinado território permaneça nesse território e, além disso, se veja multiplicada para se tornar renda de muitas outras famílias. E trata-se também, no caso do objetivo 5, de priorizar a agricultura familiar, a agricultura urbana e periurbana, destacando os produtores familiares agroecológicos ou em transição agroecológica, pela vinculação que suas atividades pressupõem entre saúde individual, coletiva e ambiental, hábitos

alimentares saudáveis e combate à desigualdade social. Aproximar então produtores e consumidores por meio do encurtamento das cadeias produtivas e, ao mesmo tempo apontar para processos de transição agroecológica e consumo social e ambientalmente sustentável tornam-se dois dos principais objetivos quando se pretende minorar os efeitos da pandemia COVID-19 em territórios específicos, durante e pós-crise.

Veja-se, por exemplo a experiência das “Cestas Programadas”, uma atividade que se desenvolveu a partir do “Dia de Feira”, uma feira de produtos agroecológicos que ocorria em “tempos normais” todas as terças-feiras no pátio do Campus Santo Antônio da UFSJ. O cancelamento do Calendário Acadêmico fez com que as feiras fossem interrompidas. Em resposta, o grupo de agricultoras e agricultores, toda(o)s associada(o)s à AAFAS – Associação de produtores e produtoras familiares Agroecológicas de São João del-Rei – e ligadas ao FEPSSJ – Fórum de Economia Popular e Solidária de São João del-Rei – resolveu ampliar suas atividades relativas às “Cestas Programadas”, introduzindo a inovação de atender “em casa” à demanda proveniente de prossumidoras e prossumidores. É uma rede de solidariedade mesclada com trocas monetárias e que garante renda para os produtores e produtoras de um lado e bens alimentares saudáveis e de qualidade de outro.

Nesse esforço, viram, em duas semanas, o número de cestas preparadas saltar de algo em torno de 20 cestas para mais de 60 cestas. O significado desse fato é digno de nota: 60 famílias consumidoras de hortaliças, frutas e quitandas passaram a ter acesso a alimentos produzidos sem agrotóxicos e conservantes, a “comida de verdade” “sem veneno”, como se diz. Mas é nesse momento que os gargalos começam a aparecer: problemas de gestão, associados a questões de logística e às limitações relativas à capacidade de oferta. Tratam-se, na verdade, de problemas que só poderão ser equacionados de fato no médio-prazo, com acesso à tecnologia principalmente e a formas de financiamento que possibilitem maior eficiência na organização da produção, sem perder de vista a qualidade, tanto dos produtos, quanto das relações em torno das quais a atividade vem se desenrolando há quase uma década.

Dois aspectos, no entanto, devem chamar a atenção: o fato de que a rápida conversão verificada no exemplo acima só ocorreu pela base de sustentação da experiência em si: a rede de solidariedade que permeia as atividades da produtora(e)s e consumidora(e)s; e a necessidade de fortalecer a experiência em si – e as experiências semelhantes – por conta dos gargalos apontados, de modo a conferir sustentabilidade no médio e no longo-prazos para o conjunto solidariedade-funcionamento de mercados.

Outros produtores, no entanto, cujas redes de solidariedade das quais participam não são tão extensas, isto é, não vão muito além das redes familiares e de cunho religioso, esses produtores ficam mais desguarnecidos. Isto é, pelo fato de estarem numa situação de quase total dependência

de relações, que funcionam baseadas no ganho e na vantagem individual, as incertezas passam a ser maiores, a o que se acresce o aumento dos custos de transporte, com a saúde e higiene, dentre outros, custos esses que se impõem pela pandemia COVID-19. Nos termos de Polanyi (2000), trata-se da diminuição da capacidade de regulação do “padrão institucional do mercado” que orienta “princípios de comportamento baseados na permuta, na barganha e na troca”, e que vem se materializando, em tempos de pandemia, na perda de produção, adiamento de recebimentos, diminuição da demanda, aumento de custos, assim, colocam esses produtores em dificuldade. E o mesmo se verifica com o pequeno comércio e com os prestadores de serviços de uma forma geral, com destaque, no entanto para aqueles cujos serviços são de baixo valor agregado.

Destaque-se aqui um outro segmento que, no contexto da pandemia COVID- 19, é bastante afetado: os produtores de serviços, incluindo os serviços de turismo, atividade tradicional dos municípios do Território Vertentes, com destaque para São João del-Rei e, mais particularmente, Tiradentes e Congonhas. De uma forma geral, no entanto, como nos demais segmentos do sistema econômico, discorre-se aqui acerca do acesso à renda que garante a sobrevivência e a reprodução material e social da maior parte da população. O isolamento social impede que a oferta desses produtores se realize, dada a característica fundamental da oferta de serviços – o fato de ser produzido e consumido ao mesmo tempo. O fato é que cabe aqui uma ação pública no sentido de fortalecer esses produtores e garantir a satisfação da demanda correspondente. E, pensando em produtores de serviços de baixo valor agregado, mas fundamentais para o funcionamento de sociedades como as nossas, cujo acesso à tecnologia e ao crédito é limitado, como taxistas, prestadoras de serviços domésticos, bares e restaurantes, etc., a necessidade é premente de apoiá-los sob a pena de colocar em risco a sobrevivência das famílias que deles dependem.

No que respeita ao Território Vertentes, está-se aqui na verdade fazendo referência a algo em torno de 50% do “Valor adicionado bruto dos Serviços” em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) regional, estando aqui excluídos os valores referentes à “Administração, saúde e educação públicas e seguridade social”. Assim, é nesse contexto, também, que se coloca a importância de se fortalecer circuitos curtos, de proximidade, de comercialização que articulam pequeno comércio, feiras, sistemas públicos de logística, mercados institucionais; enfim, construir alternativas para diminuir a incerteza desses produtores, prestadores de serviços, comerciantes e consumidores.

Um outro aspecto relacionado é aquele que liga saúde, nutrição e meio ambiente. É nesse contexto que se coloca em evidência a necessidade de fortalecer a agricultura familiar, a agricultura urbana e periurbana, com destaque para os produtores familiares agroecológicos ou em transição agroecológica. O fato é que a ideia de saúde extrapolou o indivíduo isolado e a saúde individual não é mais possível de ser pensada sem que se pense ao mesmo tempo em saúde

coletiva e saúde ambiental. Acima fez-se referência ao fato de que a pandemia COVID-19 coloca em evidência a interação entre os meios físico, biótico e antrópico, deixando mais claro do que nunca o hibridismo que sustenta a existência dos seres vivos. Aqui, os sistemas agroalimentares cumprem uma função primordial, qual seja: aquela onde se opera os processos de reprodução da vida, formando um “híbrido” entre o que é humano e o não-humano. Ocorre que o distanciamento entre ambos, tendo em conta os processos de reprodução da vida de uma forma geral, que se expressa, por exemplo, no uso indiscriminado de agrotóxicos, no ultra processamento de alimentos ou no consumo alimentar “inconsciente” – hábitos alimentares não saudáveis – têm provocado comprometimentos sérios à saúde humana e não-humana. E quando se agrega a essa realidade, que vai se constituindo no tempo da natureza e no tempo das sociedades, aquilo que já faz parte do tempo dos indivíduos, isto é, uma situação de extrema desigualdade como a que vivenciamos, passa a ser mais do que importante, necessário até, o estímulo aos produtores orgânicos e agroecológicos e à transição agroecológica. Cuidar do meio ambiente cuidando das pessoas e cuidar das pessoas cuidando do meio ambiente, produzindo alimentos saudáveis e de qualidade, de forma ambientalmente sustentável, socialmente justa, politicamente democrática e culturalmente diversa.

O que está posto acima, entretanto, nos leva ao tema da governança territorial. Estamos falando de uma população de perto de 770 mil pessoas, habitantes do território Vertentes estabelecido pela CRSANS-Vertentes. E é nesse contexto que se colocam os **objetivos 6 e 7**: 6) instar executivos e legislativos municipais a tomarem ações emergenciais tendo em conta o princípio da intersetorialidade que permeia as políticas públicas que operam nas interfaces entre saúde e SAN das populações, garantindo simultaneamente, o DHAA; e 7) promover articulações para a retomada das atividades dos conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e de Desenvolvimento Rural para garantir a realização do DHAA.

Está-se aqui interessado contribuir para qualificar ações públicas nesse momento. Isto é, o interesse recai sobre medidas que não só caminhem no sentido de “redução de danos” decorrentes da pandemia COVID-19, mas também de ações que visam o desenvolvimento local e regional promovendo o diálogo entre governos e sociedade civil. Os movimentos sociais no Brasil, juntamente com gestores públicos e pesquisadores em várias áreas do conhecimento, no período pós-CF88, desenvolveram mecanismos institucionais que permitem a ação do Estado de forma integrada, econômica e eficaz. A natureza sistêmica que assumiu as políticas públicas no país são o maior exemplo disto. Fala-se aqui de estruturas sistêmicas do ponto de vista político organizacional, a exemplo do SUS – Sistema Único de Saúde. Essas estruturas se estendem dos municípios à União, conformadas por conselhos de estrutura tripartite.

É essa estrutura que está sendo desconstruída. E junto com ela uma série de mecanismos de

financiamento das políticas públicas têm sido escasseados. E é no sentido retomar essa estrutura, o seu caráter de participação social e seus mecanismos de funcionamento que os objetivos 6 e 7 foram propostos. Na maior parte dos casos, é só respeitar a Lei e/ou valer-se dos instrumentos jurídicos que autorizam a ação governamental no sentido de que os instrumentos de política foram criados. No caso específico da Segurança Alimentar e Nutricional (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN - Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), de acordo com a ABA (2020: p. 4), pode-se propor a “Criação de Comitês Estaduais e Municipais de Emergência para o Combate à Fome”. Idealmente, esses conselhos seriam formados por “(...) instâncias que tratam da SAN, como os conselhos (Conseas) e câmaras intersetoriais governamentais (Caisans), Instituições de Ensino Superior (IES)”. Essas instâncias, desconstruídas/desarticuladas formalmente no âmbito federal já no início de janeiro de 2019 (Medida Provisória 870 de 2019 e seus desdobramentos no Congresso Nacional), mas não nos níveis estadual e municipal, estariam em diálogo com “os sistemas de saúde e de assistência social e sociedade civil” de modo a “monitorar e propor soluções articuladas e intersetoriais, com foco nos grupos mais vulneráveis à fome.”

Assim, de um lado, torna-se imperativo retomar, sobretudo no contexto de pandemia que nos acomete, processos de governança territorial já instituídos no nosso ordenamento jurídico e que garantam a ampliação da participação política na definição de meios e fins para a ação pública e para as políticas públicas. De outro lado, no entanto, esses processos, nos últimos quatro anos, têm sido desestimulados e até mesmo desconstruídos. Esse é o caso, por exemplo, do município de São João del-Rei, no que respeita aos conselhos municipais de Desenvolvimento Rural (instituído pela Lei Municipal 4.194, de 21 de maio de 2008) e de Segurança Alimentar e Nutricional (instituído pela Lei Municipal nº 3888, de 19 de outubro de 2004). Esses e os demais conselhos municipais de políticas públicas, como o de Saúde, Educação, Assistência Social, dentre outros, configuram-se como espaços públicos de diálogo e interação social voltados para o equacionamento dos problemas colocados para o município. Mas como fazer quando a proposição e implementação de processos de governança territorial mais democráticos não são prioridade dos executivos municipais e estaduais e, tampouco, do Executivo Federal?

4 Considerações Finais

Para colocar em curso ações no sentido de alcançar os objetivos 1 e 3 e, parcialmente o objetivo 2, acima mencionados, constituiu-se a Comissão de Apoio às Redes de Solidariedade, com o objetivo de identificar e acompanhar redes de solidariedade que vêm se manifestando no território em função da mitigação dos efeitos da pandemia COVID-19; criar estratégia para conhecer e caracterizar essas redes; contribuir para a Identificação de formas de fortalecer as redes de

solidariedade em sintonia com os protagonistas dessas redes, incluindo aqui o combate ao desperdício; e iniciar a preparação do I seminário de redes de solidariedade do Território Vertentes.

Os objetivos 4 e 5, também mencionados acima, constituem objeto de atuação da Comissão para a promoção de mercados de proximidade. Entre as ações que vêm sendo desenvolvidas, estão a identificação de circuitos curtos e mercados de proximidade passíveis de serem estimulados no curtíssimo prazo, tendo em conta bens alimentares e outros bens não alimentares essenciais à vida; desenvolver estratégias para o fortalecimento da agricultura familiar, a agricultura urbana e periurbana, com destaque para os produtores familiares agroecológicos ou em transição agroecológica; promover geração de renda nos setores primário, secundário e terciário, destacando a produção artesanal e o pequeno negócio. Destaque-se aqui também os encaminhamentos relacionados à construção de um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural (PTDR), que terá como uma de suas diretrizes a promoção da Transição Agroecológica, além de proposições relativas à realização do I Seminário Territorial de Circuitos curtos e mercados de proximidade.

Pretende-se que os objetivos específicos 6 e 7 sejam alcançados a partir da atuação da Comissão político-institucional. Essa atuação envolve ações no sentido de realizar diagnóstico acerca das condições político-institucionais vigentes; identificar atores estatais e não-estatais convergentes em relação ao objetivo geral e objetivos específicos; recuperar as legislações municipais relacionadas com a instituição dos conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento Rural; contribuir junto com atores relevantes, estatais e não estatais, para articular ações concernentes com os objetivos do projeto; Iniciar as negociações para implantação de bancos de alimentos no território e articular com atores relevantes suas respectivas contribuições para o PTDR.

Além dessas 3 comissões, com o objetivo de apoiar o trabalho das demais comissões e a implementação do Projeto como um todo, foram ainda instituídas 3 outras comissões, sem contar a Comissão Coordenadora. São elas: a Comissão de Saúde, Nutrição e Vulnerabilidade; a Comissão de Comunicação e a Comissão de Monitoramento e Avaliação. Essa última Comissão foi proposta com o objetivo de desenvolver indicadores de processo e de resultado para o Projeto; e realizar o monitoramento e a avaliação periódica das atividades realizadas no âmbito das demais comissões. A Comissão de Saúde, Nutrição e Vulnerabilidade visa realizar diagnóstico da situação de Insegurança Alimentar e Nutricional; fornecer subsídios para as demais comissões em termos de normas, regras, protocolos concernentes à saúde e à nutrição e o respeito ao DHAA; subsidiar a proposição de constituição de bancos de alimentos; e desenvolver e divulgar material informativo e educativo contendo as medidas prioritárias nas áreas da saúde e da nutrição relativas ao controle da pandemia COVID-19. A Comissão de Comunicação, por fim, foi criada com o propósito de desenvolver estratégias de comunicação para diferentes públicos relacionados com o projeto,

incluindo a atuação em mídias e meios de comunicação para dialogar com as populações instaladas no território e publicizar os objetos e ações do Projeto.

Até o presente momento, um conjunto de ações têm sido realizadas por essas comissões, seja isoladamente, seja em parceria umas com as outras. O Projeto "Comida de Verdade: gerando trabalho e renda e promovendo hábitos alimentares saudáveis", por exemplo, tem por objetivo gerar trabalho e renda para as famílias agricultoras e, ao mesmo tempo, proporcionar acesso a alimentos de qualidade - frutas, verduras e legumes e quitandas - por parte das famílias de catadores e catadoras. Vinculou-se, assim, duas associações, uma de catadoras e catadores e outra de agricultoras e agricultores familiares agroecológicos, ao mesmo tempo que levou-se para o cotidiano de todas e todos os envolvidos o sentido da justiça alimentar, do respeito ao DHAA, o caráter político que está vinculado ao ato de se alimentar e de resgate da cultura alimentar regional através da oferta de quitandas artesanais. Adicionou-se, ainda, ao Projeto duas outras ações: uma Cartilha intitulada "Como aproveitar integralmente os alimentos? receitas e informações nutricionais", produzida pela Comissão de Saúde, Nutrição e Vulnerabilidade; e a Ação "EPI's para Catadoras e Catadores: máscaras de proteção individual, resultado do trabalho da Comissão de Apoio às Redes de solidariedade.

Como visto acima, todas as comissões têm realizado diagnósticos para subsidiar a ação política no território, ao mesmo tempo que têm o propósito de estimular a "acumulação ampliada de capital social" pretendida. É, no entanto, digno de nota o fato de que a noção de SAN como estratégia de desenvolvimento territorial ainda é pouco compreendida, como também a possibilidade de ação política fora do âmbito estatal-territorial. Esse fato coloca em risco a gestão tanto do Programa, quanto do Projeto, por dificultar processos de descentralização que, embora de forma tímida, está sendo colocado em prática. Esse fato também impõe certas dificuldades para a ação das comissões, em especial para a Comissão de Comunicação, dificuldades essas que aos poucos vêm sendo equacionadas e encaminhadas. Por exemplo, em meio ao contexto de pandemia, não se trata de "ajudar" ou "receber ajuda" simplesmente, mas de promover relações de reciprocidade entre doadores, beneficiários e intermediários, onde "o outro é visto como igual". Isto está em linha com uma percepção de solidariedade que nos remete à noção de "fazer parte", como Elias sugere, de uma teia infundável de relações que se autoalimentam. E que se estende para muito além do que é humano - o híbrido de Latour, novamente!

Uma questão correlata decorre da insistência em trazer abordagens de desenvolvimento que privilegiam o setorial e não o territorial. Quando, do ponto de vista da SAN, coloca-se em evidência questões de disponibilidade associadas a questões de acesso, a abordagem dos três tempos, vista acima, aparece em toda sua clareza: hoje, no momento presente, muitas pessoas estão passando por dificuldades, número esse que tende a aumentar. Nesse contexto, a proposição: "daremos prioridade

para empreendimentos sustentáveis” leva à indagação acerca dos milhões de famílias que se reproduzem material e socialmente por meio do que não seja “sustentável”. A abordagem do desenvolvimento visto sob a ótica territorial implica reconhecer necessariamente as diferentes manifestações culturais que pode se observar nos territórios, ao mesmo tempo que permite proposições de intervenção no tempo das sociedades e no tempo da natureza condizentes com mais democracia e justiça social, mais harmonia entre o que é antrópico, biótico e físico. Mas essa abordagem também implica o aprimoramento de abordagens relacionais, que sejam contextuais e processuais. Implica perceber os fluxos e o movimento dos atores em meio a esses fluxos. É relativamente fácil, por exemplo, diagnosticar a agricultura familiar em meio ao “setor rural”, mas não o é os vínculos e as relações entre o rural e urbano.

Por fim, no âmbito tanto do Programa, quanto do Projeto, está também sendo preparada a Ação "Formação em Segurança alimentar e Nutricional", que tem como objetivo geral subsidiar as discussões sobre a promoção do desenvolvimento territorial na região das Vertentes, acrescido do município de Carrancas, através da estratégia baseada na promoção da SSAN. Especificamente, visa-se: 1) Ampliar e difundir a reflexão em torno da SAN como estratégia de desenvolvimento territorial; 2) Promover a convergência e a aglutinação de forças políticas em torno dos objetivos da SSAN, como agricultores familiares, agroecologistas, gestores públicos, ambientalistas, pesquisadores, feministas, movimentos sociais ligados à justiça social e à promoção da democracia e todos os que podem acumular forças de modo a imprimir no território uma institucionalidade capaz de promover o respeito à diversidade cultural e à biodiversidade e reverter os processos em curso promotores de desigualdade, violência e degradação ambiental; e 3) Estimular a criatividade para ação pública em torno dos objetivos da SSAN como idealização da melhora coletiva desejada.

Ao mesmo tempo, contatos vêm sendo realizados e propostas sendo encaminhadas para prefeituras municipais, ministério público, representantes legislativos, dentre outros atores, no sentido de viabilizar os objetivos específicos acima discutidos. Espera-se, assim, deixar um legado de solidariedade e espírito público para a promoção da saúde coletiva, alimentação saudável e adequada, democratização do território, caminhando para o respeito à soberania e à autonomia dos povos, incluindo formas de organização da produção, do abastecimento e do consumo mais sustentáveis, como, assim nos parece, o é o fortalecimento de redes de solidariedade e também dos circuitos curtos de produção e consumo, além da divulgação e educação sobre a agroecologia, bem como a abertura de novos mercados com foco na produção local de alimentos agroecológicos e na produção artesanal local. a médio e longo prazo.

Nesse momento de perplexidade coletiva, com tendência à desestruturação social, seja por conta dos aspectos de saúde (individual, coletiva e ambiental); dos aspectos socioeconômicos ou ainda dos aspectos político-institucionais que a pandemia faz emergir, torna-se imperativo o

envolvimento da população no equacionamento e no encaminhamento das questões que tais problemas suscitam. O advento do vírus COVID-19 em um contexto de pandemia global enfatizou a já presente desigualdade social e os abismos que separam diferentes grupos sociais, além de revelar a falta de preparação do Estado e dos governos para atuar em situações de crise. Desse modo, para cumprir as metas do projeto, diversos sujeitos se articularam em comissões vinculadas a cada um dos objetivos específicos elencados, com o intuito de garantir os apoios institucionais para a realização de contatos, aprofundamento de diálogos e realização de ações junto aos setores público e privado, inclusive organizações representativas da sociedade civil, tanto municipais quanto estaduais e nacionais. Para tal, as comissões se organizaram com objetivo de elaborar estratégias de ação para promoção da SAN no Território Vertentes, enquanto ferramenta de enfrentamento à fome e à pobreza aprofundadas pela pandemia do COVID-19, bem como na criação e recriação de estruturas públicas e fortalecimento de redes de solidariedade.

Algumas atividades são efetuadas através do diagnóstico da situação de segurança alimentar e nutricional, agora agravado com o aumento de desemprego. Está em curso levantamentos de dados secundários, acrescido de entrevistas com produtores, técnicos e gestores, procurando saber das dificuldades e das possibilidades na produção, transporte e comercialização e consumo, não só de alimentos; busca de informações sobre o funcionamento dos mercados e das administrações municipais e esta tarefa está sendo bastante dificultada pela falta de acesso aos dados devido ao recesso das fontes de informação – sindicatos, prefeituras, institutos, associações comerciais, entre outras.

Tais comissões multidisciplinares são formadas por agricultores, artesãos, nutricionistas, consumidores, professores e profissionais da área da saúde etc. trabalham com intuito de articular as redes de solidariedade, com bases nas noções de SAN, promovendo a criação de novos mercados alimentares e de estabelecimento de dinâmicas de consumo com base na sustentabilidade alimentar, e dessa forma, fortalecendo os sistemas de agricultura familiar e agroecológica, procurando, assim, garantir o livre acesso e uso da terra e dos recursos naturais de maneira ambientalmente responsável. Além de atuar pontualmente no momento de crise, o propósito maior do projeto é garantir uma efetivação de longo prazo, ultrapassando o caráter emergencial e garantindo, assim, a instituição no território de mecanismos que façam com que comportamentos e relações permitam o adensamento de uma estrutura institucional menos violenta e mais aberta ao diálogo, lembrando aqui Norberto Bobbio, quando o DHAA possa se tornar uma realidade para o conjunto das pessoas, sem comprometer, é claro, outros direitos e garantias fundamentais às quais todo ser humano deveria ter acesso.

Referências

ONU - Organização das Nações Unidas (2016). **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Documento eletrônico disponível em <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>. Acesso em 15/05/2016.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2015). **PNUD explica transição dos Objetivos do Milênio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Documento eletrônico disponível em <https://nacoesunidas.org/pnud-explica-transicao-dos-objetivos-do-milenio-aosobjetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em 10/10/2019.

Maluf, R. (2007). **Segurança Alimentar e Nutricional**. R.J. Ed. Vozes.

Lopes filho, José Divino e Andrade, Mariana Lage de O. (2016). **Definição e histórico de Segurança Alimentar e Nutricional**. In Silva, Cassiano Oliveira da et al (Orgs): *Segurança alimentar e nutricional*. Rio de Janeiro, Ed. Rubio, pags 3-11.

Polanyi, K. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. S. P. Ed. Loyola, 2000.

OXFAM (2017). **Nós e as Desigualdades – percepções sobre desigualdades no Brasil**. Disponível em <https://oxfam.org.br/publicacoes/>. Acesso em 08/04/2019.

OXFAM (2018). **País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras**. Disponível em <https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/>. Acesso em 27/11/2018.

OXFAM (2019). **Bem público ou riqueza privada? Saúde, educação e outros serviços públicos universais reduzem o fosso entre ricos e pobres e entre mulheres e homens. Cobrar impostos mais justos dos ricos pode ajudar a pagar por esses serviços**. Disponível em <https://oxfam.org.br/publicacoes/>. Acesso em 22/01/2019.

OXFAM (2016). **Terrenos da desigualdade: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural**. Disponível em <https://oxfam.org.br/publicacao/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural/>. Acesso em 10/08/2018.

Costa, E. V. da. (1988). **Da monarquia a República: momentos decisivos**. São Paulo. UNESP.

ICJ/FGV (2016). **Índice de Confiança na Justiça Brasileira – ICJBrasil. Fundação Getúlio Vargas – Escola de Direito de São Paulo.** Disponível em <https://direitosp.fgv.br/publicacoes/icj-brasil>. Acesso em 02/04/2020.

Charleaux, J. P. (2017). **O que faz a desigualdade ser tão persistente no Brasil.** Disponível em <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/09/25/O-que-faz-a-desigualdade-ser-t%C3%A3o-persistente-no-Brasil>. Acesso em 20/08/2020.

Dowbor, L. (2020). **Capital e ideologia, de Thomas Piketty.** Disponível em <https://dowbor.org/2020/04/thomas-piketty-capital-et-ideologie-seuil-paris-2019-1200-p.html/>. Acesso em 01/04/2020.

Rodrigues, R. **Degradação ambiental no Brasil vira motivo de preocupação mundial.** Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/degradacao-ambiental-no-brasil-vira-motivo-de-preocupacao-mundial/>. Acesso em 02/04/2020.

Leão, M. e Maluf, R. (2012). **Effective Public Policies and Active Citizenship: Brazil's Experience of building a Food and Nutrition Security System.** Abrandh and Oxfam. Disponível em <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/rr-brazil-experience-food-nutrition-security-190214-en.pdf> e acessado em 12/06/2016.

Friedmann, Harriet e McMichael, Philippe. (2008). **Agriculture and the state system: the rise and decline of national agricultures, 1870 to the present.** Article in Sociologia Ruralis • March 2008.

Rocha, C. (2009). **Developments in National Policies for Food and Nutrition Security in Brazil.** Development Policy Review. 27 (1): 51-66.

IPC-IG/UNDP. (2015) - **International Policy Centre for Inclusive Growth. United Nations Development Programme. Is there a new Brazilian development model?** Disponível em http://www.ipc-undp.org/pub/eng/PIF33_Is_there_a_Brazilian_model_of_development.pdf e acessado em 13/06/2016.

Bojanic, A. (Ed.). (2016). **Superação da Fome e da Pobreza Rural: Iniciativas Brasileiras. Brasília-DF. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).**

Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i5335o.pdf>. Acesso em 20/08/2020.

Burlandy, Luciene; Bocca, Cláudia e Mattos, Rubens. (2012). **Mediações entre conceitos, conhecimento e políticas de alimentação, nutrição e segurança alimentar e nutricional**. In **Rev. Nutr., Campinas, 25(1):9-20, jan./fev., 2012**. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732012000100002. Acesso em 20/08/2020.

Maluf, R. (1999 a). **Ações Públicas Locais de Apoio à Produção de Alimentos e à Segurança Alimentar**. Instituto Polis. Disponível em <http://polis.org.br/publicacoes/acoes-publicas-locais-de-apoio-a-producao-de-alimentos-e-a-seguranca-alimentar/> e acessado em 17/01/2017.

Maluf, R. (1999 b). **Ações Públicas Locais de Abastecimento Alimentar**. Instituto Polis. Disponível em <http://polis.org.br/publicacoes/acoes-publicas-locais-de-abastecimento-alimentar/> e acessado em 17/01/2017.

Soares, Luana Pádua e Santos, Leonor M. Pacheco. Políticas e programas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. In Silva, Cassiano Oliveira da et al (Orgs): *Segurança alimentar e nutricional*. Rio de Janeiro, Ed. Rubio, pags 13-23.

Reis, M. C. (2018). Reflecting on counter-hegemonic strategies of Food and Nutritional Security: Notes on the Brazilian Case. In Bonanno, A. e Wolf, S. Resistance to the neoliberal agri-food regime: a critical analysis. New York: Routledge.

BRASIL. Presidência da República. (2006). Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. Brasília: Presidência da República. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm#:~:text=Cria%20o%20Sistema%20Nacional%20de,a%20dequada%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em 20/08/2020.

Latour, Bruno (2004). Por uma antropologia do centro. In MANA 10(2):397-414, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/mana/v10n2/25166.pdf>. Acesso 05/03/2019.

Braudel, Fernand. (1987). *A Dinâmica do Capitalismo*. São Paulo. Ed. Rocco. Elias, Norbert.

(1998). *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed.

Basco, M. C. e Laxalde, M. F. (2005). *Economia solidaria y capital social: contribuciones al desarrollo local*. Buenos Aires, Ed. Paidós.

Sen, Amartya (2000): *Desenvolvimento como Liberdade*. S. P., Cia. Das Letras.

Hirschman, A. O. (1986): *El Avance en Colectividad: Experimentos populares en la América Latina*. México, Fondo de Cultura Económica.

Carolan, Michael S. (2011). *Thinking About Food Relationally*. In Carolan, Michael S. *Embodied Food Politics*. Surrey-UK. Ashgate Publishing Limited.

Goodman, D. et.al. (2012). *Alternative Food Networks: Knowledge, practice, and politics*. New York: Routledge.

Schanbacher, William D. Schanbacher. (2015). *Introduction to Food Justice in a Global Context*. In Werkheiser, Ian and Piso, Zachary (Eds). *Food Justice in US and Global Contexts: Bringing Theory and Practice Together*. The International Library of Environmental, Agricultural and Food Ethics Vol. 24. Cham, Switzerland, Springer International Publishing.

Beach, S. (2016): “Extending Roots: Building Alliances through Urban Agricultural Initiaves.” Trabalho apresentado no XIV World Congress of Rural Sociology 2016. Disponível em https://cpb-us-e1.wpmucdn.com/blogs.cornell.edu/dist/d/4225/files/2014/05/Beach_Draft-213upys.pdf. Acesso em 20/08/2020.

Bonanno, A. e Wolf, S (Eds). (2018). *Resistance to the neoliberal agri-food regime: a critical analysis*. New York: Routledge.

Friedman, H. (2005). *From Colonialism to Green Capitalism: Social Movements and Emergence of Food Regimes*. *New Directions in the Sociology of Global Development*. *Research in Rural Sociology and Development*, Volume 11, 229– 267.

Maluf, R. (2020). *Comer em tempos de pandemia e após*. Disponível em <https://jornalggn.com.br/artigos/comer-em-tempos-de-pandemia-e-apos-por-renato-s-maluf/>.

Acesso em 15/05/2020.

OXFAM (2020). _ Medidas do governo aprofundam desigualdade social no Brasil. Disponível em <https://oxfam.org.br/noticias/medidas-do-governo-aprofundam-desigualdade/>. Acesso em 02/04/2020.

ABA – Associação Brasileira de Agroecologia – et al (2020). Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus: a vida e a dignidade humana em primeiro lugar! Disponível em <https://fbssan.org.br/wp-content/uploads/2020/04/2020-recomendacoes-sobre-direito-alimentacao-no-contexto-da-covid-versao-2-de-abril-.pdf>. Acesso em, 26/03/2020.

Wolf, Erik. R. (1989). Facing Power-Old Insights, New Questions. This essay was delivered as the Distinguished Lecture at the 88th annual meeting of the American Anthropological Association, November 19, 1989, in Washington, D. C.

Chmielewska, D. e Souza, D. (2011). The food security policy context in Brazil. International Policy Centre for Inclusive Growth United Nations Development Programme. Disponível em <https://ipcig.org/pub/IPCCountryStudy22.pdf>. Acesso em 20/08/2020.

HLPE REPORT (2017). Nutrition and food systems. A report by the High-Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i7846e.pdf>. Acesso em 20/08/2020.

IPES-Food. (2017). Unravelling the food–health nexus: addressing practices, political economy, and power relations to build healthier food systems. Documento eletrônico disponível em [http://www.ipes-food.org/_img/upload/files/Health_FullReport\(1\).pdf](http://www.ipes-food.org/_img/upload/files/Health_FullReport(1).pdf). Acesso em 20/09/2018.

Rocha, Cecília; Burlandy, Luciene; e Magalhães, Rosana (orgs). (2013). Segurança Alimentar e Nutricional: Perspectivas, Aprendizados e Desafios para as Políticas Públicas. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz.

Willett, W. et al (2019). Food in the Anthropocene: the EAT–Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. The Lancet Commission. Documento eletrônico disponível em [https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736\(18\)31788-pdf?utm_campaign=tleat19&utm_source=HubPage](https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(18)31788-pdf?utm_campaign=tleat19&utm_source=HubPage), acessado em 29/03/201.

ARTÍFICE ENTRE URBANIDADE E NATUREZA

Regilan Deusamar Barbosa Pereira¹

RESUMO

Como criar harmonia entre nossos modos de viver nas cidades e o meio ambiente? Esta questão busca resposta na análise da diversidade do trabalho artesão, que através da oficina conecta cultura, arte, tratamento de materiais diversos às demandas da comunidade na qual os próprios artesãos e artesãs habitam. A manutenção econômica destas oficinas e de seus trabalhadores também é foco de interesse na resposta à questão de como harmonizar cidade e natureza. Os estudos de Richard Sennett em *O Artífice*, aliados ao conceito de *Ecologia dos Saberes* do Boaventura de Souza Santos conferirão a fundamentação teórica para aplicação prática dos conceitos de sustentabilidade e humanidade no campo educacional concebido como um ateliê-escola. O livro *O projeto de Rembrandt: o ateliê e o mercado*, de autoria da historiadora norte americana Svetlana Alpers associado à pesquisa sobre economia solidária irá colaborar com planejamentos destinados à arte e à valorização do trabalho artístico. Estes planejamentos estão em fase de testes. O projeto *Costure e Converse* se constitui como o estudo de caso a ser analisado.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Cidade. Cultura. Artesanato.

ABSTRACT

How can we create harmony between our ways of living in cities and the environment? This question seeks an answer in the analysis of the diversity of artisan work, which through the craftsman workshop connects culture, art, treatment of different materials to the demands of the community in which the artisans live. The economic maintenance of these workshops and their workers is also a focus of interest in answering the question of how to harmonize city and nature. Richard Sennett's studies in *The craftsman*, combined with the concept of *Ecology of Knowledge* from Boaventura de Souza Santos, will provide the theoretical foundation for the practical application of the concepts of sustainability and humanity in the educational study conceived as a studio-school. The book *Rembrandt's enterprise – The studio and the market*, by the American historian Svetlana Alpers, associated with research on solidarity economics, will collaborate with plans aimed at art and the valorization of artistic work. These plans are in the testing phase. The *Sew and Talk* project is the case study to be analyzed.

Keywords: Sustainability. City. Culture. Craftsmanship.

1. INTRODUÇÃO

¹ Figurinista e Cenógrafa. Doutora em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – PPGAC-UNIRIO. E-mail: regilandeusamar@gmail.com

O artífice entre a urbanidade e a natureza constitui o projeto de um ateliê-escola². Este projeto educacional e artístico tem quatro objetivos: 1) valorizar o atributo humano de criar e fabricar; 2) cuidar e fortalecer a natureza no meio ambiente urbano; 3) evidenciar a conexão do ofício artesão com a cultura urbana; 4) projetar uma rede de economia solidária que possa colaborar com a comercialização dos artigos têxteis da área de vestuário e utilitários pensados e fabricados pelos alunos deste ateliê.

Os hábitos de consumo de uma sociedade industrializada, de acordo com as práticas consumistas de fast food, mega store e similares formas de comercialização e consumo existentes nesta terceira década do século XXI, inibem os atributos humanos de criar, solucionar problemas e executar as próprias ideias. Estas ações estão diretamente relacionadas às demandas cotidianas de cozinhar, vestir, desenvolver utensílios para as tarefas essenciais diárias. A industrialização nos forneceu alimentos artificiais, vestes prontas, talheres, pratos, mesas, casa e jardim, inclusive objetos desnecessários e até mesmo degradantes do meio ambiente como talheres e copos descartáveis. Os objetos utilitários se tornaram padronizados, porém adquiriram maior valor ao se tornarem personalizados, portanto, passamos a pagar caro pela habilidade que deixamos de desenvolver. Este modo de vida aparentemente prático, pois alimentação, móveis, roupas se encontram prontos, basta comprar, usurpou da humanidade as culturas comunitárias de natureza fabril, necessárias às faculdades humanas de aprimoramento intelectual.

As guildas medievais, que se constituíram como instituições responsáveis pela fabricação nos setores de construção de edificações, setores moveleiros, têxteis, de ourivesaria, entre outros, no contexto da civilização europeia das grandes construções arquitetônicas religiosas, e de desenvolvimento das artes da pintura, escultura, entre outras artes técnicas, preparavam aprendizes os quais podiam almejar a condição de mestre, de acordo com os estudos de Richard Sennett em *O artífice*. Este processo adquiriu feição personalista à medida que o humanismo renascentista se desenvolveu e os mestres da pintura, da arquitetura e da escultura passaram a desenvolver autonomia expressiva, independente dos cânones religiosos que predominaram na arte medieval, no entanto as oficinas permaneceram como escolas, desenvolvendo o trabalho técnico e artístico dos aprendizes, mas sob a orientação de renomado mestre. As guildas se desenvolveram associadas às cidades, os ateliês renascentistas adquiriram renome através do sucesso do mestre. Similar nestes dois modos de produção técnica e artística era a promoção do aprendiz. No sistema industrializado de fabricação dos primórdios da Revolução Industrial, no entanto, o operário trabalhava num sistema setorizado, que não permitia que este trabalhador ou trabalhadora desenvolvesse as próprias habilidades construtivas, como se dava na guilda medieval e no ateliê renascentista.

O desenvolvimento da automação ao longo do século XX reduziu a demanda de operadores de máquina no sistema de fabricação industrial, porém a mercadoria pronta, a preços variáveis, e acessível inclusive às classes de menor poder aquisitivo, não devolveu às comunidades humanas o atributo de criar e construir e a

² O ateliê-escola como espaço de ensino e aprendizado das artes técnicas foi amplamente averiguado na tese de doutorado da autora deste artigo, intitulada *Helio Eichbauer e Lina Bo Bardi. Artífices que constroem a arte e edificam a cidade*, disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12889> Acesso em 12 de abril de 2021.

partir daí desenvolver dinâmicas culturais. Estas foram capturadas pela cultura de massa, globalizada, descuidada com a cultura local, o meio ambiente e a sustentabilidade.

O projeto de ateliê-escola proposto neste estudo, portanto, tem a função fundamental de reabilitar o trabalho artesão, promover as atividades de criação e construção através do projeto educacional que possa reunir arte e técnica para execução de utilitários, porém estes utilitários, que também podem ser decorativos, não são despossuídos de humanidade como um copo à venda na prateleira de um supermercado. Trata-se da fabricação de utilitários que se constituem de identidade local, referência à comunidade onde foram fabricados, a humanidade da cultura que vai adentrar lares, espaços públicos, comércios locais evidenciando o quanto esses objetos promovem a dignidade do trabalhador e da sua comunidade, bem como conectar a este sistema fabril e artístico a preocupação com a natureza e o meio ambiente³.

A problemática que se encontra sem resposta trata da comercialização da produção artesã. Diante dos produtos vendidos em escala de industrialização global, que disponibilizam ao consumidor preços muito abaixo do que o produtor artesão pode oferecer, e em quantidade superior à capacidade fabril humana, como então promover o desenvolvimento econômico do trabalho artesão? Com a finalidade de conferir um diferencial ao artigo têxtil de origem comunitária, que seja atrativo às práticas de comércio, o projeto de ateliê-escola apresentará um planejamento pedagógico, ainda em fase embrionária, denominado *Vestidos de História e Memória*. Este planejamento será apresentado em breves pranchas de referências explicativas, após o estudo de caso do projeto *Costure e Converse*. A experiência econômica, porém, a práxis da comercialização nos termos de valorização da dignidade do trabalhador, da trabalhadora e da natureza, somente poderá ser verificada quando o projeto estiver exercendo as tarefas de comercialização. Para o presente estudo, portanto, será considerado somente o projeto educacional destinado à sustentabilidade financeira.

Portanto, assim como o estudo teórico a respeito das práticas artesanais se encontram associadas à valorização da dignidade humana e valorização do meio ambiente, também a proposição de um projeto destinado à experimentação no âmbito do desenvolvimento econômico e cultural da produção artesã tem a importância de promover a faculdade humana intelectual, o exercício da solução de problemas técnicos demandados pela construção de utilitários e a promoção da prática econômica de obter retorno financeiro a partir do exercício das próprias aptidões fabris.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A) Suporte técnico, econômico e intelectual para o Artífice

A valorização do artífice, e de suas habilidades criativas, tácitas e técnicas para lidar com as demandas cotidianas foram detalhadamente conferidas e analisadas em O

³ Em finais do século XIX o artista gráfico inglês William Morris promoveu o movimento *Arts & Crafts*, que buscou valorizar o trabalho artesanal, bem como a escola alemã Bauhaus entre 1919 e 1933 também desenvolveu um projeto educacional que aliava a produção artesanal à tecnologia de industrialização. Esta escola foi bem sucedida ao longo destas décadas da primeira metade do século XX, porém teve suas atividades interrompidas pelo nazismo.

artífice, estudo de autoria do sociólogo americano Richard Sennett, originalmente publicado na língua inglesa em 2008. De acordo com Sennett:

[...] as discussões sustentadas pelo produtor podem ocorrer mentalmente com materiais, e não com outras pessoas; as pessoas que trabalham juntas certamente conversam a respeito do que estão fazendo [...] Uma outra visão, mais equilibrada, é a de que o pensamento e o sentido estão contidos no processo do fazer. (SENNETT, 2013, p. 17)

Estas observações de Sennett evidenciam as práticas que permeiam a atividade do artífice, estas por sua vez, discriminam ações fundamentais com relação aos modos de tratamento dos materiais, os quais prestam suporte às nossas necessidades cotidianas, bem como promovem as relações humanas que constituem as práticas do fazer. Este envolvimento compromissado com o ato fabril possibilita que tenhamos maior conhecimento acerca da natureza que nos cerca, pois o ato de selecionar materiais para realização de qualquer tarefa implica no conhecimento de resistência, durabilidade, função, e ainda considerações sobre descarte, compromisso com sustentabilidade. Porém, a fabricação artesanal está limitada à capacidade humana de produzir, a qual é inferior à potência das máquinas fabris, mas a quantidade demandada para atender um amplo contingente populacional não promove o desenvolvimento cultural que a qualidade do trabalho técnico artesanal confere a homens, mulheres e suas comunidades.

O *artífice* de Richard Sennett se constitui como a fundamentação teórica que fornece suporte à busca de humanização no campo do trabalho artesanal, e os estudos direcionados à dimensão econômica se constituem como base para proposição de práticas de sustentabilidade econômica desta atividade fabril humanizada. O livro *Sustentabilidade, Canibais com garfo e faca* e o e-book *Dinâmicas da economia solidária no Brasil* constituem o suporte teórico para estudos iniciais sobre práticas de comercialização do produto artesanal, portanto uma perspectiva de dignidade para a vida do artesão e artesã, construtores da cidade. Este estudo compreende a humanização do sistema fabril como agenciador das demandas locais de utilitários. A referida humanização será desenvolvida através do ateliê-escola que tratará das atividades técnicas de desenho, modelagem e costura aliadas à temática de cultura local, aliança entre desenvolvimento econômico e cultura regional.

O ateliê-escola tem o objetivo de reunir humanismo e indústria. Originalmente, esta reunião foi proposta pela arquiteta Lina Bo Bardi, que atentou para um “caminho necessário para encontrar dentro do humanismo técnico, uma poética”⁴. Esta pesquisa considera que a poética do humanismo técnico é a arte. Sennett esclarece:

[...] o que o processo de feitura de coisas concretas revela a nosso respeito. Para aprender com as coisas, precisamos saber apreciar as qualidades de uma vestimenta ou a maneira certa de escaldar um peixe [...] as pessoas podem aprender sobre si mesmas através das coisas que fazem, a cultura material é importante. (SENNETT, 2013, p. 18)

De acordo com o pensamento de Sennett, as cores, formas, conteúdo de um objeto falam das preferências estéticas adotadas tanto pelo artesão e artesã quanto preferências daquele ou daquela que adquire um determinado utilitário ou artefato para o lar. Estas preferências têm estreita relação com a arte e a cultura. Portanto, quanto mais estivermos conscientes destas nossas preferências, mais conscientes estaremos a respeito das nossas raízes culturais. Consequentemente, a técnica

⁴ Fala de Bo Bardi a respeito da exposição Nordeste, realizada no Solar do Unhão, em Salvador na Bahia em 1963, *apud* FERRAZ, 2008, p. 158.

fábrica precisa estar aliada ao processo artístico que se alimenta da cultura, adquire referenciais e instrumentos no universo da cultura. Neste contexto se torna evidente o processo cíclico no qual a individualidade se alimenta na coletividade e a coletividade se constitui das individualidades. Daí a questão: nesta terceira década do século XXI no Brasil, como está o trânsito entre coletividade e individualidade?

É preciso considerar que a padronização na fabricação de alimentos, roupas, móveis e todos os objetos indispensáveis ao atual processo civilizatório inibiu a tarefa social de pensar as demandas práticas para manutenção diária da vida. O alimento foi colhido e está à venda nas prateleiras dos supermercados e nos restaurantes. A veste está à venda nos tamanhos P, M, G e exposta nas vitrines, os móveis são vendidos na internet. Todos esses processos envolvem alto custo para o meio ambiente, que não foi devidamente respeitado ao longo de todo século XX. As atividades de fabricação da veste e colheita de alimentos, que antes da Revolução Industrial tinham que ser desenvolvidas por grupos de artesãos e agricultores, passaram a ser manipuladas pela indústria e orientadas para estimular práticas desmesuradas de consumo. A maioria de homens e mulheres deixou de ter que aprender a fazer e desenvolver as habilidades de contato com a matéria da natureza para inconscientemente se entregar ao campo da exacerbação dos desejos, objeto de manipulação das práticas de marketing, de vendas, e sem compromisso ético: “descubra o que o consumidor NÃO sabe que quer” (grifo do autor). Esta fala está no livro *Economia Criativa* (GUITTON, 2019, p. 25). De um ponto de vista abrangente, consumimos o que o marketing nos faz consumir, e nossa civilização se constitui de sociedades cuja maioria da população não tem condições de consumir o que as campanhas de marketing massivamente impõem, e a piorar esta situação, esta maioria despossuída de recursos financeiros já não sabe plantar e colher, e nem fabricar, pois estas práticas esmoreceram com os artifícios de gerações passadas, que perderam suas condições de trabalho para a indústria. O trabalho técnico e criativo ficou desvalorizado para as gerações pós Revolução Industrial, hoje imersas no contexto das tecnologias de informação e comunicação, conseqüentemente a humanidade se afastou consideravelmente da natureza, opondo-se ao meio ambiente, inclusive.

Não há como tornar as cidades independentes do sistema fabril industrializado neste atual contexto civilizatório. As cidades contemporâneas possuem contingentes populacionais que demandam extensa fabricação alimentícia, do vestuário, de mobiliário, porém a forma de fabricar não necessita subordinar o trabalhador, inibir sua atividade intelectual. É justamente esta consideração que John Elkington apresenta em *Sustentabilidade, Canibais com garfo e faca*:

[...] a transição para o capitalismo sustentável será uma das mais complexas que a nossa espécie já vivenciou [...] “O desenvolvimento da sustentabilidade é mais do que isso”, Gladwin enfatiza. “É igualdade, justiça, alívio à pobreza e redistribuição de oportunidades [...] O gerenciamento do ciclo de tecnologias e produtos tão diferentes como baterias, aviões e dispositivos de lanchas *off-shore* vai se tornar cada vez mais desafiador, transformando elementos-chave da reciclagem, descarte e processos de design de produtos. (ELKINGTON, 2012, p. 34, 38 e 41)

Elkington traz à tona reflexões fundamentais a respeito de um “capitalismo sustentável”. Tanto a cultura ocidental quanto a oriental na contemporaneidade estão sujeitadas ao sistema capitalista que globalizou as práticas econômicas, porém, para não haver um colapso da sociedade humana por conta de um capitalismo predatório que se difundiu amplamente ao longo do século XX, de

práticas desumanas que empobreceram países de grande contingente populacional, e ficou livre de obstáculos com a falência do socialismo soviético, as práticas capitalistas agora predominantes em escala global, estão diante da necessidade de sustentar as sociedades pauperizadas e o meio ambiente saturado dos descasos das sociedades de consumo. Sustentabilidade econômica, ambiental e justiça social é uma questão de sobrevivência não do capitalismo, mas da espécie humana. O seletivo grupo que participa da gestão capitalista globalizadora está ciente desta condição e a força produtiva, o trabalhador e trabalhadora precisa articular as próprias condições de trabalho e de vida para interferir neste projeto para um “capitalismo sustentável”. No canibalismo de garfo e faca quem constrói os talheres para o canibal comer? Ou o canibal pode ser transformado pela forja dos artífices fabricantes do garfo e da faca?

Richard Sennett nos traz a possibilidade de libertação desta batalha voraz instaurada pelas condições de submissão das sociedades destas primeiras décadas do século XXI ao capitalismo glutão. Sennett evoca o deus da forja presente na mitologia grega, Hefesto:

[...] Hefesto lança seus poderes sobre o artífice, como propiciador da paz e produtor de civilização. [...] O hino a Hefesto [...] o da civilização tendo início no momento em que os seres humanos começaram a usar as ferramentas [...] o artífice civilizador utilizou essas ferramentas para um bem coletivo, o de por fim à vida nômade dos homens [...] “artesanato e comunidade eram indissociáveis para os primeiros gregos”. (SENNETT, 2013, p. 31 e 32)

De acordo com o mito de Hefesto, o trabalho meticuloso do artesão e da artesã propicia um contexto de formação civilizadora, em torno do qual uma distinta sociedade se forma e desenvolve a própria cultura. Tal consideração pode ser verificada em grupos artesãos de distintas regiões brasileiras que conferiram particularidades à história e memória de suas cidades. O estado de Minas Gerais, por exemplo, tem renome conferido pela singularidade da tecelagem artesanal, pela rusticidade peculiar na fabricação de móveis, realizações que contribuíram para a formação do Museu de Artes e Ofícios localizado na capital mineira, a cidade de Belo Horizonte, que reúne artefatos produzidos não somente pelos artífices de Minas Gerais, mas por artesãos e artesãs de todo o Brasil.

É preciso, no entanto, atentar para as considerações que a arquiteta italiana Lina Bo Bardi fez a respeito da produção artesanal brasileira. Esta arquiteta teve como berço de formação acadêmica a Itália, portanto, teve a possibilidade de fazer uma análise comparativa entre os modos de produção artísticos e artesanais próprios da cultura europeia e os modos de produção dos artífices brasileiros. De acordo com Bardi, no nordeste do Brasil se desenvolveu na verdade um “pré-artesanato”⁵, pois as condições de trabalho destes artífices não chegou a promover a dignidade necessária a esse trabalhador ou trabalhadora como se deu historicamente entre as associações artesãs que legaram amplo acervo de ourivesaria, tapeçaria, mobiliário entre outras realizações fabris às distintas culturas europeias. No contexto da formação dos artífices europeus se encontravam os aprendizes, que desenvolviam suas habilidades almejando obter conhecimentos e criar condições para montar a

⁵ No Nordeste existe, se queremos continuar a usar a palavra artesanato, um pré-artesanato [...] A estrutura familiar de algumas produções como, por exemplo, as rendeiras do Ceará ou os ceramistas de Pernambuco, podem ter uma aparência artesanal, mas são grupos isolados, ocasionais, obrigados pela miséria a este tipo de trabalho, que desapareceria logo com a necessária elevação das rendas do trabalho rural. (BARDI, Lina Bo. *Tempos de grossura: o design no tempo do impasse*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1994. p. 28)

própria oficina e atender às demandas de sua comunidade. Justamente esse processo evolutivo, de formação e reconhecimento do trabalho do artesão e artesã não se desenvolveu nas condições econômicas brasileiras. É esta tarefa de sustentabilidade econômica que precisa ser aprimorada no contexto do trabalho fabril no Brasil. Não obstante o fato de que neste século XXI, até mesmo as sociedades europeias já não possuem esse articulado contexto de produção fabril artesã⁶, porém a massificação dos produtos industrializados se tornou um problema global que não está solucionado, segue degradando o meio ambiente e produzindo alimentos prejudiciais à saúde, portanto pensar sobre novas formas de produzir, comercializar e consumir produtos indispensáveis à vida cotidiana e de acordo com o meio ambiente e a saúde humana é uma tarefa emergencial.

B) A união entre o artesão da própria fortuna e a economia solidária

O cenógrafo e professor Helio Eichbauer, através não somente da própria trajetória de trabalho, mas também em sala de aula, como professor evidenciou uma condição necessária não somente ao artífice, mas uma forma de atuação fundamental a todo cidadão e cidadã neste contexto globalizado, que deprecia as particularidades humanas e culturais. Trata-se da condição fundamental de homens e mulheres se tornarem artífices de si mesmos⁷.

A trajetória artística profissional e de docência de Eichbauer confere importantes exemplos de como a atuação atenta aos próprios valores deve ser desenvolvida, constantemente analisada para que seja possível o enfrentamento das forças dominantes na cadeia econômica que mortificam o trabalhador, portanto de acordo com o exemplo legado por Eichbauer como artesão da própria fortuna, é fundamental que artesãos e artesãs tenham conhecimentos aprofundados a respeito da história e memória de suas famílias, de suas cidades, atento olhar ao meio ambiente que os envolve e a partir daí estabeleçam valores que devem ser respeitados, pois esta consciência acerca da própria cultura e meio ambiente atuará como aliada na defesa contra o alheamento e a submissão que a dominação econômica produz.

Elkington apresenta esta nova versão da economia global capitalista como um canibal de garfo e faca, que busca deixar de ser bárbaro a ponto de destruir o meio ambiente e explorar gananciosamente as populações empobrecidas, para assumir a feição de um sistema capitalista preocupado com a sustentabilidade econômica, ambiental e de justiça social. Estes três fatores conferem a civilidade do garfo e da faca ao canibal, que deixou a condição de bárbaro, devastador de natureza e humanidades, para estrategicamente cuidar deste entorno natural e humano, não por sentimento solidário, mas para garantir a sobrevivência das sociedades capitalistas, portanto o canibal segue faminto. Aparentemente trabalhadores e meio ambiente serão preservados nesse banquete, mas seguirão como servos,

⁶ No amount of talking or writing up by designers of motor bikes or makers of pots has the slightest effect on the status quo. This is because at the heart of the argument lie questions, not of connoisseurship, but of cultural politics, and behind them is an art world economy. (DORMER, Peter (Org.). *The Culture of Craft*. Manchester University Press, UK, 1997, p. 6 e 7).

⁷ Esta proposição foi analisada de acordo com a inscrição latina *Homo faber suae quisque fortunae*, traduzida como *Homem artesão de sua própria fortuna*. Este provérbio foi extraído do Dicionário de máximas e expressões em latim. Trad. Ciro Moranza. São Paulo: Editora Escala, 2010, p. 63. A análise deste provérbio em consonância com a atividade artística e docente de Helio Eichbauer se encontra na tese de doutorado defendida em 2018 pela autora deste estudo (PEREIRA, 2018).

mantenedores da economia global. Portanto, já que o capitalismo canibal está aperfeiçoando seu sistema para não morrer de fome, e busca se harmonizar entre o meio ambiente e a justiça social, é possível considerar que seja o momento propício para união de forças entre aqueles e aquelas que fabricam o garfo e a faca, ou seja, promoção de maior consciência a respeito da habilidade do fazer, estímulo às práticas de economia solidária, e assim obter espaço neste banquete, ser artífice de si, e também propiciador do crescimento e manutenção da própria comunidade. É importante reconhecer o entorno comunitário como abrigo diante das mazelas que os hábitos individualistas alimentaram, e agora está difícil de curar, e assumir novas formas de se relacionar no campo do trabalho.

Patrícia Sorgatto Kuyven, Luiz Inácio Gaiger e Sandro Pereira Silva apresentaram dados numéricos que informaram que a classe de professores e professoras constitui uma parcela considerável de trabalhadores e trabalhadoras que integra práticas de economia solidária. Estes dados se encontram no capítulo intitulado *Aspectos sociolaborais dos trabalhadores aderentes a empreendimentos de economia solidária no Brasil*, publicado no e-book *Dinâmicas da economia solidária no Brasil*. Este mesmo estudo observa que tais práticas proporcionam renda às populações em condições de vulnerabilidade material, ainda que tal renda não consiga suprir integralmente as necessidades econômicas da maioria destes trabalhadores e trabalhadoras, porém não somente o campo financeiro é contemplado, mas inclusive os direitos culturais, ambientais, econômicos, territoriais, que são fundamentais para toda a comunidade que investe na economia solidária. Neste contexto a colaboração de professores e professoras se constitui como uma força de trabalho de suma importância, pois nestes estudos também foi revelado que a maior parte dos trabalhadores e trabalhadoras que integram os projetos de economia solidária possuem baixa escolaridade, então a cooperação do corpo docente neste âmbito da economia pode conferir às demandas dos demais profissionais olhar estratégico a respeito das próprias habilidades, uma colaboração que permita um fortalecimento mútuo entre escola e comunidade, que desenvolva produtos e serviços que atendam à dinâmica de cada comunidade especificamente. A arquiteta Lina Bo Bardi, por exemplo, em princípios da década de 1960, e por ocasião de suas atividades empreendidas na reforma do Solar do Unhão em Salvador, projetou este espaço para que o próprio pudesse tanto abrigar o Museu de Arte Popular quanto receber o projeto CETA, o Centro de Estudos e Trabalhos Artesanais. Este espaço possibilitaria a reunião entre a universidade e a comunidade local com o objetivo de desenvolver o design brasileiro. Artesãos e artesãs de distintas comunidades ensinariam suas técnicas aos jovens alunos de desenvolvimento de produto das escolas de design, e a universidade auxiliaria esta comunidade artesã a reconhecer e ampliar seus modos de produção, à maneira do humanismo técnico preconizado por Bardi⁸. O golpe militar de 1964 lamentavelmente impediu que Lina prosseguisse com suas atividades em Salvador.

De acordo com Boaventura de Souza Santos, a “articulação entre conhecimentos científicos e conhecimentos não científicos, artesanais, populares. A essa articulação chamo a ecologia de saberes”⁹. É preciso considerar que esta ecologia

⁸ Em 1960 foi restaurado e transformado num Centro de Documentação sobre Arte Popular e Centro de Estudos Técnicos do Nordeste, visando a passagem de um pré-artesanato primitivo à indústria moderna. Texto de apresentação da Lina por ocasião da reforma do Solar do Unhão *apud* FERRAZ, 2008, p. 152.

⁹ SANTOS, Boaventura de Souza. *Na oficina do sociólogo artesão: aulas 2011-2016*. São Paulo: Cortez, 2018.

dos saberes pode cooperar tanto no campo da cultura e sociedade quanto no campo da economia, colaborando com a sustentabilidade financeira comunitária, não obstante o fato de que os saberes ao serem respeitados naturalmente contribuem para o aprimoramento cultural da comunidade, mas a estruturação da base econômica necessita de saberes técnicos que possam conferir suporte para que a cultura comunitária tenha condições de se manter, daí a *tecnologia social* de que trata os estudos sobre economia solidária, não se trata, porém, de empreendedorismo individual, pois esta forma de investimento é uma técnica empresarial nos termos de Elkington, ou seja, nos termos do canibal de garfo e faca, mas sim promoção das atividades fabris e de comércio comunitárias, as atividades comunitárias nas oficinas produtoras do garfo e da faca. Trata-se, portanto, de uma proposta estratégica de união da *ecologia de saberes* com a *tecnologia social*.

C) O ateliê-escola na economia solidária

A respeito do projeto para prospecção de atividades sujeitas às práticas de economia solidária, o qual será considerado no tópico sobre metodologia científica, a partir do estudo de caso do projeto *Costure e Converse*, trata-se da atividade de criação no âmbito do desenho, da modelagem, do corte e da costura. De acordo com os estudos já mencionados, apresentados por Kuyven, Gaiger e Silva em *Aspectos sociolaborais dos trabalhadores aderentes a empreendimentos de economia solidária no Brasil*, a atividade de costura está entre as principais atividades exercidas por mulheres que investem nos projetos de economia solidária¹⁰. Esta atividade fabril do vestuário, assim como as demais atividades de caráter artesanal, se constitui como uma técnica artística de criação, se a costureira criar e confeccionar a veste, ou seja, se esta artífice pensar todos os detalhes, por exemplo de manga, decotes, acabamentos e demais contornos que a peça possuir, em seguida fizer o molde dessas peças, cortar no tecido e finalizar na máquina de costura, pois nestes termos a artífice terá pensado todos os detalhes da veste, desenvolvido a técnica da modelagem que seja adequada ao tecido escolhido, e por fim aplicará os acabamentos que considerar cabíveis e esteticamente de acordo com o projeto pensado desde o início. Este processo, portanto, envolve o ato criativo de selecionar materiais e adequar as técnicas ao modelo criado. No sistema fabril industrializado o serviço da costureira se restringe à operação de máquina, portanto não confere à profissional o conhecimento amplo que a atividade de corte e costura demanda. De acordo com essa compreensão do modo de confecção da veste, está discriminado o processo criativo, portanto, artístico desta atividade.

Sobre o processo criativo que constitui atividades técnicas, o estudo da historiadora da arte Svetlana Alpers traduzido para o português como *O projeto de Rembrandt: o ateliê e o mercado* apresenta uma elaborada análise a respeito da intenção de Rembrandt em conferir singularidade autoral à sua obra com a finalidade de comercialização das suas realizações artísticas, conquistando desta maneira independência em relação às práticas de mecenato que eram comuns na Europa do século XVII. Claudia Valladão de Mattos, ao escrever a introdução à edição brasileira de *O projeto de Rembrandt: o ateliê e o mercado*, apresenta a hipótese de

¹⁰ As sócias mulheres, quando observada a principal ocupação durante a vida, surgem de forma destacada ante os homens em atividades como ensino, confeitaria, costura, enfermagem, atendentes no comércio, catadoras de materiais recicláveis, vendedoras ambulantes, empregadas domésticas/diaristas, donas de casa, artesãs e prestadoras de assistência comunitária. (SILVA, 2020, p. 94)

Alpers nos seguintes termos:

[...] o centro da questão passa a ser a relação entre essa atividade de ateliê e a comercialização de suas obras. Alpers constrói uma imagem do artista como alguém ansioso para estabelecer controle sobre sua vida e sua arte, de forma a construir um “estilo” Rembrandt capaz de ser comercializado em seus próprios termos. Descreve, por exemplo, sua aversão ao sistema de mecenato praticado na Holanda do século XVII, argumentando que a produção de obras para um mercado de arte lhe permitia uma liberdade inusitada no gerenciamento de seus trabalhos. A autora também analisa a relação de Rembrandt com seus assistentes, mostrando como exigia que aprendessem a pintar a seu “estilo”, imprimindo, portanto a “marca Rembrandt” em tudo que saía de seu ateliê [...] a análise do desejo de Rembrandt de estabelecer seu “estilo pessoal” como a base do valor de suas obras, ou como moeda de troca no mercado [...] diz a autora: “Rembrandt não foi apenas um homem de ateliê, também foi um homem de mercado. Segundo a famosa frase de Adam Smith, ele tinha uma vocação para ‘negociar, permutar e trocar’, e para criar obras que convinhassem a esse tipo de transação. [...] O que me interessa é mostrar que a raiz da singularidade da produção artística de Rembrandt está no caráter inovador de seu investimento pessoal no sistema de mercado” [...] Alpers concluirá que, através de sua atividade de artista, Rembrandt construiu a si mesmo como uma marca distinta, capaz de ser negociada como mercadoria: “suas obras são mercadorias que se distinguem de outras por serem identificadas como dele; e, ao fabricá-las, ele transforma a si mesmo em mercadoria”. (ALPERS, 2010, p. 14 e 15.)

Este estudo de Svetlana Alpers que atenta para a intenção consciente de Rembrandt em conferir sustentabilidade financeira ao seu ateliê através da negociação de suas obras, que possuíam valor de mercado por se constituírem de singularidade artística é de fundamental importância para o planejamento metodológico que permita a constituição de um ateliê-escola mantido pelas práticas de economia solidária, porém não como promoção de um único artista auxiliado por seus assistentes, mas a promoção de um grupo de artífices da área têxtil que irá fornecer ao consumidor produtos têxteis que têm como valor agregado a sustentabilidade econômica, ambiental e cultural da equipe de trabalhadores e trabalhadoras.

De acordo com Alpers, Rembrandt aprimorou sua técnica artística com o objetivo de criar uma singularidade própria que se transformasse num diferencial a ser comercializado, portanto, seguindo esta lógica, a proposta a ser apresentada como metodologia será a de configuração de um ateliê-escola que proporcione o exercício criativo através da técnica, para que as peças de vestuário e artigos têxteis para o lar estejam relacionadas com a sustentabilidade do meio ambiente e da cultura do artífice bem como possam promover financeiramente a atividade artesã.

Comumente, no âmbito das práticas de ateliê de costura, a costureira oferece seu serviço à demanda da clientela, porém dada a falta de consciência por parte da classe consumidora a respeito do quanto o ofício do corte e costura é laborioso e exige conhecimentos técnicos distintos, dada a falta de compromisso da humanidade ao longo de todo século XX e ainda neste século XXI com o meio ambiente, o desrespeito e descaso com a cultura, este campo de prestação de serviço demanda novas práticas de fabricação, comercialização e consumo, portanto à maneira de Rembrandt, que segundo os estudos de Alpers inovou ao desenvolver tanto a própria técnica de pintura bem como inovou ao criar condições mercadológicas de sustento financeiro de seu ateliê, o projeto metodológico que

será apresentado a seguir, que trata do estudo de caso do projeto *Costure e Converse*, terá a tarefa de conferir consciência crítica aos artífices a respeito do próprio ofício, consciência a respeito de sustentabilidade ambiental e compromisso com o espaço de produção de uma economia solidária. Certamente essa proposição aqui se apresenta como uma estratégia nos termos teóricos. A verificação dos resultados terá aplicabilidade somente quando as atividades práticas de confecção têxtil, venda destes produtos e resultados financeiros para o grupo se concretizarem.

É importante ressaltar que o projeto proposto, diferentemente do objetivo de ressaltar a obra técnica e artística de um mestre a frente de seus assistentes como Alpers verificou no ateliê Rembrandt, ou mesmo à maneira de estilistas que se destacam como os grandes criadores de uma coleção de moda, este projeto não irá destacar nenhuma personalidade criadora, e nem mesmo quem organizou o projeto, a não ser no caso de necessidades de discriminação de um gestor ou gestora para captação de recursos. O objetivo do projeto, portanto, serão dois: 1) o exercício de um plano pedagógico de aprimoramento técnico e intelectual de profissionais da costura 2) a formação de uma associação de trabalhadores na área de confecção têxtil. Justamente a associação será parte do diferencial que se constituirá como motivação para que as peças produzidas sejam consumidas, portanto valorização da dignidade humana, além da sustentabilidade do meio ambiente e da promoção da cultura de cada integrante desta associação.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

O método adotado será um estudo de caso. Será analisado o projeto *Costure e Converse*, que apesar de ter sido efetuado em reduzido intervalo de tempo, oportunizou a gravação de um vídeo com a fala de cinco costureiras a respeito da confecção de uma sacola sustentável para compras de mercado. Este vídeo permitiu verificar a diversidade de conhecimentos e a formação destas distintas profissionais residentes na cidade de São João Del Rei, no estado de Minas Gerais. A constatação da diversidade de práticas e expressões possibilitou a reflexão a respeito de que ferramentas podem ser acessadas para que as distintas habilidades técnicas possam ser aprimoradas, e o processo criativo seja desenvolvido aliado às práticas culturais locais¹¹.

Costure e Converse foi um projeto realizado ao longo do mês de dezembro de 2020 por ocasião da organização do seminário promovido pelo Laboratório de Eco-poéticas – Ecolab da Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ. Este seminário denominado *Roda Ecolab – Diálogos na pandemia* foi realizado nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2020. No dia 17 o tema foi *Arte digital na pandemia*, dia 18 foi o dia da *Transdisciplinaridade e isolamento* e dia 19 *Sustentabilidade e vírus*¹². O vídeo *Costure e Converse* foi apresentado no dia 19, como abertura da roda de diálogos. O objetivo com o vídeo foi o de levar ao público do evento consciência a respeito do trabalho do corte e costura a partir da fala das costureiras e suas considerações a respeito da sustentabilidade no processo de confecção de vestes,

¹¹ O vídeo pode ser acessado através da aba pesquisar da plataforma do Youtube. Na mesma deve ser digitado o nome que dá título ao projeto: *Costure e Converse*, ou acessar através do link <https://www.youtube.com/watch?v=uBXxtv1WWpo&t=66s> Acesso em 17 de abril de 2021.

¹² Estes três dias de seminário podem ser acessados na plataforma do Youtube. Para acessar basta digitar na aba pesquisar “roda ecolab diálogos na pandemia” ou acessar: https://www.youtube.com/results?search_query=roda+ecolab+di%C3%A1logos+na+pandemia Acesso em 17 de abril de 2021.

adereços e utilitários têxteis, bem como dialogar com os próprios integrantes do Ecolab a respeito desta atividade fabril ao longo da organização desta roda de diálogos, pois parte dos bolsistas deste laboratório são alunos do curso de teatro da UFSJ, e têm aula sobre indumentária bem como podem contar com o auxílio da costureira Elisa Pita, técnica que atua exclusivamente como costureira para confecção dos projetos de figurino do curso de teatro. Elisa também foi uma das cinco costureiras que participou do projeto *Costure e Converse*.

Inicialmente foram convidadas cinco costureiras da cidade de São João Del Rei para participarem do projeto. Quatro aceitaram e uma alegou compromissos que não permitiriam tempo hábil para participar. A quinta costureira a integrar o projeto, portanto, foi a autora destes estudos. O artigo têxtil a ser confeccionado foi uma sacola sustentável para ida ao supermercado que substituísse as sacolas de plástico. A sacola solicitada deveria se constituir como reaproveitamento de material. Neste processo de confeccionar um artigo têxtil de base sustentável deveria estar implícita a questão: o Brasil que desejamos construir através do nosso trabalho. Porém, a autora deste projeto, que também é a autora desta pesquisa, ao refletir sobre esta questão considerou que somente a reutilização de materiais têxteis dificilmente transmitiria para quem visse estas sacolas esta questão que seria o cerne do trabalho, daí veio a proposta de colocar como face frontal da sacola a bandeira do Brasil, pois a autora havia adquirido grande quantidade de tecido que tinha estampada as bandeiras na dimensões de 60 x 40 cm. Daí a proposta passou a ter a finalidade de bordar, ou aplicar, ou fazer recortes que conferissem uma intervenção neste símbolo nacional, que respondesse à questão de como seria esse Brasil que cada uma das costureiras desejaria construir.

Estas sacolas foram encomendadas às costureiras Elisa Pita, Maria Cristina Protásio, Rosemary Gonçalves e Vanessa Alves Lopes. Antes que elas dessem início à confecção da peça, uma conversa foi realizada individualmente entre a autora do projeto e cada costureira, para saber o que elas achariam da proposta e até mesmo para saber se aceitariam costurar sobre o símbolo nacional. A resposta de cada uma delas está apresentada no vídeo *Costure e Converse*. É preciso informar que a proposta de filmar cada uma das costureiras individualmente a falar sobre o próprio trabalho foi conferida por João Lucas Teixeira, aluno do curso de teatro da UFSJ, e realizador da arte e da edição do vídeo, pois dado o desconhecimento por parte da autora do projeto a respeito de edição de vídeo, a proposta inicial era a de somente a autora falar a respeito do trabalho das demais costureiras, pois este formato seria mais fácil, mas acertadamente João Lucas propôs expor a fala e expressão de cada costureira com a segurança de quem sabia como fazer a edição e como gravar em segurança no contexto da pandemia. Certamente reunir todas essas profissionais num mesmo espaço e gravar uma conversa conjuntamente teria sido a primeira opção, mas o distanciamento social para evitar a contaminação por vírus que tem restringido a convivência social neste ano de 2021 não permitiu a reunião em dezembro de 2020.

Dada a primazia política que a bandeira nacional assume, a funcionalidade da sacola como bolsa para ir ao supermercado ficou prejudicada, pois é difícil não chamar a atenção dos demais consumidores no mercado para a imagem da bandeira, principalmente porque o atual governo à frente da presidência, de evidente defesa da ordem militar, em termos explicitamente ditatoriais, impôs ao símbolo nacional valores que são extremamente restritos, que não permitem flexibilização,

portanto não são democráticos¹³. Portanto, é difícil na atual conjuntura não associar à bandeira nacional ao partidário político a favor do atual presidente. Entretanto, a resposta à questão proposta a respeito do Brasil que desejamos construir ficou evidenciada no vídeo com o depoimento das costureiras, e nas técnicas que estas profissionais utilizaram para adornar artesanalmente a bolsa, que variaram da aplicação de fuxicos, conferindo um símbolo de afeto, às escritas bordadas à mão explicitando o desejo de fala, e ainda apreço pelo desenvolvimento da técnica de reaproveitamento que possa revelar uma face mais criativa dos materiais descartados ou ainda um jogo com as cores e as formas reinventando e fazendo uma apropriação desse Brasil.

Ao ver e ouvir as cinco costureiras que se apresentam no vídeo *Costure e Converse*, as diferentes personalidades e conhecimentos se evidenciaram, tais distinções levaram a autora desta pesquisa a pensar a respeito de três importantes fatores: 1) métodos de trabalho no contexto fabril de um ateliê de costura; 2) promoção do processo de criação e confecção do vestuário que possibilite o desenvolvimento individual dentro de um contexto de coletividade; 3) atenção à particularidade cultural e à sustentabilidade ambiental. Estes três fatores se constituem como a matéria que dará o diferencial para o passo seguinte que será a sustentabilidade financeira do grupo de acordo com as práticas de economia solidária. Esta etapa faz parte de um estudo a ser desenvolvido, que trata do modo como as peças que sejam confeccionadas no âmbito de um ateliê possam ser comercializadas. É preciso considerar também a questão da restrição da convivência social devida à contaminação por vírus letal, portanto existe a perspectiva deste trabalho ser promovido entre as costureiras em plataforma destinada a ensino e aprendizado no espaço virtual¹⁴. Outro espaço que deve ser considerado de forma diferenciada trata da loja virtual, que seja uma página na internet para apresentar ao consumidor os serviços e os artigos têxteis confeccionados por este grupo de costureiras, uma loja que tenha o compromisso de desenvolver o consumo que esteja consciente de valores ambientais, culturais e humanitários.

A) Aprimoramento metodológico

O material didático proposto como método para desenvolver uma apropriação da cultura local por cada integrante deste ateliê será problematizado de acordo com o planejamento pedagógico denominado *Vestidos de História e Memória*, concebido para o ateliê-escola. Este material didático se constitui de realizações no campo do design têxtil que a autora deste artigo desenvolveu ao longo de pouco mais de vinte anos de atividades com figurinista em busca de evidenciar tanto na veste quanto nos artigos têxteis a cultura que envolve o projeto em questão. A seguir serão apresentadas pranchas de referências, estudos realizados com materiais têxteis

¹³ Exonerações de cargos políticos de amplo impacto econômico e social foram realizadas ao longo do governo do presidente Jair Bolsonaro. Neste mês de abril de 2021 o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), foi exonerado sem justificativa oficial e sem aviso prévio. Entre diferentes jornais a notícia foi divulgada no Jornal da USP com a seguinte manchete: “Demissão de presidente da Capes preocupa gestores da pós-graduação”. Para ler a matéria jornalística na íntegra que foi divulgada em 13 de abril de 2021, acessar <https://jornal.usp.br/ciencias/demissao-de-presidente-da-capes-preocupa-gestores-da-pos-graduacao/> Acesso em 15 de abril de 2021.

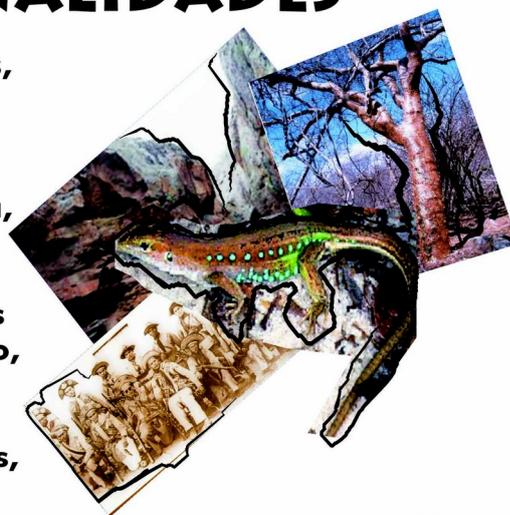
¹⁴ A autora desta pesquisa irá apresentar no final deste mês de abril de 2021 o trabalho de conclusão de curso da especialização lato sensu Ensino e gestão da educação à distância, intitulado *Ateliê-Escola Costure e Converse*. Este projeto foi integralmente desenvolvido para ser aplicado em ambiente virtual de aprendizagem – AVA.

previstos para servirem como impulso didático inicial, para que criação e execução aliados estejam à consciência a respeito da cultura e natureza que nos conecta. É preciso, no entanto, esclarecer que este material ainda está sendo avaliado, pois há dúvidas se o próprio é pertinente em termos de didática. Esta análise será considerada de acordo com os estudos que têm como base dois referenciais teóricos: *Didática: tecendo/reinventando saberes e práticas*, uma organização realizada por Vera Maria Candau em 2008, publicada pela editora 7 Letras, e *Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios*, organização de Regina Leite Garcia e Antonio Flavio Barbosa Moreira, publicação de 2012 pela Cortez Editora. A seguir as referidas pranchas:

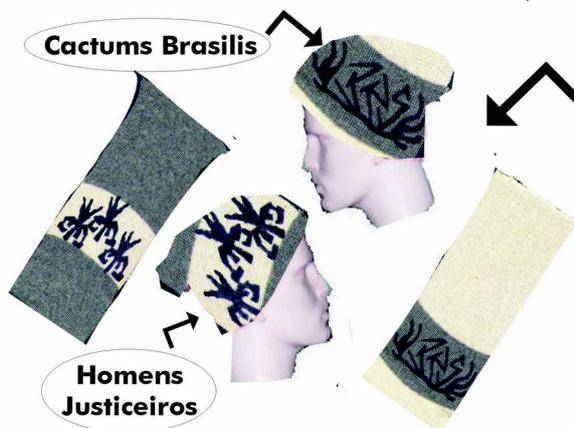
Fig. 1 – Minhas fortalezas: Cultura e Natureza

REGIONALIDADES

**Características naturais,
bem como sociais
saltam
aos olhos de nossa
sociedade diversificada,
que se expressa
artisticamente
e traduz suas vivências
em folclore e artesanato,
como as mais belas
expressões
coletivas e inconscientes,
Quanta beleza!!!**



**“Virgulino in Cactus Brasantes”,
expresso na malha jacquard,
como adereço de parede, para
aquecer os sentimentos
nordestinos!**



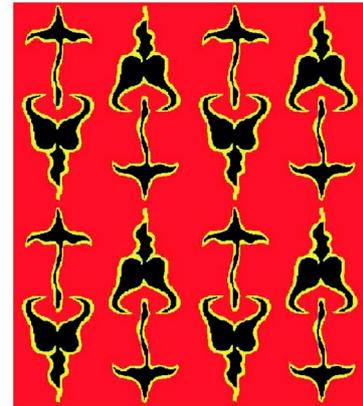
**Toucas em
malha jacquard,
traduzindo
em seus
desenhos
formas e
imagens
subjetivas e
objetivas de
nossas diversidades**

Este conjunto de peças em malha, com aplicações estampadas foi realizado com base na formação em Design Têxtil, efetuada no SENAI-CETIQT RJ em 2001. Este curso ofereceu estudos teóricos e técnicos sobre processos de criação em estamperia, tecelagem artesanal e malharia. Fonte: acervo da autora.

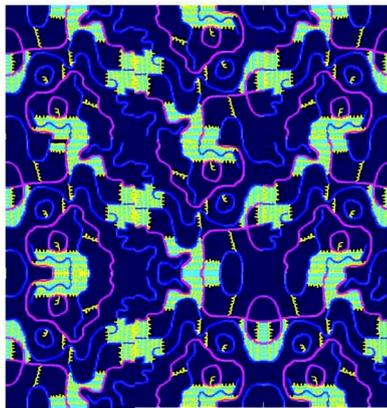
Fig. 2 – Pintando e bordando nossas vivências e histórias



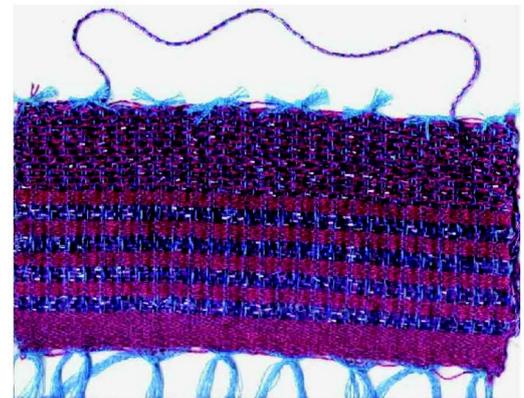
**Desenho para estampa:
"Brasilicum literatus"**



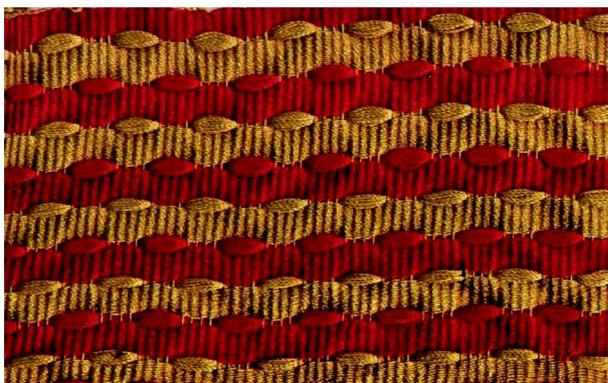
**Desenho para estampa:
"Homens em Mulheres"**



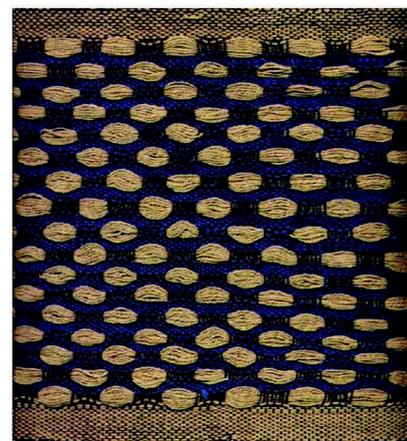
**Desenho para Estampa:
"Pedrinhas de Brilhante
para o meu amor passar"**



**Tecido Plano: "Chapada Diamantina"
Composição: Miçangas + fio misto
Tear Artesanal de pedal**



**Tecido Plano: "Pau-Brasil"
Composição: fio 100% polipropileno
Tear Artesanal - pente 1X1**



**Tecido Plano:
"Tijolos Urbanos"
Composição: fio misto
Tear Artesanal - pente 1X1**

Fonte: acervo da autora

Fig. 3 – Sacolão da Artes: alimento que nos vitaliza!



Fonte: acervo da autora

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O material didático apresentado com o objetivo de conferir prosseguimento ao projeto *Costure e Converse* pode ser contestado se for considerado como uma influência marcante em termos de cores e formas, que possam obscurecer outras distintas formas de expressão, porém, a autora está ciente desta indesejada interferência, e para minimizar tal consequência, estudos de distintas obras das artes visuais sejam obras do universo popular ou do universo erudito se constituirão como matéria de estudo e apreciação coletiva, bem como os estudos sobre a obra artística de Helio Eichbauer e os estudos sobre arte popular desenvolvidos por Lina Bo Bardi¹⁵. Também será estimulado neste grupo de criação e confecção da arte têxtil um olhar sobre os artistas da cidade que constitui o lar de cada integrante deste projeto, para que os referenciais imagéticos sejam enriquecidos e possam colaborar com a criação artística do vestuário e de artigos têxteis.

Por se tratar de uma proposta de ateliê-escola inicialmente endereçada à profissionais da costura, ou seja, trabalhadores e trabalhadoras que já possuem conhecimentos técnicos a respeito da modelagem ou pelo menos sobre o manuseio da máquina de costura, este projeto tem a intenção de estimular as expressividades

¹⁵ Este cenógrafo e essa arquiteta se constituem neste projeto como referenciais artísticos por terem sido amplamente estudados pela autora desta pesquisa. Entre os anos de 2006 e 2018 a autora foi aluna dos cursos livres ofertados por Helio Eichbauer ininterruptamente, o que certamente confere a esta proposta educacional um alicerce didático composto pela experiência na sala de aula deste cenógrafo.

individuais. Deste estímulo surge a problemática de que exista aquele ou aquela que por dominar com maior habilidade esta ou aquela técnica possa produzir trabalhos com acabamentos mais refinados, e isto de fato aconteceu no projeto *Costure e Converse* reunindo somente cinco costureiras, no entanto, surge a questão: como esta diferenciação pode ser minimizada para que aquele ou aquela que ainda não desenvolveu a própria técnica não se sinta desmotivado? Esta pergunta ainda não possui resposta. A primeira consideração a respeito desta diferenciação é que para a expressão artística não deve haver limite, desde que os procedimentos não envolvam agressão ao meio ambiente e que a cultura alheia seja respeitada, e no tocante ao respeito à cultura a atenção precisa ser redobrada, pois algo que para uns é de grande valor para outros é dispensável, portanto, se a expressão artística não deve ser cerceada de acordo com as limitações, um ambiente didático de estimulação das aptidões e aprimoramento deve ser proporcionado, evitando comparações indevidas entre as realizações individuais, mas certamente o alcance de tal conformidade só pode ser desenvolvido na prática, diante das matérias e questões que surgirem e que são únicas, apresentadas por cada individualidade artística. Talvez a proposição de realizações entre duplas, e mesmo alternância entre as parcerias a cada trabalho, e depois práticas individuais possa minimizar as questões de domínio da técnica, mas certamente cada caso irá demandar uma solução a ser experimentada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos apresentados se constituem como continuidade das pesquisas que foram desenvolvidas ao longo da tese de doutorado da autora desta pesquisa, defendida em 2018. Desde então, as atividades inconstantes entre o exercício profissional como figurinista e atividade acadêmica de pesquisa e docência tem se configurado como limitações para o desenvolvimento pleno deste ateliê-escola, que por si demanda estruturação financeira para que esta escola possa se estabelecer sem que os alunos e alunas sejam os que irão custear financeiramente este espaço, mas sim que esta escola seja autossustentável. Certamente parcerias precisam ser reunidas, e a economia solidária é uma perspectiva de construção destas parcerias, sendo esta tarefa o maior desafio, pois a prática de cortar e costurar priorizando a sustentabilidade do meio ambiente e promovendo a cultura local é um exercício fundamentalmente criativo que tem sido desenvolvido ao longo destas duas décadas do século XXI já completadas, em termos de realização individual da autora desses estudos. Certamente os métodos de docência precisam ser aprimorados, contudo, docência é prática, a qual tem sido buscada como uma oportunidade sonhada, independente de ser num espaço universitário público ou numa associação comunitária. E neste ponto inevitavelmente é preciso retornar ao fato de que esta sala de aula precisa ser mantida financeiramente, tanto a equipe de discentes quanto a equipe docente necessitam de recursos financeiros inicialmente. O objetivo será o de prosseguir de maneira autossustentável, não obstante o fato de que os recursos iniciais precisam ser angariados.

No contexto do corte e da costura, inclusive da produção de figurinos para a cena teatral, de dança, performance estes estudos possibilitam desenvolver práticas comunitárias, de valorização do trabalho artesanal que seja aliado à tecnologia social, de acordo com as práticas de economia solidária. As práticas de economia mercadológica principalmente no campo da produção da moda demonstraram a supervalorização do artista que cria, o estilista, e dos modelos que desfilam as

vestes em eventos de moda, enquanto que uma das principais parcerias destas realizações no campo da indústria têxtil, que são as costureiras ficaram obscurecidas, chegando ao ponto de denúncias de escravagismo neste setor de trabalho. No campo da produção de vestes para o teatro, cinema, enfim a veste para a cena, esta profissional da modelagem e da costura também não teve sua prática valorizada, pois o destaque normalmente é conferido ao figurinista ou à figurinista, ainda que a produção do espetáculo se constituía da produção de 20, 30 ou mais peças de vestuário, portanto este estudo se constitui como valorização desses trabalhadores e trabalhadoras, sem os quais teríamos uma sociedade despida. Cortar e costurar está dentro do amplo contexto de trabalho artesanal, que foi apropriado pela Revolução Industrial, desde então esses trabalhadores e trabalhadoras tiveram suas atividades depreciadas. O fato de o trabalho artesanal não ter condições de atender grande contingente populacional não é o problema do setor fabril. A fabricação de utilitários é que não deve subjugar o processo criativo e humano que subjaz o processo fabril, constituído por formação cultural comunitária, a qual foi depreciada pelos processos de globalização econômica e cultural. Enfim, necessitamos rever nossos modos de fabricar, comercializar e consumir, pois o superficial está adoecendo a humanidade.

REFERÊNCIAS

ALPERS, Svetlana. *O projeto de Rembrandt: o ateliê e o mercado*. Trad. Vera Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BARDI, Lina Bo. *Tempos de grossura: o design no tempo do impasse*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1994.

DORMER, Peter (Org.). *The Culture of Craft*. Manchester University Press, UK, 1997.

ELKINGTON, John. *Sustentabilidade, canibais com garfo e faca*. Trad. Laura Prades Veiga. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda.

FERRAZ, Marcelo Carvalho (org.). *Lina Bo Bardi*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. 3ª ed.

PEREIRA, Regilan Deusamar Barbosa. *Helio Eichbauer e Lina Bo Bardi: artífices que constroem a arte e edificam a cidade*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018. Tese (Doutorado em Artes Cênicas).

SANTOS, Boaventura de Souza. *Na oficina do sociólogo artesão: aulas 2011-2016*. São Paulo: Cortez, 2018.

SENNETT, Richard. *O artífice*. Tradução de Clóvis Marques – 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SILVA, Sandro Pereira (org.). *Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas*. Brasília, IPEA, 2020.

POÉTICAS DA NATUREZA E SUAS INTERFACES COM A SOCIEDADE

Zandra Coelho de Miranda¹

Luciana Campos de Pinho Monte Mór²

José Augusto de Paula Pinto³

Resumo

No presente texto buscamos esclarecer as diretrizes de pesquisa em arte que norteiam as criações plásticas e poéticas de minha produção como artista e professora. Os vínculos da cerâmica com a terra, que é sua própria carne, se enraízam de forma irreversível na natureza, buscando a compreensão de seus processos e dinâmicas internas que acreditamos serem pistas importantes na busca da sustentabilidade, com especial atenção à sustentabilidade social e uma ecologia das idéias. Assim a pesquisa cria interfaces de diálogo e atuação social e assume uma postura ativista e arte-educadora.

Palavras-chaves: Pesquisa em arte. Cerâmica. Enraizar.

Abstract

In this text we seek to clarify the research guidelines in art that guide the plastic and poetic creations of my production as an artist and teacher. The bonds of ceramics with the earth, which is its own flesh, are irreversibly rooted in nature, seeking to understand its internal processes and dynamics that we believe are important clues in the search for sustainability, with special attention to social sustainability and an ecology of ideas. Thus, the research creates interfaces of dialogue and social action and assumes an activist and art-educator stance.

Keywords: Art research. Ceramics. Root.

Introdução

Me apresento como artista visual e professora da UFSJ, vinculada ao DAUAP (Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Artes Aplicadas), atuo no curso de Artes Aplicadas em nível de graduação e no PIPAUS (Programa Interdisciplinar de Pós Graduação em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade), onde atuo nas linhas 1 e 2 (Linha 1 - Processos Criativos e Linha 2 - Processo de Difusão: Popularização, Educação e Aplicabilidade).

1 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6788268070484615> E-mail: zandra.coelho@gmail.com

2 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4748165478307851> E-mail: lummor@hotmail.com

3 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5647174119738175> Email: japp2009@gmail.com

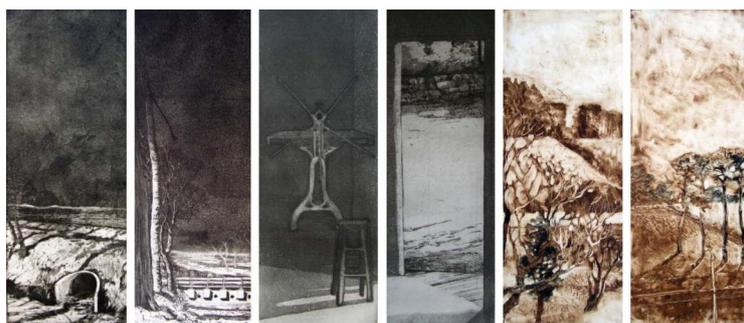


Figura 1: Da direita para a esquerda: Noite no Parque — Gravura em metal 60,5 X 22,5 cm. 1996; Noite no Parque — Gravura em metal 60,5 X 22,5 cm. 1996; Rasgo de Luz — Gravura em metal 17 X 45 cm.1996; Herança — Gravura em metal 13 X 45 cm.1996; Paisagem em sépia I — Monotipia 60,5 X 22,5 cm. 1996; Paisagem em sépia II — Monotipia 60,5 X 22,5 cm. 1996; Fotos da autora.

Fiz parte da equipe de criação e implantação do programa PIPAUS, e tenho dois orientandos formados. Meu projeto de pesquisa prevê uma atuação que inclui a condução e orientação de processos de criação artística de forma individual ou compartilhada, com ênfase em formas de representação e uma abordagem poética da natureza através de diferentes linguagens, notadamente a cerâmica, a gravura, a pintura e o desenho. Esta investigação abrange também a pesquisa de materiais e suportes naturais, atóxicos e acessíveis financeiramente como alternativa aos industrializados como por exemplo as tintas à base de terra. Abordamos ainda, através da interface com a extensão a experiência artística aplicada à educação e sensibilização para as artes e a cultura, o lúdico e o aprendizado de ofícios de cunho artesanal e artístico visando a sustentabilidade financeira de comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica.



Figura 2 - **Ciranda de Sementes**. Conjunto 3. Cerâmica de baixa temperatura, entintagem com esmaltes alcalinos em queima primitiva.

Este projeto de pesquisa propõe investigações sobre a **cerâmica**, como materialidade e linguagem artística, vinculando-se à duas vertentes principais de investigação: Estudo do processo de criação artística, desde a concepção e projeto até a materialização dos resultados finais, passando pelos processos de pesquisa dos minerais, preparação dos materiais, conformação do trabalho, construção de fornos, processos de queima, acabamentos e montagens para diferentes fins. Nossa atuação abarca também o estudo dos diversos contextos em que é produzida através dos tempos,

considerando-se os aspectos sociais, etnológicos e antropológicos e pesquisa das possibilidades de aplicação de processos e produtos cerâmicos como base tecnológica para atividades de inclusão social em comunidades populares, visando a sustentabilidade econômica e socioambiental.

Intimamente associado à extensão universitária, este projeto de pesquisa se encontra imbricado com o programa de extensão para a implantação do Museu do Barro no Fortim dos Emboabas, no âmbito do Centro de Referência de Cultura Popular onde se desenvolvem atividades iniciadas com a catalogação e pesquisa do acervo permanente, museologia e expografia e aspectos educativos vinculados ao Museu. Vincula-se também às pesquisas de aplicações terapêuticas da cerâmica em particular, e à arte em geral, como no programa de extensão “Ateliê de cerâmica da Apadeq”, em que a arteterapia é somada ao tratamento tradicional da dependência química. Vincula-se aos seguintes grupos de pesquisa: “Kerameikos - Laboratório de Pesquisas em Cerâmica Artística”, “Panorama da Cerâmica Latino-Americana” (parceria com a UNESP) e ao “Grupo Transdisciplinar de pesquisa em Arte e Sustentabilidade” - GTRANS.

PERCURSO

Defendi meu doutorado em 2008, com a tese: IMPRESSÕES EM CERÂMICA - Convite ao Encontro Caótico entre a Cerâmica, a Gravura e o Fogo, publicado pela editora Appris com o título: A Gravura em Cerâmica: em busca de novas formas para a paisagem⁴. Nesse trabalho, assumo que nossa paisagem materna é um elemento fundamental de nossa identidade. A idéia de que somos formados pelo que nos cerca, por nossa paisagem, busca raízes na definição grega de destino resgatada por Fayga Ostrower, em seu livro *Acasos e Criação Artística*⁵. A autora apresenta-nos a palavra grega *MOIRA*, que se refere ao destino humano, como tendo originalmente um sentido espacial. Esta palavra refere-se ao espaço que uma pessoa ocupa durante a sua encarnação: sua origem, a trajetória de sua vida, as fronteiras conquistadas, sua inserção em um panorama mais amplo. O tipo de apropriação que faz e a percepção que tem do espaço definem o destino desta pessoa.

As séries de gravuras em cerâmica que apresento partem da forma encontrada na paisagem, de origem mineral, vegetal e animal, e da terra que é a própria carne do lugar, portanto, são completamente determinadas pela geografia local. A apropriação direta das formas naturais marca um momento de transição em minha investigação artística e representa o início da produção que compõe a exposição realizada para a obtenção do título de doutora em Artes na Unicamp. Parte do corpo inserido na paisagem, e da deriva. Uma ação de deslocamento na paisagem como o ato de caminhar pode assumir o duplo sentido de reconhecimento do espaço: externo e interno. A presença humana e a ocupação de um espaço mudam seu caráter, e o que era apenas espaço passa a ser considerado lugar, cenário da experiência. Tenho clareza de que a forma como as pessoas percebem, a forma como interagem e caracterizam o espaço as individualiza. O mapeamento do lugar, através do que posso apreender pelos sentidos, ajuda-me a entender minha própria posição no mundo e determina minha ação e minha postura em relação a ele.

4 Miranda, Z. Gravura em cerâmica: em busca de novas formas para a paisagem. Curitiba: Appris, 2020.

5 OSTROWER, F. Acasos e criação Artística. Rio de Janeiro: Campus, 1990. PEIXOTO, M. E. S. (org.). Iconografia e Paisagem. Rio de Janeiro: Edições Pinacothéke, 1994.

No desenvolvimento desses relevos gravados, a paisagem é reconstruída como um registro matérico. A matéria é testemunha da paisagem, reduto da memória local e o acúmulo de substâncias das coisas vivas e inertes, em sucessivas camadas, testemunha os ciclos naturais. O olhar artístico captura esses fragmentos matéricos, de origem vegetal, animal e mineral e os transforma por meio de diversos processos de apropriação, transferência e finalmente de transmutação nos processos de queima. Essa prática é regida por uma lógica intrínseca que combina o pensamento racional e o intuitivo — duas formas complementares de saber. Esse conhecimento é marcado por um experimentalismo muitas vezes tateante e errático, mas que não falha em reconhecer os resultados desejados quando os alcança. É sabido que o fazer artístico dentro da universidade vê-se confrontado com demandas que podem comprometer sua natureza, buscando traduzir a linguagem visual e sensível para a linguagem escrita, com critérios científicos e um pretensão rigor metodológico. Este trabalho inicia-se com a prática artística e por isso minha resposta a essas demandas acadêmicas parte da *práxis* e só pode ser poética: as referências são outros artistas, outros universos criativos, outras construções visuais movidas por pulsões semelhantes às que me movem. Esse mapeamento inclui ainda as referências que norteiam a parte reflexiva — que se expressa por meio da linguagem escrita — referências oriundas da literatura e, mais especificamente, da crítica de arte, da filosofia, da história, da poesia, da antropologia e dos escritos deixados por outros artistas. A parte dissertativa do trabalho é necessariamente outra criação, em muitos aspectos, independente da prática, apesar de seu compromisso de tentar estar sempre alinhado com ela. Ao lançar mão de signos vegetais como as sementes, árvores – que estão latentes em sua estrutura –, folhas, galhos e outros resíduos, sintonizo meu trabalho com a mesma postura identificada por Mircea Eliade⁶ nos cultos à vegetação de diversas etnias: Através da vegetação, é a vida inteira, é a natureza que se regenera por múltiplos ritmos, que é honrada, promovida, solicitada. As formas vegetativas são uma epifania da vida cósmica. Na medida em que o homem está integrado à natureza e crê poder manipular essa vida para os seus próprios fins, ele manipula os sinais vegetais, ou venera-os. Mircea Eliade, identifica esse tipo de aproximação à paisagem, caracterizado por certa intuição do sagrado. Esse mesmo movimento gerou uma multiplicidade de ritos e cultos à terra em povos ditos primitivos. A terra, para uma consciência religiosa primitiva é um dado imediato: a sua extensão, a sua solidez, a variedade de seu relevo e da vegetação que nela cresce constituem uma unidade cósmica viva e ativa. A primeira valorização religiosa da terra foi “indistinta” ou seja, ela não localizava o sagrado numa camada telúrica propriamente dita, mas confundia numa única unidade todas as hierofanias que se tinham realizado num meio cósmico envolvente — terra, pedras, árvores, águas, sombras etc. A intuição primária da terra como forma religiosa pode ser reduzida à fórmula: cosmos — receptáculo das forças sagradas difusas. Sementes, espinhos, hastes e folhas eram usados desde esta etapa da minha produção artística para compor módulos moldáveis. Neste momento, o foco da observação foi muito ligado aos ciclos da natureza e aos elementos minerais e vegetais que a compunham, de forma a acessar e valorizar os aspectos sagrado dessa natureza e as possibilidades de epifania neles contidos. A íntegra da tese de doutoramento pode ser consultada através do link:

<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/284718>

No processo de transição para uma nova paisagem, ao ingressar como docente efetiva na Universidade Federal de São João del Rei, a última série produzida em Campinas já se vinculava à paisagem de São João del Rei, e foi denominada Vertentes, tendo como inspiração olhos d'água, ou poças d'água observadas em minhas primeiras incursões no Lenheiro e recriados a partir de

6 ELIADE, M. Tratado de História das Religiões. Lisboa: Cosmos, 1993, p. 196.

depósitos de vidro fundido. Estes módulos foram expostos na mostra PERCURSO, ainda em 2009, no Centro Cultural da UFSJ, e representaram um momento de fechamento de um ciclo e de transição e reconhecimento da nova paisagem local. Na pesquisa realizada em 2018 em nível de pós doutoramento minha nova paisagem me impele a reconhecer que os aspectos históricos e culturais que estão imbricados na paisagem de São João del Rei são demasiado significativos e não podem ficar de fora de minhas escolhas plásticas. Assim, busco diferentes abordagens para revolver e abordar plasticamente as diversas camadas de memória que se sobrepõe na paisagem local. A Serra do Lenheiro é um dos lugares mais explorados na pesquisa. Faz parte de uma formação geológica muito peculiar, de uma região que um dia foi fundo de mar e que se ergue com o choque das placas tectônicas, formando dramáticas bordas crispadas na serra em que pressentimos a violência desta movimentação o reposicionamento das placas em dramáticas diagonais, picos e vales. Em um dado momento, os vãos das chapas desta pedra original são preenchidos em mais uma convulsão do magma com o quartzo liquefeito que traz o ouro e forma os tão cobiçados veios do metal precioso. Isto determinaria a fundação da cidade de São João del Rei pelos bandeirantes, garimpeiros e posteriormente negros escravizados. Mais à frente esses atrairiam a atenção da coroa Portuguesa com tamanho volume de ouro minerado, e trariam os Emboabas para o local. É muito interessante ainda por conter sítios com pinturas rupestres que se estimam ter 9.000 anos de idade, e por ter sido cortada por um caminho utilizado pelos povos indígenas durante milênios, ligando o litoral de Parati ao norte de Minas e ao norte do país. Este caminho hoje foi apropriado oficialmente pela marca comercial e turística conhecida como Estrada Real.⁷

PAISAGEM CULTURAL

Se no doutorado, o olhar para a paisagem reconhecia aspectos de sua natureza sagrada, nessa etapa do trabalho em nível de pós-doc, os aspectos culturais presentes na nova paisagem são tão gritantes que torna-se premente abordá-los. A paisagem cultural é entendida como conjunto espacial composto de elementos materiais construídos associados a determinadas morfologias e dinâmicas naturais, formas estas que se vinculam a conteúdos e significados dados socialmente.

“[...] paisagem cultural traz a marca das diferentes temporalidades da relação dos grupos sociais com a natureza, aparecendo, assim, como produto de uma construção que é social e histórica e que se dá a partir de um suporte material, a natureza. A natureza é matéria-prima a partir da qual as sociedades produzem a sua realidade imediata, através de acréscimos e transformações a essa base material” (NASCIMENTO, F. SCIFONI, S., 2010, p. 32).⁸

Foi determinante a experiência da disciplina Espaço e Memória, oferecida no Pipaus (Programa Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade - UFSJ) em 2017, e posteriormente o Grupo de Trabalho Espaço e Memória, que tomou parte na programação do I SIAUS (Simpósio Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade). Reflexões sobre o processo e os resultados dos trabalhos finais de alunos e participantes do congresso, geraram o artigo "Análises de processos criativos influenciados pelo espaço e memória" em parceria com o Prof. Flávio Shiavoni

7 SALES, C. A. Estrada Real nos cenários arqueológico, colonial e contemporâneo: Construções e reconstruções histórico-culturais de um caminho. Dissertação de mestrado orientada pela Profa. Dra. Maria Leônia Chaves de Resende. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/pghis/dissertacoes.php>

8 NASCIMENTO, Flávia B.; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção do patrimônio cultural: a experiência do Vale do Ribeira-SP. *Revista CPC*, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out 2010, citado na discussão do verbete Paisagem Cultural no portal do IPHAN. Disponível através do link: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>

e o aluno Thiago Morandi, que foi concluído em abril deste ano, e publicados na edição especial da Revista Art and Sensorium - Revista Interdisciplinar Internacional de Artes e Design (ISSN 2358-0437). ART&SENSORIUM, v. 5, p. 55-68, 2018. Disponível através do link: <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/sensorium/article/view/2256>.

A idéia de camadas de memória foi central no desenvolvimento dos trabalhos do pós-doc. Por exemplo, na pintura, denominada Lenheiro, elementos inseridos na colagem que serve de estudo e transpostos para a pintura final representam as diversas camadas de cultura que se sobrepõe à paisagem, como a geometria simétrica do padrão decorativo sobre o emaranhado caótico de pedras e vegetação que observamos no primeiro plano, à direita. A pintura foi executada a partir de materiais locais, buscando-se as misturas mais naturais possíveis, partindo-se do desenho à carvão, fixado com cola diluída em água, e posteriores camadas de emulsão de terras coloridas, óxido de cromo para o verde.

Já havia um grande interesse pelos pigmentos de terra muito explorado em 2005, em séries pintadas com terra e emulsão acrílica registrados no Anexo II do volume da tese de doutoramento. Tive a chance de dar continuidade a esta ideia com uma pesquisa desenvolvida em nível de iniciação científica com a aluna Lílian Góis, que testou e sistematizou a coleta das cores e pigmentos de terras da nossa região na confecção de tintas para aplicações artísticas, utilizando diferentes emulsões e suportes na produção de aquarela, têmpera, encáustica, acrílica e tintas à óleo. Alguns primeiros exercícios se revelaram muito interessantes do ponto de vista cromático, gerando uma paleta natural, com razoável gama de contrastes. A materialidade das pinceladas tem algo do modelado da argila, e já fizemos testes sobre o suporte de tela, madeira e sobre a superfície da cerâmica biscuitada. A pesquisa completa pode ser acessada nos anais do congresso de iniciação científica da UFSJ através do link:

http://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/artes/IC_TINTAS_DA_TERRA.pdf

Nesse momento coloco em prática o repertório de pesquisa que foi desenvolvido nessa iniciação científica, incluindo ainda um novo material: o ouro. Em minhas paisagens, proponho a utilização dos pigmentos que compõe sua própria materialidade e ainda a justaposição destes à visualidade do ouro - que me parecem especialmente adequadas para se representar a paisagem e a história da Serra do Lenheiro, que à época da fundação da cidade era famosa pela abundância do mineral, à ponto de se notabilizar a região do Lenheiro pela retirada do ouro à raiz do capim.



Fig. 12 - Miranda, Zandra C. Título: Painel Lenheiro em desenvolvimento, pintura com pigmentos de terra e folheação a ouro. Dimensões: 3m por 1,20m. Fotografia de Ricardo Coelho, 2018.

A aplicabilidade nos trabalhos desenvolvidos da cor do ouro também é alvo de pesquisa, por estar necessariamente associada à história de nossa paisagem. A cor do ouro entra nas pinturas pela via do material local. Esta cor dinâmica, que mobiliza a superfície em reflexos luminosos tem sido associada à tudo que é tido como sagrado, e está diretamente relacionada com a história de nossa região. O documentário "The History of Art in Three colors" tem um episódio dedicado às aplicações da cor do ouro na história da Arte, através de diversos artificios, como nas artes da joalheria, a folheação, a utilização em pastilhas de mosaico e a folheação através de processos eletrolíticos. Aponta-se que a cor do ouro tem sido uma obsessão permanente através dos tempos e pode revelar através de suas aplicações, o que é mais sagrado para cada civilização. Seu amarelo quente, cintilante e intenso mantém esse material associado ao sol, como se observa, desde a Carruagem do Sol, datada de 15000 AC, National Museum da Dinamarca.



Fig. 13 a 15 - Miranda, Zandra C. Título: Série Ícones em desenvolvimento. Imagens do processo e materiais na composição de pinturas em terra e ouro, representando as sementes da Serra, no caso, a cachopa do Pau Santo em processo de eclosão e dispersão das sementes. Sementes coletadas nos arredores da serra, e desenvolvimento das pinturas a base de terra sobre o papel de aquarela. Nas primeiras camadas a emulsão utilizada é a acrílica, à base de água. Fotos da autora, 2018

Tendo em vista que a percepção da paisagem pode passar por narrativas orais e escritas para ser decifrada e compreendida, percebo que a paisagem que estou construindo passa também pelo recolhimento de narrativas sobre o nosso espaço delimitado, São João del Rei e a Serra do Lenheiro. Alguns desses elementos mais marcantes são oriundos da história oral recolhida no programa de extensão "Centro de Referência da Cultura Popular", e nas várias rodas de conversa e "Contação de Causos", que recolhem narrativas de garimpeiros sobre o processo de mineração, a



Fig. 37 a 39 - Miranda, Zandra C. Título: Módulos da série "Horizontes da Serra". Abaixo: Barbatimão, Candeia, Pixirica e Arnica. Acima: Imagem da florada da Candeia, espécie doadora do óleo usado para iluminação no passado, fornecendo combustível aos candeieiros. Justaposta, está a imagem de detalhe da superfície cerâmica da ogiva impressa com ramos das flores, esmaltada e queimada no Raku. Fotos da autora.

abertura e manejo das Betas, casos que ouviram de seus avós e bisavós sobre o tratamento dado aos escravos na época da mineração no Alto das Mercês e no Lenheiro, o que reforça o alinhamento desse projeto de pesquisa com sua atuação extensionista nessa região.

METODOLOGIA

Essa pesquisa tem o perfil de uma pesquisa em arte, com uma componente prática em pintura e em cerâmica, e também com componentes de caráter teórico-reflexivo. Nesse sentido, a revisão bibliográfica que embasa a metodologia de pesquisa em questão inclui as publicações: "A pesquisa em Arte: Um paralelo entre Arte e Ciência, de Sílvio Zamboni e "Gesto Inacabado", de Cecília de Almeida Salles. Sobre o processo criativo e as formas de registro deste processo temos como referencial as publicações de Fayga Ostrower "Criatividade e processos de criação", "Acasos e criação artística", e ainda "A Página Violada", de Paulo Silveira, que trata do livro de artista como documento central de processo. Estas publicações foram revisadas e representam o enquadramento metodológico dado à pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultados e desdobramentos desse projeto no âmbito da criação e reflexão individuais, destacaria como resultado seu transbordar para processos de criação coletivos e orientações de trabalhos que se filiam a essas idéias, paisagens e diretrizes de trabalho. O processo da cerâmica pode ser instrumento de ensino e documentação, como no trabalho de Cristina Santos, que defendeu em 2020 sua dissertação pelo PIPaus. Um de seus resultados, depois de diversas dinâmicas educativas de reconhecimento de plantas nativas, úteis e medicinais, foi a confecção de um painel educativo para a Escola Amélia Passos, com os registros das plantas estudadas.



Figura. Painel educativo em elaboração. As marcas impressas são entintadas com óxido de ferro para adquirir contraste.

Vejo ainda conexões com dois pesquisadores vinculados ao Gtrans, Luciana Monte-Mór, inserida na linha Processos Criativos do PIPaus, pelas afinidades metodológicas e temáticas da criação em cerâmica. Seu percurso tem uma trajetória primeiramente na Arquitetura e depois nas Artes, trazendo a proposta para uma interface com as duas áreas. A sua proposta de dissertação propõe pesquisar a relação do homem com a Natureza no espaço urbano e tentar promover dentro destas relações, através de uma intervenção artística, sua sensibilização e reconexão. Propõe construir redes de conhecimento para tentar entender como poderemos nos reconectar com a natureza na

urbanidade, investigando que formas teóricas, práticas, imagéticas e artísticas podemos utilizar para ressignificar nossos espaços.

Neste âmbito a pesquisa perpassa por vários questionamentos quanto à presença da natureza dentro dos espaços urbanos, ou de sua ausência, de sua forma ordenada ou desnaturalizada. Da necessidade de uma visão mais sensível e poética dos espaços, de um novo olhar para cidade, de um novo pensar para seus fluxos, símbolos, imagens, objetos, memórias, sendo desta forma, a arte e a natureza importantes ferramentas para construir este pensamento.

Encontrar argumentos e métodos para o resgate poético seria necessário nessa pesquisa para conseguirmos nos reconectar a uma percepção mais ampla onde o olhar percorre o espaço conectando imagens, objetos e conceitos de forma orgânica e livre. Essa postura nos desconecta de uma visão linear de pouca amplitude que nos afastou da percepção sensorial que cria as possibilidades de conexão e sentido. O capítulo "A tradução Intersemiótica como intercurso dos Sentidos" do livro "Tradução Intersemiótica" de Julio Plaza, traduz de forma bem ampla a atuação dos sentidos no processo de compreensão, tradução e criação da realidade. "A criação de sistemas de sinais é fundamental para o intercâmbio de mensagens entre o homem e o mundo. Cada sistema de sinais constitui-se segundo a especialidade que lhe é característica e que pode ser articulada com órgãos emissores-receptores, isto é, com os sentidos humanos. Estes produzem as mensagens que reproduzem os sentidos. É pelos sentidos que os homens comunicam entre si." O aprofundamento deste pensamento traz a necessidade de conceituar e articular processos criativos utilizando os sentidos como base para sua produção, porque se comunicamos pelos sentidos também materializamos objetos por estes. Luciana acredita que a poesia do olhar e a natureza podem nos reeducar.

A proposta, ainda no início de todo um processo, interage com a presente proposta de pesquisa em vários pontos de interesse. Principalmente pela materialidade porque se propõe a utilizar a cerâmica e as plantas em seu processo artístico para o desenvolvimento de uma intervenção urbana. A questão da matéria está presente tanto na cerâmica com sua possibilidade plástica, orgânica, de texturas, quanto nas plantas como construção de espaços mais sensíveis e conectados aos homens e seus percursos. Interage também diretamente com o percurso dessa pesquisadora, na proposta de buscar na paisagem raízes que se conectam ao destino humano e questões que "trazem o espaço para a origem, para a trajetória de vidas e para as fronteiras conquistadas pelo homem," logo para os espaços que habitamos em uma cidade. As "camadas de memória" aparecem como um processo de sobreposição e sedimentação de várias culturas e interessam muito em um caminho inverso no sentido de desvendá-las na estrutura urbana, para redescobrir nossos vínculos originais, ou naturais, que apesar de toda artificialidade que nos rodeia, ainda sobrevivem nos espaços que ocupamos.

Temos ainda várias convergências e parcerias possíveis com a pesquisa de José Augusto de Paula Pinto que, inserido na linha 1, processos criativos, pretende atuar junto ao Museu do Barro em ações educativas, extensionistas e artísticas. E as camadas de memória citadas acima remetem-nos ao trabalho desenvolvido no Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos – MUQUIFU, localizado em Belo Horizonte, no conhecido Morro do Papagaio, ou Aglomerado Santa Lúcia, por imposição unilateral da Prefeitura de Belo Horizonte. Muitos anos antes da inauguração do Muquifu, em novembro de 2012, havia latente na comunidade um desejo de memória e preservação da história da comunidade e seus moradores, favela essa já existente a quase cem anos. Nessa ocasião a Prefeitura

de Belo Horizonte decide implantar um projeto chamado Vila Viva, no qual 1.200 famílias seriam indenizadas em dinheiro ou receberiam um apartamento de dois quartos, nos “predinhos” que seriam construídos para 400 famílias. As restantes receberiam a indenização financeira e teriam de tentar adquirir imóveis em outros locais. Maneira discreta, mas direta, de efetuar-se aquilo que foi nomeado de gentrificação.

Assim, o Muquifu foi edificado na urgência da guarda de memórias e objetos de vida desses moradores que seriam “expulsos” das suas residências. E após nove anos o Museu formatou-se como um lugar onde importam as relações urbanas, a arte como foco e a sustentabilidade da comunidade como projeto. Na pesquisa que se inicia no PIPAUS, a intenção é fazer interrelações entre um museu de comunidade - Muquifu, que podemos incluir na tipologia de museu de território, e o Museu do Barro, de mesma tipologia. Fica claro nessa relação que ambos os museus trabalham com as comunidades em seu entorno, Morro do Papagaio em Belo Horizonte e Alto das Mercês em São João Del Rei. Os questionamentos devem surgir dessa convergência de duas cidades mineiras com duas comunidades que possuem museus a elas relacionadas; e isto deverá ser feito através de ações educativas e principalmente por meio da arte/artivismo. Não existe a possibilidade fácil nos estudos da Museologia, de um museu comunitário, universitário ou privado, que não se aporte do ativismo e da arte em seus processos. Comunidades e museus são lugares onde as lutas por direito à cidadania e a criatividade transbordam, criando rios e cachoeiras de muita arte e muita resiliência, na tentativa de uma sobrevivência mais digna e menos sacrificante.

Para todo o trabalho no PIPAUS foram selecionados com alegria dois instrumentos de arte educação. O primeiro é um museu em um carrinho de pipoca, chamado de Muquifoca, o Muquifu no carinho de pipoca, “um estouro de pipocas e memórias”, que torna possível o museu sair de seus muros e ir de encontro à comunidade, ou outros locais, da cidade ou país. O segundo modo de interação arte-educação-comunicação é o personagem criado por Gleiton Gós, um palhaço educador que vem trazer o afeto à tona na educação, com seu projeto “Bem me quer, bem me quer! Jamais bem me quer, MAL me quer”. Palavras que definem o nosso querido Palhacim Muquifento. Uma grande onda de amor em forma de alegrias. Assim, munidos de dois instrumentos inovadores e afetivos, vai-se procurar esse intercâmbio entre ideias e propostas de dois museus e duas comunidades. O Museu do Barro acopla-se ao projeto pelas semelhanças e distanciamentos, um ligado a uma universidade (UFSJ) e outro “solto no mundo”, administrado por um coletivo misto de pessoas da comunidade e da academia, como voluntários. Semelhanças são muitas, o que permite à atual pesquisa tecer rumos convergentes entre os dois museus, a artesanaria presente no Museu do Barro encontra-se também no Muquifu, em um através da cerâmica e suas oficinas, no outro através da arte da confecção de bonecas de pano, por exemplo. As lutas e batalhas em ambos, inseridos em comunidades, são convergentes e nos permitem todas essas divagações, em forma de poesia, de arte, do trabalho voluntário, realizado sempre através da Museologia do Afeto, onde tratamos de tudo com muito afeto, sendo afetados e afetando a quem se relacionam com eles, de forma sempre positiva, artística, decolonizadora e com paixão. Que museu comunitário e de território não sobrevive sem muita paixão, como exemplos o Museu do Barro e o Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa se desenrola em espirais que voltam sempre ao mesmo ponto, mas com diferentes compreensões deste. Percebo nesse momento de meu caminhar como pesquisadora e educadora que os interesses centrais do trabalho permanecem intactos em um misto de teimosia e esperança de que a paisagem possa ser valorizada e vivida intensamente por todas as pessoas, democraticamente. O acesso à arte e à poesia deve ser universal, as articulações das artesanias devem tecer as redes entre as pessoas, o fazer com as mãos deve ser fomentado como estratégia de comunicação, de educação e de afeto. A sensação de enraizar-se expressa por um lado uma presença naquilo que é o local e imediato que me decolonializa, e me leva buscar uma ecologia de idéias mais originais e sustentáveis. A conexão com a paisagem e com as plantas se aprofunda em diversos sentidos, e aponta os caminhos de crescimento das redes de trabalho e pesquisa. Esperamos que esse trabalho seja uma oportunidade de pensar as nossas relações e que o mesmo fomente novas parcerias para o grupo de pesquisa Gtrans.

Essa pesquisa que está se iniciando, já vislumbra, neste grupo de proposta transdisciplinar, valiosas conexões entre pessoas, pensamentos, redes de trabalho que são o caminho para materializarmos paisagens mais poéticas, sensíveis e democraticamente acessíveis. A proposta de enraizamento comunga com a busca pela origem, por aquilo que nos é natural, que em minha trajetória e na proposta do atual trabalho, através da argila e sua plasticidade permitem a experimentação de formas em parte da nossa vivência individual, mas também refletindo a percepção deste mundo que habitamos coletivamente. As plantas a meu ver, em sua origem com toda sua estrutura, beleza, diversidade e estímulos já são descolonizadoras do olhar, do perceber e do sentir, nos transportando para o reconhecimento do ambiente ou espaço primário, para podermos nos reconhecer, lembrar e reconectar á nossas origens.

Referências

BACHELARD, G. **A terra e os devaneios da vontade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas – magia e técnica, arte e política**. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CAMPBELL, Brígida. **Arte para uma cidade sensível**. Arte como gatilho sensível para novos imaginários – Tese doutorado, Escola de comunicação e Artes/ Universidade de São Paulo, 2018

CHALUMEAU, J. L. **Dubufet: Lárt doit naitre du materiau**. Paris: Cercle Dárt, 1996.

CHAGAS, Mário. **Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação**. Patrimônio, Revista Eletrônica do IPHAN. Brasília, 2010. Disponível online, acessado em 03 de abril de 2021: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao_museu_patrimonio_tensao.pdf

DEBORD, Guy. **The Society of the Spectacle**. Detroit: Black & Red, 1983.

DECLARAÇÃO DO RIO. **XV Conferência Internacional do MINOM**. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2013. Acessado em 30 de janeiro de 2021: <http://www.minom-icom.net/files/declaracao-do-rio-minom.pdf>

ELIADE, M. **Herreros y alquimistas**. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

ELIADE, M. **Tratado de História das Religiões**. Lisboa: Cosmos, 1993.

KANDINSKY, W. **Punto e Linea sobre el Plano: Contribución al analisis de los elementos pictóricos.** Barcelona: Barral Editores, 1971.

KANDINSKY, W. **Complete Writings on Art.** London: Faber & Faber, 1982.

KRAUSS, Rosalind. **A escultura no campo ampliado.** RJ: Revista Gávea, 1, 1984.

LIPPARD, L. R. **Overlay: Contemporary Art and the Art of Prehistory.** New York: The New Press, 1995.

MARCONDES, L. F. **Dicionários de Termos Artísticos.** Rio de Janeiro: Edições Pinacothéke, 2003.

OSTROWER, F. **Acasos e criação Artística.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.

PEIXOTO, M. E. S. (org.). **Iconografa e Paisagem.** Rio de Janeiro: Edições Pinacothéke, 1994.

PLAZA, Julio. **Tradução Intersemiótica.** São Paulo: Perspectiva, 2003

SALGUEIRO, H. A. (org.). **Paisagem e Arte – A Invenção da Natureza, a Evolução do Olhar.** São Paulo: Fapesp, 2000.

SALLES, C. A. **Gesto Inacabado – processo de criação artística.** São Paulo: Fapesp, Annablume, 2004.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar: A perspectiva da Experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Editora Garamond, 2000.

SEGHEZZO, Lucas. **The five dimensions of sustainability.** Environmental politics, 18(4):539–556, 2009.

RESUMO

Existe, atualmente, um grande fluxo de imagens que são postadas em redes sociais como o *Instagram*. Grupos de grafiteiros e pichadores estão entre esses grupos que interagem com a rede, postando seu cotidiano e suas intervenções urbanas criando, desta forma, uma memória urbana digital por meio de uma criatividade cotidiana que desenvolvem sem ao menos perceberem. Este breve estudo pretende compreender como alguns grupos de grafiteiros e pichadores da região metropolitana de Belo Horizonte atuam no *Instagram*, como são suas interações, como as registram, como postam suas ações e seus processos criativos que, em sua maioria, carregam um cunho político e de crítica social. As análises são feitas com interpretações imagéticas, algumas técnicas antropológicas e, sobretudo, por meio de análises do que Armando Silva chama de operações de modo progressivo.

PALAVRAS CHAVE

Urbanografia, *Instagram*, Memória urbana digital, Grafite, Pichação

INTRODUÇÃO

A urbanografia ou escrita das ruas é uma das formas de denominação da arte urbana, que inclui grafites, pichações, lambe-lambe, projeções, etc. Essas intervenções efêmeras carregam muitas vezes em sua essência enunciações de discursos de lutas políticas e ideológicas, reafirmando ou transgredindo poderes simbólicos que estão constituídos na sociedade. Nas palavras de Bourdieu (1989), “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não

¹ Doutorando em Ciências Sociais na PUC Minas; Mestre Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade e Bacharel em Comunicação Social- Jornalismo na UFSJ

querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7).

O poder simbólico, portanto, é uma forma transformadora que legitima outras formas de poder, desde que seus discursos sejam produzidos pelos agentes de enunciação, sejam recebidos e reconhecidos como legitimados.

Atualmente, um expressivo número de pessoas que realizam intervenções nas ruas, fotografam e postam suas obras em redes sociais, principalmente no *Instagram*. Nesta plataforma exibem, observam buscam validar (direta e indiretamente) este poder simbólico das artes urbanas e o discurso que as mesmas carregam. Seus enunciadores são na maioria grafiteiros e pichadores.

Silva (2014) apresenta algumas possibilidades de análises de intervenções urbanográficas e dentre elas ele apresenta as operações de modo progressivo, as dividindo em três modos: 1. o objeto de exibição; 2. observação por um sujeito; 3. olhar cidadão. Nesta perspectiva, vou analisar mais à frente, tanto os indivíduos que executam intervenções, quanto apreciadores que fotografam obras de arte na rua e alimentam as redes sociais, uma vez que se exibem, observam e contribuem com este olhar cidadão.

Como recorte de pesquisa são analisadas 15 *#hashtags* que são observadas no *Instagram* desde 2019, quantificando-as em sua presença na plataforma em forma de postagens e também algumas perspectivas analíticas qualitativas de alguns perfis de grupos e indivíduos que realizam suas intervenções urbanas na região de Belo Horizonte.

O CONTEXTO DA ARTE URBANA

A arte urbana pode ser caracterizada de diversas formas e estilos, pode compreender muitos processos de criação, que envolvem técnicas e modos de se fazer intervenção nas cidades. Na visão de Silva (2014), a arte urbana “adquire um aspecto urbano e se associa principalmente a mensagens deixadas sobre muros e paredes das cidades ou sobre diferentes objetos dos cidadãos.” (SILVA, 2014, p.24), o autor adota a palavra “grafite”, com a terminação “te” para denominar as mais diversas formas de se criar arte

urbana, para Silva (2014) ao utilizar a etimologia latina na palavra, ele propõe expandir as possibilidades de inclusão e de abordagens da mesmas.

Silva (2014) destaca ainda que

o grafite alimenta-se de momentos históricos, e seus realizadores anônimos são os agentes que, com certas características pessoais ou grupais, materializam, através das escritas ou representações ocasionais, desejos e frustrações de uma coletividade, ou, ainda, exaltam formas que retomam ou questionam seus territórios sociais. (SILVA, 2014, p.23)

Armstrong (2019) por sua vez utiliza o uso de “*street art*” e “*urban art*” (arte urbana) de forma diferente, para o autor a *street art* são as intervenções in loco, nas ruas, nas paredes, e arte urbana é uma apropriação mercantil da mesma, que está na rua.

Em um nível, a arte de rua é o grafite mercantilizado. A cunhagem da frase ‘arte de rua’, que começou a circular em meados da década de 1990, poderia ser lida como a cooptação e reformulação do *graffiti*, na tentativa de torná-lo socialmente mais aceitável, para vendê-lo. Qualquer subcultura que existe apesar do capitalismo é inerentemente irresistível ao capitalismo, que está sempre em busca de oportunidades para monetizar, comercializar e lucrar. O *graffiti* estava se mostrando uma cultura durável. Era hora de domá-lo, fumigá-lo da criminalidade, inverter a retórica anti-estabilização e vendê-lo de volta às pessoas como uma decoração contemporânea. (ARMSTRONG, 2019, p.16) (Tradução minha)²

Na minha visão, não concordo com a abordagem de Armstrong no ponto de vista que o uso de “arte urbana” mercantiliza a intervenções, mas concordo que em relação ao discurso, é sim, uma forma de tornar o grafite uma arte mais aceitável na sociedade. Digo isso, pois, se adotássemos essa visão mercantilista na análise que realizo nas redes sociais, a inserção do grafite no *Instagram* seria uma “arte urbana”. Não excluo o fato que isso acontece em alguns casos, mas não dá para generalizar, o que mais se vê são inserções de grafiteiros e pichadores no *Instagram* em busca de um novo espaço para se exibirem suas intervenções, ganhando, na verdade, uma nova parede de exposição.

² On one level, street art is graffiti commodified. The coining of the phrase ‘street art’, which began to circulate in the mid- to late 1990s, could be read as the co-option and rebranding of graffiti, in an attempt to make it more socially acceptable, to sell it. Any subculture that exists in spite of capitalism is inherently irresistible to capitalism, who are Always seeking opportunities to monetize, trade and profit. Graffiti was proving a durable culture. It was time to tame it, fumigate it of criminality, invert the anti-establishment rhetoric, and sell it back to people as contemporary decor. (ARMSTRONG, 2019, p.16)

MÉTODOS DE OBSERVAÇÃO DA ARTE URBANA NAS REDES SOCIAIS

O principal método utilizado nesta pesquisa está sendo a netnografia, com a fase exploratória da minha investigação de Doutorado nas Ciências Sociais da PUC Minas, sendo realizada observando o *Instagram*, seus usuários e interações. A partir de uma observação que acontece desde 2019, foi possível levantar 15 *#hashtags* que são utilizadas pelos usuários da rede social ao postarem suas fotografias. Após o levantamento quantitativo das *#hashtags* são realizadas observação e análises qualitativas, buscando compreender como as postagens contribuem para os processos de criação de outras intervenções nas ruas.

Armando Silva (2014) apresenta como uma das possibilidades de análise das escritas urbanas do grafite o que ele denomina de operações de modo progressivo, as dividindo em três frentes: 1. Objeto de exibição; 2. Observação por um sujeito; e 3. Olhar cidadão. Sendo o 1. A forma como é exposta à intervenção, que têm como caráter principal a transgressão de regras ou ordens vigentes do estado através de suas leis e normas. O 2. o que se representa e o que se quer representar, pois, nem sempre o que se vê é exatamente o que o grafiteiro e/ou pichador deseja mostrar, ou seja, são enquadramentos que se dão em determinadas intervenções. Na prática, uma obra pode conter símbolos e representações que passam alguns códigos de mensagem para grupos específicos de pessoas. E 3. é o olhar cúmplice do ver, fotografar e compartilhar, são, principalmente, as postagens de anônimos em redes sociais, que se apropriam visualmente de uma obra de intervenção de arte na rua.

Percebi que existem ao menos 57 milhões de postagens sobre arte urbana no *Instagram* e que de 2019 para cá houve um crescimento em mais de 11 milhões de publicações na rede, que determinados grupos de indivíduos realizam suas intervenções motivados por acontecimentos políticos e utiliza o *Instagram* como uma nova parede de exibição. Além disso, é possível identificar na rede social todas as três operações de modo progressivo de Silva (2014).

Levantamento feito em 01 de maio de 2019, 1 de maio de 2020 e 31 de janeiro de 2021

| HASHTAG | QUANTIDADE 2019 | QUANTIDADE 2020 | QUANTIDADE E 31 JAN 2021 |
|-------------------|----------------------------|----------------------------|---|
| streetart | 46.145.563 | 52.991.115 | 57.163.608 |
| graffiti | 38.116.525 | 43.270.006 | 46.746.213 |
| grafite | 1.028.453 | 1.197.031 | 1.335.728 |
| vandal | 796.866 | 931.649 | 1.043.001 |
| arturbana | 774.143 | 939.722 | 1.064.329 |
| artederua | 740.000 | 895.158 | 1.064.329 |
| pixo | 201.234 | 241.150 | 1.008.044 |
| lambelambe | 112.779 | 135.330 | 149.341 |
| vandalismo | 106.307 | 142.196 | 170.343 |
| pixação | 66.106 | 86.147 | 110.905 |
| xarpi | 49.692 | 61.326 | 69.159 |
| Pichação | 34.459 | 56.957 | 77.283 |
| grapixo | 33.529 | 44.961 | 55.189 |
| pixadores | 21.957 | 27.582 | 32.216 |
| picho | 11.998 | 14.294 | 15.911 |

Partindo dessas 15 *#hashtags* existem outras, como se fossem extensões das mesmas. Utilizei, portanto, o próprio Instagram e incluí em algumas dessas *#hashtags* a abreviação de Belo Horizonte, “BH”. E observei, no dia 5 de fevereiro de 2021, que com a palavra *#streetartbh* existem 2.142 postagens, sendo a maioria com a estética do grafite e algumas apropriações do mesmo, como no exemplo abaixo, em que o grafiteiro

@ramargama utiliza-se da estética do pixo (estilo próprio de São Paulo)³ em uma xícara, que é comercializada pelo @rua.streetshop por R\$65,00 em seu site.



Figura 1 : Print de uma postagem na rede social *Instagram*

A #graffitibh tem 7.546, com estética parecida com a #Streetartbh, assim como a #arturbanabh, com 690 postagens e #artederua, com 1.755. Outra informação relevante que foi possível observar a partir desse levantamento foi a preferência pelo uso da palavra pixo (com X) ao invés de picho (com ch), algo que se aproxima muito do estilo paulista de escrita urbana.

#Pixobh tem 3.367 publicações, com a maioria na estética deste estilo de intervenção, com assinaturas e códigos próprios. Também observei a inserção de intervenções com cunho político, que muito se aproxima da nomenclatura de picho (com CH), como nos exemplos a seguir.

³ Essas regionalidades por meio das diversas nomenclaturas que são tipicamente brasileiras são abordadas por mim no texto “Urbanografia e tecnologia: das paredes para a rede e de volta às paredes”, que apresentei na 5ª edição do seminário de Artes Digitais em 2019.



Figura 2: postagens no *Instagram* com o uso da *#Pixobh*

Por fim, temos também, *#lambelambekh* com 505 postagens, *#pixacaobh* com 495 e *#xarpibh* com 263. Todas essas publicações contribuem para a criação de uma memória urbana digital, pois a princípio, uma intervenção de arte urbana seria efêmera, mas ao ser registrada e inserida no *Instagram*, ela torna-se de certa forma uma memória e permanece intacta enquanto postagem na rede social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa (ainda em andamento) é um recorte do estado exploratório que está sendo desenvolvido na minha investigação de doutorado, em que tenho utilizado da netnografia e antropologia visual para coletar estes dados iniciais para análise.

É visível até o momento que a presença dos grafiteiros, pichadores e dos indivíduos que se apropriam da arte urbana por meio do olhar cidadão é crescente na rede social Instagram, assim como os registros de intervenções que são realizadas em Belo Horizonte.

Também é possível observar que tais usuários da capital mineira não utilizam tanto termos como *#vandal*, *#vandalismo* e outros termos parecidos, e que preferem o uso do pixo (com X), o que me leva a crer que talvez seja necessário utilizar a denominação de “*piXador*” no lugar de “*piCHador*”.

Um próximo passo desta pesquisa será a realização de entrevistas em profundidade com estes indivíduos, que por sua vez podem nos informar sobre a preferência do uso do termo, assim como essas interações no *Instagram* contribuem ou não para seus processos de criação.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, Simon. **Street Art**. Londres: Thames & Hudson, 2019

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand, 1989.

MORANDI, Thiago de Andrade. Urbanografia e tecnologia: das paredes para a rede e de volta às paredes. (p. 254-263). In **Anais do V Seminário de Artes Digitais 2019**: um Congresso sobre as relações entre Arte, Ciência e Tecnologia após o advento das tecnologias digitais / Coordenação Pablo Gobira. -- Belo Horizonte: EdUEMG, 2019.

SILVA, Armando. **Atmosferas urbanas**: grafite, arte pública, nichos estéticos. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. – São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014

ENQUANTO MORAR FOR UM PRIVILÉGIO, OCUPAR É UM DIREITO

Tatiana Diniz Lima¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a ocupação de propriedades privadas em grandes centros urbanos. Tendo como premissas o processo de gentrificação, a sustentabilidade ambiental e o direito legítimo de postular o direito à moradia

Palavras-chave: Direito à moradia. Propriedade privada. Ocupações urbanas

Introdução:

O debate sobre a propriedade privada no Brasil e o problema fundiário, sempre foram recorrentes. Segundo alguns pensadores, a própria ideia de Estado está atrelada diretamente à interação do homem através da propriedade. Porém, no caso do Brasil essa ocupação se fez de forma desigual. Vez que o objetivo da exploração das terras brasileiras era servir à Portugal seja através de bens ou de força de trabalho. Essa ocupação exploradora, sem a presença da distribuição equitativa da terra ou objetivando a preservação ambiental carregou consigo estigmas advindos da colonização, da tardia abolição da escravidão (1888) e da ingerência governamental devido a grande extensão geográfica do país.

Por outro lado, a normatização se deu objetivando a permanência dos proprietários e, sem a observância do princípio da função social da propriedade. Isso culminou em mais um instrumento que potencializa as desigualdades sociais previamente estabelecidas sem se atentar para as condições socioambientais. Em síntese boa síntese Pedro Ramos informa:

“ a interferência das condições naturais ou de elementos não-controláveis pelo homem pode causar tanto empobrecimento quanto enriquecimento "injustos", e dizem respeito à rigidez do ciclo produtivo, à territorialidade da produção (locais apropriados), à sazonalidade, aos excessos e insuficiências das colheitas etc. Tais especificidades lembram a análise fisiocrática e explicam a menor agregação de valor ou a diferença entre tempo de produção e de trabalho apontada por Marx”(RAMOS, PEDRO:2001)

Este trabalho objetiva contrapor a distribuição de terras com a normatização do Direito à propriedade, trazendo a baila marcos históricos promovendo um breve diálogo entre o processo de ocupação de terras e as normas atinentes à propriedade privada, através de análise bibliográfica. Com o fulcro de contrapor esses marcos com o acúmulo de terras e, ainda que brevemente, alguns fatores históricos, referentes à gestão fundiária no Brasil.

Primeiramente há que se considerar é o direito de propriedade sendo um dos pilares do sistema capitalista, mas também um direito social. Porém, o exercício desse direito é norteado pelo princípio função social da propriedade.

Sabe-se que considerando o processo histórico brasileiro a propriedade privada vem sustentando o acúmulo de riquezas e desigualdades sociais. Com base nisso a ação dos movimentos sociais se mostram um instrumento eficaz para diagnosticar a deficiência de políticas públicas eficientes. Até pelo fato de que esses movimentos em geral, são independentes de processos assistencialistas. Ou seja, eles se organizam na ação direta para ocupar, resistir e permanecer na posse do espaço ocupado.

A violência e a exclusão social guardam um estreito vínculo, fazendo com as pessoas aceitem silenciosamente a realidade atual como normal. Sendo assim, a dinâmica previamente estabelecida norteada por interesses heteronormativos e patriarcais brancos repercutiu nas cidades e nas relações econômicas ali existentes.

Levando tudo em consideração, passo a análise da função social da propriedade. Já que uma das razões para que estes movimentos permaneçam nas propriedades ocupadas é o descumprimento desse princípio. Elencado na Constituição, impõe uma conduta positiva do proprietário, para que efetivamente exerça o seu direito, ou seja, que proprietário de fato seja proprietário, que dê destinação adequada ao seu bem.

O debate em torno da questão habitacional e reivindicação dos movimentos sociais pró-moradia alcançam destaque a partir de 1989 com a articulação da União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) que a partir da mobilização coletiva teve como principal conquista a promulgação da Lei 11.124/2005 e seus desdobramentos até as atuais políticas públicas envolvendo a questão.

¹ Tatiana Diniz Lima, professora da UEMG no curso de pós-graduação de engenharia e segurança do trabalho e aluna do curso de mestrado PIPAUS/UFESJ.

Atualmente, os movimentos sociais continuam exercendo reivindicação e pressionando o poder público, buscando participar ativamente do processo decisório, como vemos entre os Movimentos de Trabalhadores sem Teto que atuam pulverizados regionalmente.

Por fim, ressalto que para essa apresentação darei especial destaque a ocupação Dandara e o Espaço Cultural Luiz Estrela.

A ocupação Dandara No dia 09 de abril de 2009 a ocupação Dandara surgiu como uma ação coletiva das Brigadas Populares, do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e do Fórum de Moradia do Barreiro, que organizaram junto a um grupo de 150 famílias uma proposta de ocupação rururbana, que articulasse as dimensões da moradia e da agricultura urbana e periurbana.

A luta da ocupação Dandara se deu em torno do acesso à terra, à legitimidade da ocupação, à construção de laços sociais e à apropriação coletiva do espaço como fator central no processo de implementação da Agricultura Urbana e Periurbana –tanto na escala de hortas nos quintais das residências, ao cultivo de diferentes alimentos em áreas de uso e acesso comunitário. Hoje a comunidade é absolutamente consolidada e reconhecida pela cidade e luta pela titulação definitiva da terra e pelas políticas públicas que garantam a efetivação desse projeto coletivo.

Por outro lado o Espaço Comum Luiz Estrela foi construído por volta de 1914 e faz parte do complexo arquitetônico de Belo Horizonte. E, tendo por volta de 100(cem) anos foi construído para ser um hospital militar. Sendo que na época o ex presidente JK foi médico no referido hospital. Há quem diga que sua proeminencia na política se deu em virtude do socorro a um parlamentar. Para lembrar esse momento o espaço ainda tem uma foto de JK a fim de lembrar o marco histórico. E também porque o casarão conserva aspectos espirituais. Certa vez, inclusive houve a entrega de um envelope por um entregador de uma carta psicografada pelo JK informando que apoiava o espaço e a juventude ocupacionista. Já que o plano inicial do Estado era fazer um memorial do JK. A referida carta foi juntada ao processo judicial que legitimou a permanência dos ocupantes através da cessão de uso.

Sem pretensões habitacionais, o espaço objetiva atender a comunidade trazendo, de forma gratuita, oficinas e entretenimento. Com isso traz à tona novas narrativas e significados dentro da história de Belo Horizonte. E após disputa judicial o coletivo ganhou o direito de cessão de uso do espaço por vinte anos.

Sendo assim, considerando todo o fator histórico relatado a o exercício da cidadania através de um movimento de reivindicação para a concretização de Direitos postulados. Entende-se que as ocupações urbanas são movimentos legítimos que devem ser lidos como exercício da democracia e não como violadores da lei.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, entendo que o trabalho exposto se relaciona com a proposta apresentada pelo professor Adilson no tocante a temática artista. No entendimento econômico e de acesso à direitos entendo que este trabalho se relaciona com o trabalho desenvolvido pelo professor Glauco. E, por fim, com a tentativa de tornar público e na tentativa de debate entendo que seria relevante as contribuições dialéticas trazidas pelo professor Paulo Caetano.

Destaco que esse entrelaçamento é demasiadamente evidente e precipitado. Vez que na produção do conhecimento ocorrido tanto no seminário quanto nos encontros do GTRANS percebo atravessamentos inesperados e que contribuem efetivamente para a produção e amadurecimento da minha pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, C. Capitánias hereditárias. In: ABREU, C. Capítulos da história colonial [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. pp. 32-39.
- BARRETO, A. Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história antiga. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais, Fundação João Pinheiro, 1996.
- BONAVIDES, P. A evolução constitucional do Brasil. Estudos Avançados, v. 14, n. 40, p. 153–176, 2000.
- BRASIL. [Constituição (1824)]. Constituição Política do Império do Brazil. Rio de Janeiro: Império do Brasil, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 4 abr. 2021.
- BRASIL. Lei n o 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro, [1850]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em: 4 abr. 2021.
- BRASIL Lei n o 10.257, de 10 de julho de 2001 Regulamenta os arts. 182 e 183 da

Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 4 abr. 2021.

BRASIL. Lei n o 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização [...]. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2009.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm. Acesso em: 11 abr. 2021.

BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. Gross Domestic Product (GDP): News Release. [Washington, DC: BEA, s.d.]. Disponível em: <http://www.bea.gov/newsreleases/national/gdp/gdpnewsrelease.htm>. Acesso em: 11 abr. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. Modernização frustrada: a política de terras do Império. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.1, n.1, p. 39-57, mar., 1981.

COMUNIDADE Dandara: 10 anos de lutas: da lona à alvenaria, o povo guerreiro conquistou moradia. Brigadas Populares. [S.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/viva-os-10-anos-da-comunidade-dandara-em-belo-horizonte-%E2%AD%90%E2%AD%90%E2%AD%90/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

CORPORAÇÃO DE OFÍCIO DE ARQUITETURA E URBANISMO. Comunidade Dandara. Belo Horizonte: COAU, [s.d.]. Disponível em: <https://www.coau.com.br/portfolio/comunidade-dandara/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas: 2 volumes. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco/Ministério das Relações Exteriores, 1965-1971. p. 19.

COSTA, S. A. P.; TEIXEIRA, M. C. V.; SALGADO, M.; NETTO, M. M. G. An investigation of the urban form in Minas Gerais, Brazil. Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, v. 12, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20200095>. Acesso em: 4 abr. 2021.

DELSON, R. M. Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no

século XVIII. Brasília: Alva; CIORD, 1979.

DENALDI, Rosana; FERRARA, Luciana Nicolau. The environmental dimension of slum upgrading. *Ambiente e Sociedade*, São Paulo, v. 21, 2018 . Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-

753X2018000100315&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 abr. 2021.

DINIZ, Luciano dos Santos; SILVA, Cibelle Paula Batista da. Reestruturação estratégica e gentrificação em Belo Horizonte: novo cenário, velhas medidas. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, v. 11, 2019. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-

33692019000100222&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 abr. 2021.

DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*.

Petrópolis: Vozes, 2000.

FELIPPE, M. F.; MAGALHÃES JUNIOR, A. P. Espacialização e classificação de topo como zonas preferenciais de recarga natural de aquíferos: o caso de Belo Horizonte-MG. *Geografias*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, jan.-jun., p. 67-82, 2009.

FELLET, J. Minha Casa, Minha Vida piorou cidades e alimentou especulação

imobiliária, diz ex-secretária do governo Lula. Entrevistada: Ermínia Maricato. *BBC*

News Brasil, São Paulo, 4 jun. 2018. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44205520>. Acesso em: 11 abr. 2021.

FERNANDES, E. Reforma urbana e reforma jurídica no Brasil: duas questões para reflexão. In: COSTA, G. M.; MENDONÇA, J. (orgs.). *Planejamento urbano no Brasil: trajetória e perspectivas*. Belo Horizonte, 2008. p. 123-135.

FORMAN, S. 2. Além da casa-grande e da senzala. In: FORMAN, S. *Camponeses: sua participação no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 32-51.

FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*.

Tradução de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

GOMES, L. J. M. As duas Belo Horizonte: a colonial e a republicana. Belo Horizonte: Comissão Construtora da Nova capital, 1895.

GRAMSCI, Antonio. Note sul Machiavelli, sulla política e sullo Stato moderno. Torino: Einaudi, 1949.

HARVEY, D. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, D. Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution. Londres: Verso, 2012.

HARVEY, D.; SLAVOJ, Ž.; ALI, T. Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas. Cadernos de Ética e Filosofia Política, v. 0, n. 19, p. 267–270, 2011.

JAYME, Juliana Gonzaga; TREVISAN, Eveline. Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte. Civitas - Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 359-377, ago. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892012000200359&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 abr. 2021.

LIMA JUNIOR, A. As primeiras vilas do ouro. Belo Horizonte: Santa Maria, 1962.

LOPES, J. R. B. Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano- industrial no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

MACHADO, B.; OELZE, F.; LOPES, O. Vale mais que ouro em pó: uma breve história da ocupação Dandara. In: CANETTIERI, T.; PAOLINELLI, M. S.; CAMPOS, C.;

VELLOSO, R. Não são só quatro paredes e um teto: uma década de luta nas ocupações urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte: Editora Escola de Arquitetura da UFMG, 2020. p. 81-98.

MALDONADO TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e decolonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa;

MENESES, Maria Paula (orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009. p.

337-382.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E. et al. (orgs.)
Cidades rebeldes. São Paulo, Boitempo, 2013.

MARQUES, A. L. M.; SORENTINO, I. S.; RODIRGUES, J. L.; MACHIN, R.;
OLIVEIRA, E.; COUTO, M. T. O impacto da COVID-19 em grupos marginalizados:
contribuições da interseccionalidade como perspectiva teórico-política. Scielo
Preprints, São Paulo, versão 1, 2021.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Guia para o mapeamento e caracterização de
assentamentos precários. Brasília, DF: O Ministério, 2010.

PANCETTI, Alessandra. Cidade planejada, cidade-global, cidade-modelo: qual é a
sua capital? ComCiência, Campinas, n. 118, 2010. Disponível em:

http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 abr. 2021.

PARA principais BCs do mundo, economia mundial se aproxima da recuperação.
Folha Online, São Paulo, 9 mar. 2009. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u531571.shtml>. Acesso em: 11 abr. 2021.

PINTO, M. Ouro Preto. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v. 11,
p. 691-714, 1907.

RAMOS, Pedro. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). Estudos
Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 141-156, dez. 2001. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 abril 2021.

RAPOSO, P. “Artivismo”: articulando dissidências, criando insurgências. Cadernos
de Arte e Antropologia [online], v. 4, n. 2, 2015. Disponível em:

<http://journals.openedition.org/cadernosaa/909>. Acesso em: 12 abr. 2021.

REIS, N. G. F. Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500/1720.
São Paulo: Pioneira; EDUSP, 1968.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da

desigualdade entre os homens. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, ago. 2014.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792014000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 abr. 2021.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Povos indígenas e o direito à terra na realidade

brasileira. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 133, p. 480-500, dez. 2018.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000300480&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 abr. 2021.

SILVA, L. O. Terras devolutas e latifúndio. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

VAINER, C. B. Pátria, Empresa e Mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. B. (eds.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos Petrópolis: Vozes, 2002. pp. 75-103.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WEHMANN, H. E.; LIMA, C. P. C. S. O direito a habitar a cidade: o reconhecimento da poética cotidiana como direito a cidade. In: Encontro Nacional da Pesquisa de Pós- graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 18., 2019. Anais [...]. Natal: Anpur, 2019.

ECOPOÉTICA PERFORMATIVA A PARTIR DA DANÇA DE CONGADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Competências específicas de arte para o Ensino Fundamental

Autor - Genilson Antonio Ferreira¹

RESUMO: A escolha pela Guarda de Congado de Dionísio - MG é uma forma de reafirmar meu compromisso fomentar trocas entre a academia e a cultura da qual faço parte, bem como registrar o interior de Minas a partir de uma abordagem artística/pedagógica para uso no ambiente escolar. Essa, portanto, foi uma escolha técnica para fomentar o interesse dos alunos em pesquisar, compreender e praticar uma tradição que, na maioria das vezes, passa despercebida pela maioria deles. Dessa forma, esta pesquisa encontra-se em diálogo com as competências e habilidades propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento oficial que legitima a importância dos estudos da cultura regional dos alunos por meio da disciplina Artes. Em confluência a esse fato, destacamos ainda que esta pesquisa se utiliza do conceito *ecopoética*, como forma de vislumbrar novas possibilidades da cena formação. Ainda nesse último capítulo, exploramos a ideia de Pro-duto Estético, proposto por Guillarduci, e embarcamos na proposta de Pereira acerca das aulas de artes como processo criativo. A perspectiva da *observação participante* tornou-se, inclusive, parte desta metodologia. Todavia, a prática desenvolvida por esta pesquisa não teve oportunidade de ser efetivamente testada em ambientes escolares. Ainda estamos vivendo uma pandemia e os protocolos de segurança advertem aglomerações neste momento. Mas o esboço de sua aplicação está pronto! Alguns ajustes, obviamente, precisarão ser feitos. Mas o momento é de celebrar a Ciência e Tecnologia produzidas e desenvolvidas pelas Universidades Federais brasileiras, mesmo sob forte ataque. Até aqui, sobrevivemos.

Introdução.

O processo escolar, em terras brasileiras, pode ser considerado um oásis. Por mais precária nos pareça a estrutura e a organização da escola brasileira, ela ainda é um lugar seguro para muitas de nossas crianças. A sistêmica desigualdade socioeconômica brasileira faz com que, mesmo com todos os seus problemas estruturais, a escola pública permaneça sendo um dos lugares mais seguros para as distintas infâncias brasileiras. Todo professor e toda professora do Ensino Fundamental, da Educação Básica Brasileira, deve ter consigo a ideia de que esta fase da vida de nossos alunos e alunas está completamente atrelada a uma educação sensorial, completamente aberta às descobertas do mundo tecnológico, mas atenta à busca, à

¹ Genilson Antonio Ferreira é Bacharel, Licenciado em Teatro e Mestre em Artes Cênicas pela UFSJ. Atualmente é estudante de doutorado pela UFRGS, membro colaborador do GTRANS onde em sua trajetória acadêmica na UFSJ atuou nos principais projetos do grupo. Professor da educação pública dos anos iniciais fundamental 1, 2 e ensino médio da rede Estadual de Minas Gerais e Rede Municipal de ensino da Prefeitura Municipal de São Gonçalo MG. Email: genilsonferreirateatral@gmail.com

descoberta e elaboração de si. Assim como mostra a tabela a seguir.

– Competências Específicas de Arte para o Ensino Fundamental.

| COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE ARTE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL |
|---|
| <p>1) Explorar, conhecer, fruir e analisar criticamente práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais brasileiras e de diversas sociedades, em distintos tempos e espaços, para reconhecer a arte como um fenômeno cultural, histórico, social e sensível a diferentes contextos e dialogar com as diversidades.</p> <p>2) Compreender as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, pelo cinema e pelo audiovisual, nas condições particulares de produção, na prática de cada linguagem e nas suas articulações.</p> <p>3) Pesquisar e conhecer distintas matrizes estéticas e culturais - especialmente aquelas manifestas na arte e nas culturas que constituem a identidade brasileira - sua tradição e manifestações contemporâneas, reelaborando-as nas criações em Arte.</p> <p>4) Experienciar a ludicidade, a percepção, a expressividade e a imaginação, ressignificando espaços da escola e de fora dela no âmbito da Arte.</p> <p>5) Mobilizar recursos tecnológicos como formas de registro, pesquisa e criação artística.</p> <p>6) Estabelecer relações entre arte, mídia, mercado e consumo, compreendendo, de forma crítica e problematizadora, modos de produção e de circulação da arte na sociedade.</p> <p>7) Problematizar questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais, por meio de exercícios, produções, intervenções e apresentações artísticas.</p> <p>8) Desenvolver a autonomia, a crítica, a autoria e o trabalho coletivo e colaborativo nas artes.</p> <p>9) Analisar e valorizar o patrimônio artístico nacional e internacional, material e imaterial, com suas histórias e diferentes visões de mundo.</p> |

Fonte: Coleção de Livros Didáticos “Por Toda Parte”, FTD, 2018.

Dessa forma, é a arte o meio capaz de evocar e confrontar a noção de tempo, espaço, história e sociedade através da mobilização dos contextos históricos que cada manifestação artística resguarda em si. Isso significa entender a arte como produto materializado da sociedade, ou seja, um resultado da interação humana com o meio transformando o objeto artístico em fonte para pesquisas e um outro caminho possível na busca por novas questões levantadas na contemporaneidade. A tarefa crítica inerente das artes, nesse caso, toma como base a capacidade de aprender com experiências por meio de propriedades estéticas que, quando trabalhadas, auxiliam na instauração e ampliação da visão e da noção do mundo a qual esse sujeito está inserido ou para onde será alocado.

A ideia de desdobrar as aulas de arte como um processo criativo se deve ao fato eminente da possibilidade do lido estético como efeito artístico, independentemente da natureza de tal manifestação artística. A principal observação dá-se no entendimento de que a arte – e portanto também os processos responsáveis pela materialização da obra de arte – não segue, ou não deveria seguir, a lógica de uma educação bancária. Isso porque tais processos sempre estarão voltados ao campo da experiência do sujeito infantil frente ao conteúdo lecionado, diferentemente do entendimento bancário, em que o processo educativo acontece em forma de depósitos mecânicos, acreditando ainda que seja o aluno uma lacuna vazia, à espera de um “depósito de conhecimento” com dia e hora marcados para ser executado. Desse modo, assim como seus processos,

a obra de arte não tem vínculo com a vontade humana por não ser um produto e por não depender do julgamento do espectador. Ela também não precisa de exposição, pois o olhar para a obra de arte deve se distanciar das relações estabelecidas entre objeto e consumidor, entre obra e espectador presentes nas vitrines, nos museus e nas bibliotecas. Como a obra de arte não é necessária, ela não precisa de exposição, apenas da ex-posição do artista. O homem, de forma geral, necessita acumular e expor suas produções (artísticas) e o melhor lugar para isso é o museu. Esse lugar que limita e prende a obra, mas que também possibilita que a arte vença a morte. (GUILARDUCI, 2016, p. 213)

A experiência da arte, no Ensino Fundamental, além de questionar o antigo *modus operandi*, reestrutura os componentes curriculares. A educação voltada à arte da presença, da edição, reprodução, sensações e sensibilidades por meio do corpo, cobra a centralidade do próprio fazer discente, realocando o mesmo ao protagonismo do processo ensino/aprendizagem. Como já ressaltado em nossa última citação, pensar um “pro-duto” estético pedagógico é entender que o interesse do educador, nesse caso, deve estar voltado para a resolução das tensões e contradições que comumente aparecem em meio aos processos críticos e pedagógicos vividos pelas crianças, associando, portanto, processo criativo e vida. Pois, conforme nos apontam Guillarduci *et al.* (2018, p. 96), ao dialogar com a historiadora Pesavento (2007), é precisamente esse protagonismo sensorial, acerca dos distintos processos imbricados na relação ensino/aprendizagem, que corrobora a noção de que é

[...] a partir da presença do indivíduo no centro do fazer educacional que a Educação das Sensibilidades busca retomar o conceito originário de Estética para inserir a experiência (*Erfahrung*), com suas sensibilidades e representações, dentro do universo escolar. Assim, as sensibilidades, e tudo o que elas acarretam no corpo, devem ser pensadas como capazes de “tornar presente uma ausência e produzir, pela força do pensamento, uma experiência sensível do acontecido” (PESAVENTO, 2007a, p. 14-15)

O teatro, nesse caso, passa a exercer um papel operacional e não mais ilustrativo, isto é, deixa um pouco de lado o caráter atribuído tradicionalmente ao teatro na escola, bastante conhecido por assegurar como produto final algum tipo de encenação, representação, performances e afins, passando a se alinhar à noção de experiência defendida por Walter Benjamin.

A expansão da dimensão da teatralidade tendo como aliada a noção de experiência benjaminiana oferece a ideia de questionar o papel da educação convencional conteudista. Através da experiência benjaminiana alcançamos a possibilidade de estabelecer uma cultura narrativa em que a experiência não se atrele à informação. A educação, nesse sentido, tem a possibilidade de se atrelar à infância, ou às infâncias brasileiras, à formação cidadã, por meio do conteúdo lecionado.

A infância brasileira, para muitas de nossas crianças, é caracterizada pela escravidão, pela exploração sexual e a violência doméstica. O Brasil ainda precisa vencer o tráfico de drogas, a gravidez na adolescência e a evasão escolar. Diante tamanha dificuldade contextual da educação brasileira, o teatro feito pelas crianças proletárias, descrito por Benjamin, é ainda um trajeto para a inversão dos papéis sociais estabelecidos pela educação formal. Quando de perto, no reparar atento, podemos perceber como crianças, jovens e adolescentes ensinam e educam a nós, os educadores.

1.0 Exercícios corporais a partir dos movimentos do Dançante na Guarda de Congado.

Exercício I.

| | |
|---------------------------|--|
| Exercício de aquecimento: | Explorando movimentos pelo espaço/tempo. |
| Faixa etária: | Dos 11 aos 15 anos. |
| Público alvo: | Estudante de Ensino Fundamental II. |

Autoria: Grupo Raízes Contemporâneas do Congado, 2020.

Regra 1 - O aluno deverá se posicionar pelo espaço dado, como sala de aula, quadras poliesportivas, pátio, gramado e/ou qualquer espaço, ainda que alternativo, da escola. O professor deverá pedir a seus alunos e alunas para:

- 1) Explorarem o espaço que estão ocupando.
- 2) Caminharem livremente pelo espaço.
- 3) Que esse caminhar contemple movimentos lentos, médios e rápidos.

Dica: Peça aos seus alunos e alunas para que escolham um lugar. A partir desse espaço, peça-os para começarem a explorar o máximo de possibilidades de movimentos nesse espaço.

Regra 2 - Após escolher o seu espaço, o aluno deverá realizar uma sequência de movimentos de alongamentos, a partir dos movimentos corporais realizados pelo personagem do Congado, o “Dançante”. Os movimentos dessa dança propõem que os movimentos encontrados, produzidos pelos corpos dos dançantes, trabalhem mais intensamente as partes inferiores, como as pernas, os joelhos e os pés. A região do tronco e a coluna vertebral, nesse momento, possuem uma movimentação mais livre e fluída.

Regra 3 - Neste exercício o professor deverá desenvolver alongamentos de pernas, joelhos e pés. A parte superior do tronco e a coluna vertebral devem trabalhar exercícios de alongamentos que auxiliem a movimentação do tronco, dos braços, do tórax, da cabeça e da coluna vertebral.

Regra 4 - Realizar uma sequência de exercícios voltada ao aquecimento da parte inferior dos corpos dos alunos e alunas:

1.1 Alongamento corporal da parte inferior

Exercício II.

| | |
|---------------------------|---------------------------------------|
| Exercício de alongamento: | Conhecendo o corpo pelo espaço/tempo. |
| Faixa etária: | Dos 11 aos 15 anos. |
| Público alvo: | Estudante de Ensino Fundamental II. |

Autoria: Grupo Raízes Contemporâneas do Congado, 2020.

- 1) **Músculos coxofemorais:** Com a coluna vertebral eretas e as pernas juntas, dobre uma das pernas para trás segurando o pé por aproximadamente 1 minuto, repita essa sequência com a outra perna. Se for necessário, se apoie em uma parede ou busque um equilíbrio a partir do centro do seu corpo.
- 2) **Músculos atrás da coxa:** Com as pernas ligeiramente abertas, dobre o corpo para a frente, como se você quisesse tocar com os dedos de sua mão a ponta do seu pé! Mantenha-se na posição por pelo menos um minuto.
- 3) **Panturrilha:** Estique uma perna, mantendo apenas o calcanhar no chão e tente tocá-lo com as mãos. Mantenha a posição durante 1 minuto e repita com a outra perna.
- 4) **Parte externa da coxa:** Sente-se no chão, com as pernas esticadas, e mantenha costas ereta. Depois dobre uma das pernas, cruze essa perna por cima da outra. Faça uma ligeira pressão com uma das mãos no joelho, empurrando-o para o lado contrário da perna que está dobrada. Mantenha a posição entre 30 segundos a 1 minuto e depois repita com a outra perna.
- 5) **Parte interna da coxa:** Fique agachado, com as pernas juntas, e depois estique uma das pernas para o lado. Mantendo as costas ereta, fique nessa posição de 30 segundos a 1 minuto e depois faça o mesmo alongamento com a outra perna.
- 6) Realize uma sequência de exercícios de alongamento da parte inferior dos corpos dos alunos.

1.2 Alongamento corporal da parte superior

Tabela 5 – Exercício III.

| | |
|---------------------------|---------------------------------------|
| Exercício de alongamento: | Conhecendo o corpo pelo espaço/tempo. |
| Faixa etária: | Dos 11 aos 15 anos. |
| Público alvo: | Estudante de Ensino Fundamental II. |

Autoria: Grupo Raízes Contemporâneas do Congado, 2020.

1) Rotação de pescoço: Comece girando o pescoço de uma maneira lenta, mantendo o queixo um pouco elevado para isolar o músculo, por aproximadamente 1 minuto. Deixe o próprio peso da cabeça ir para a esquerda, a mão da direita puxa a cabeça em direção ao ombro direito por aproximadamente 1 minuto. O movimento deve se repetir no lado oposto.

2) Antebraço: O extensor do antebraço. Comece empurrando o ombro e as costas para baixo. Em seguida, gire o seu ombro para fora para entrar na posição ideal para esticar o músculo do antebraço. Coloque pressão sobre a sua mão oposta para iniciar o alongamento.

3) Flexão vertical: Músculo a ser trabalhado: trapézio. Fique em pé com os pés juntos. Certifique-se de que sua coluna vertebral esteja prolongada e lentamente sente os quadris para trás, empurrando o queixo para o peito ao mesmo tempo. Fique nessa posição por aproximadamente 1 minuto. Músculos trabalhados: grande dorsal. Comece apertando firme em um apoio e lentamente levantando os pés do chão. No caso de você tirar totalmente os pés do chão, você vai sentir a tração em sua coluna lombar. Se tiver sofrido recentemente uma lesão ou impacto no ombro, não execute esse exercício.

4) Lateral alongada: Trabalhe a grande dorsal. Coloque as duas mãos no canto de uma parede ou a imagine em sua frente. Mantendo a coluna prolongada, empurre os quadris para o lado de forma lenta.

5) Alongamento de pescoço: Pés afastados na altura dos ombros, costas retas: Passe o braço esquerdo por trás das costas e segure-o pelo pulso com a mão direita. Para alongar, puxe lentamente para a direita e segure por 15 segundos, enquanto continua a praticar a respiração abdominal. Para acentuar o alongamento sem se machucar, incline a cabeça para a direita, novamente por 15 segundos. Repita o alongamento de 2 a 3 vezes para cada lado.

Após essa sequência de alongamentos, o aluno dará início ao exercício trabalhando com pequenas movimentações do dançante do Congado.

1.3 Níveis e intensidade

Tabela 6 – Exercício V.

| | |
|----------------------|---|
| Exercício de físico: | Explorando os níveis, com o corpo, pelo espaço. |
| Faixa etária: | Dos 11 aos 15 anos. |
| Público alvo: | Estudante de Ensino Fundamental II. |

Autoria: Grupo Raízes Contemporâneas do Congado, 2020.

1) Movimento no espaço, trabalhando com níveis: O aluno deve explorar três tipos de níveis espaciais: nível alto, nível médio e nível baixo.

2) **Nível baixo:** Deve ser explorado com movimentos mais voltados ao solo. Os alunos devem variar a velocidade de seus movimentos, mas de forma alternada, (movimentos leves, médios e rápidos). Essa mesma regra será aplicada para os outros níveis. É importante que o professor possa observar como cada aluno está explorando seu pequeno território espacial. Em seguida o professor poderá mudar os alunos de seus espaços já constituídos. Essa mudança pode ocorrer através de uma troca entre alunos e/ou seus respectivos lugares. O próprio professor pode escolher um novo espaço e sugeri-lo para que seu aluno possa explorá-lo.

1.4 Etapa II: criação coletiva, corpos em movimento

Tabela 7 – Exercício VI.

| | |
|---------------------|-------------------------------------|
| Exercício criativo: | Expondo corpos e(m) movimento. |
| Faixa etária: | Dos 11 aos 15 anos. |
| Público alvo: | Estudante de Ensino Fundamental II. |

Autoria: Grupo Raízes Contemporâneas do Congado, 2020.

Após o treinamento proposto, comece a experimentação de movimentos corporais, explorando os níveis e o espaço pessoal de cada estudante. Esse exercício é propício para que professores e professoras possam trabalhar movimentos coletivos, e que os alunos possam explorar esses mesmos movimentos utilizando os três níveis de movimentação. As crianças devem se deslocar mantendo o movimento corporal produzido em seu espaço, lembrando-se sempre que o centro é o que sustenta toda a ação. É importante levarmos em consideração o espaço utilizado para a aplicação dessa prática corporal (pátio, quadra, sala de aula, espaços alternativos da escola). Quando os alunos estiverem no centro, o professor deverá pedir que os movimentos coletivos produzidos por eles possam alterar os níveis e velocidade de movimento. Depois de dividir os alunos em grupos, cada grupo deve escolher uma trilha musical e um espaço para apresentar uma movimentação corporal coletiva com a duração de 2 a 3 minutos.

2.0 Aplicação ecopoética (metodológica)

No que tange à investigação metodológica e didática desta pesquisa, é a construção de novas possibilidades da *cena formação*, conceito este fruto de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo Transdisciplinar de Pesquisa em Artes e Sustentabilidade da UFSJ. Posto isso, o corpo em situação de representação presente nas danças de Congado de Dionísio MG nos permitiu um desenvolvimento dos exercícios corporais acima mencionados, reafirmando a importância dos estudos afro-brasileiros na Escola pública Brasileira. Tal premissa é afirmada pela criação e implementação da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003).

A Lei ainda é muito diferente da lida. Ainda precisamos encontrar formas e maneiras eficazes para o ensino prático de reminiscências da cultura afro-brasileira e africana. Essa proposta metodológica foi, inicialmente, pensada para ser aplicada em quatro aulas, preferencialmente no mês de novembro, em que

tradicionalmente ocorre a Semana da Consciência Negra. Esse também é o momento ideal para propormos o reconhecimento histórico, cultural e intelectual dos povos negros e de suas culturas, tradições e reminiscências.

A aplicação metodológica dessa pesquisa era para ocorrer por meio da Rede Pública de Minas Gerais. Por conta do estado de pandemia, não foi possível sua aplicação nas escolas. As mesmas foram fechadas e tiveram suas aulas suspensas por medida de segurança, adotada pelo governo. O registro prático desta pesquisa tornou-se possível por meio de nosso grupo de trabalho “Raízes Contemporâneas do Congado”. A elaboração desta dissertação seguiu todos protocolos de segurança, estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde. Desta forma, a aplicação metodológica, aqui proposta, é direcionada aos professores e professoras de arte, para ser aplicada após o período de pandemia. Esperamos contribuir com o trabalho docente de artes, mais especificamente ao ensino da prática de cultura popular. A seguir a aplicação da Eco-poética (metodológica) a partir da dança de Congado de Dionísio, em Minas Gerais.

2.1 Aula 1 – Descobrimos a história e as tradições populares locais

A carga horária da disciplina de artes no ensino fundamental é apenas de 50 minutos por semana, sendo aconselhável que o professor desenvolva um plano pessoal para apresentar o conteúdo teórico e introdutório da prática da cultura popular regional pesquisada. De forma resumida, cabe dizer ainda que infelizmente a disciplina de Artes ainda é tida como parte inferior do currículo da educação básica. Esta premissa pode ser observada a partir do momento que compreendemos que grande parte da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) fica a cargo da disciplina de História.

O docente, nesse caso, deve mostrar, desde a primeira aula, os aspectos socioculturais da cultura popular a ser praticada pelo aluno. É de suma importância que, já nesse primeiro encontro, aconteça a valorização e o reconhecimento da cultura popular local. Devido ao pouco tempo de aula que a disciplina desfruta, cabe ainda ao professor solicitar ao aluno uma tarefa de casa, como complementação da carga horária. A tarefa deve se basear na noção de trabalho de campo, para que o aluno comece a dialogar com a parte prática dessa empreitada.

O trabalho de campo deve estar pautado no método da pesquisa “observação participante”. Esse método foi proposto pela pesquisadora e professora PhD Maria Amélia Matos, do departamento de psicologia da Universidade de São Paulo. Nessa investigação alunos e alunas são submetidos a protocolos de observação que, segundo Maria Amélia, podem ser como uma prática em que a

observação é a folha onde o observador registra os dados coletados. Um protocolo contém uma série de itens, que abrangem as informações relevantes para a análise de comportamentos. Uma das habilidades requeridas do observador é preencher corretamente esses itens. Apresentamos a seguir um modelo de protocolo:

PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO:

1- NOME DO OBSERVADOR. 2- OBJETIVO DA OBSERVAÇÃO. 3- DATA DA OBSERVAÇÃO. 4- HORÁRIO DA OBSERVAÇÃO. 5- DIAGRAMA DA SITUAÇÃO. 6- RELATO DO SUJEITO OBSERVADO. 8- RELATO DO AMBIENTE SOCIAL. 9- TÉCNICA DE REGISTRO UTILIZADA. 10- REGISTRO PROPRIAMENTE DITO.

Os itens deste protocolo estão relacionados basicamente a três conjuntos de informações, a saber:

1) Os itens 1 e 2 referem-se à *identificação geral*.

2) Os itens 3 a 8 referem-se à *identificação das condições em que a observação ocorre*. Este conjunto inclui especificações com relação a “quando” e “onde” a observação foi realizada e “quem” foi observado.

3) Os itens 9 e 10 referem-se ao registro de comportamentos e circunstâncias ambientais. Esse conjunto inclui informações sobre “como” a observação foi realizada, isto é, a técnica de registros, e informações sobre “o que” foi observado, isto é, o registro propriamente dito. (MATOS, 1990, p. 40)

O modelo proposto de protocolo de observação, anexado a este trabalho, ajuda os alunos a descreverem os movimentos, primeiramente encontrados, identificados e produzidos pelos corpos dos congadeiros em situação de representação ou em situação cotidiana. A situação cotidiana, nesse caso, pode ser compreendida como os momentos em que eles cantam, dançam, falam e manipulam objetos. Serve ainda para identificar ações físicas ou frases de movimentos que despontam nos corpos dos mesmos.

2.2 Aula 2 e Aula 3 – Eco-Descobertas: um corpo que sistematiza

Depois de ter dado o primeiro passo, a elaboração do protocolo de observação, os alunos deverão trazer para a sala de aula o que encontraram em suas observações. É importante que o material encontrado, relacionado à dança de Congado, esteja referenciada e seja realizada durante a pesquisa de campo. Aconselhamos que o professor faça, já nos primeiros minutos da aula, uma roda de conversa. Esse mecanismo de sociabilidade serve para que todos os envolvidos e envolvidas possam ouvir a apresentação individual do protocolo de observação, realizada por cada aluno. Em seguida o professor deverá pedir que os alunos formem grupos, levando em consideração a possibilidade de convívios entre as pessoas que irão compor cada grupo. Um detalhe cênico, mas de extrema relevância: o professor deverá observar e ressaltar as características físicas de cada personagem que compõe a guarda. As observações, acerca das características da guarda, realizadas pelo professor, propiciará aos alunos um imaginário imagético das figuras que serão desempenhadas durante este exercício.

O exercício proposto para essa segunda aula deverá levar em consideração o exercício desenvolvido pelo grupo de trabalho “Raízes Contemporâneas do Congado”, descrito nessa dissertação e catalogado como “Figura 11 - Montagem I”. A prática apresentada propõe uma sequência de exercícios, como alongamento, relaxamento, conhecimento do espaço escolar, além de movimentações corporais, a partir da dança de Congado. Deve-se utilizar os três níveis (baixo, médio e alto) em toda a sequência de exercícios.

A terceira parte desse exercício e, talvez a mais delicada, diz respeito ao incentivo no que tange o trabalho em grupo. A coletividade, nesse caso, deve ser explorada na tessitura dos movimentos corporais, produzidos inicialmente sozinhos pelos alunos e, num segundo momento, realizadas de forma coletiva, a fim de utilizar inclusive as músicas produzidas pela Guarda de Congado. Com base em seu protocolo de

observação, o aluno deverá sistematizar os movimentos corporais, encontrados a partir de sua *eco* (casa/corpo). O exercício pedagógico, nesse caso, se efetiva pela busca de uma poética autoral, uma *práxis* consciente, uma cena formação a partir da dança pesquisada.

3.0 Aula 4 – Eco(Poéticas): Cena formação.

Esta aula toma como objetivo a aplicação experimental e artística dos alunos a partir dos corpos observados. Os exercícios desenvolvidos nas aulas anteriores são os meios que permitiram que esta etapa acontecesse. A “observação participativa” e a sistematização dos movimentos foram os meios de produção dessa cena formação, cujo processo constituinte é uma possibilidade de novos processos criativos como metodologia para as artes da cena, fortalecendo a importância da prática em cultura popular regional, uma vez que as mesmas estão devidamente registradas como habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Vale ressaltar que a mostra desse processo criativo será dividido e apresentado em três etapas:

1- Organização do local e demonstração prática: Esta etapa é fundamental para que os alunos possam se apropriar do espaço escolar. Os alunos deverão levar para essa aula os elementos constitutivos da cena, tais como: figurino, indumentária e um relato escrito das ideias para a organização do cenário no espaço que forem utilizar. Caso a cena formação faça uso de sonoplastia mecânica, será necessária uma autorização para utilizar os equipamentos fornecidos pela própria escola, como aparelho de som, microfone, caixa amplificada de som e, até mesmo, instrumentos musicais. Como nossa proposição artística está embasada na tradição local e nos saberes populares, é importante que seus elementos permaneçam em seus cotidianos. Dessa forma, cada grupo terá que escolher um espaço físico na escola para realizar sua experimentação ecopoética.

Devemos trabalhar, nesta etapa, a autonomia e o poder de escolhas de alunos e alunas na disciplina de Artes, especificamente neste exercício. A avaliação desse processo criativo deve se manter focada no objeto de pesquisa desenvolvido, com base na sistematização e na observação participativa. Dessa forma, é importante ressaltarmos também que o professor ou a professora deve lembrar-se que esta etapa também será uma avaliação teórica, embora de natureza prática. Esta também é uma oportunidade para imprimir algumas mudanças em nossas aulas. Grande parte das escolas estaduais de Minas Gerais, utilizam a avaliação teórica como o único meio de avaliar o processo ensino/aprendizagem de alunos e alunas. Que tal mudarmos?

2- A Cena formação, demonstração da prática de cultura popular: Cada grupo terá um tempo de cinco minutos a dez minutos para demonstração da prática cultural popular que escolheu. Tendo em vista o curto tempo de duração das aulas de artes, é preciso saber calcular bem o tempo de cada apresentação para que todos os grupos possam se apresentar. Nesta etapa os alunos e alunas devem utilizar os aspectos teatrais, como criação de personagens e fatores de espaço/tempo relacionados à composição da própria cena apresentada. O que o docente deve esperar dos alunos e alunas é que eles assimilem o processo de criação dos personagens como elementos constitutivos da cena e, em certa instância, da história em si. Os protocolos de observação, feitos no início deste processo, a partir do corpo em situação de representação na

dança de Congado, devem estar refletidos com a produção cênica apresentada.

3- Reflexão do processo criativo da cena formação: A proposição desta atividade reflexiva é uma troca mútua sobre o processo criativo que eles acabaram de experienciar. Os alunos, divididos em grupos, terão representantes para representar seus grupos. O representante de um grupo terá de elaborar uma pergunta e direcioná-la a outro grupo. A pergunta deve manter relação direta com o processo de construção da cena formação. Esta etapa é de extrema importância, pois propicia aos alunos uma formação diversificada, elemento fundamental na construção metodológica na área das artes da cena.

A sequência de treinamento proposta neste capítulo está de acordo com as habilidades e competências curriculares propostas pela BNCC, a serem trabalhadas pelo professor de Artes do Ensino Fundamental da Educação Básica. Este capítulo se lança ainda a realizar uma abordagem artístico/pedagógica a partir de uma *ecopoética*, a fim de alcançar o que podemos chamar de *cena formação*. A construção metodológica seguiu o pressuposto de ser possível o ensino de uma prática de cultura popular, tendo como objeto de pesquisa a dança de Congado de Dionísio - MG, durante aulas de artes na Educação Básica.

A proposta de trabalho conjunto a partir desta pesquisa, dialoga com a pesquisa, *Ecopoética* artista: performance transmídia social e climaticamente engajada apresentadas no Seminário Gtrans 2021, pelo professor Adilson Siqueira, cujo apresenta os trabalhos realizados no seu grupo de pesquisa Laboratório de Ecopoéticas, onde o sub núcleo de pesquisa NAST está inserido. Essa proposta trazida por mim poderá ser trabalhada dentro de espaços não formais de educação cujo programa de extensão universitária NAST poderá ser uma via de aplicação desta proposta metodológica.

CONCLUSÃO: Abordagem *ecopoética* e pedagógica do Congado em Dionísio - MG, foi minha hipótese desta pesquisa no mestrado, ao propor uma metodologia de ensino da prática de cultura popular na educação básica. Tal proposição se encontra pautada em minha experiência enquanto professor de Artes da Rede Estadual de Educação e Ensino de Minas Gerais. Percebi uma dificuldade explícita em desenvolver uma prática de ensino voltada a contemplar as culturas populares não hegemônicas no contexto escolar ou de escolarização. Isso ocorre justamente devido ao distanciamento de alunas e alunos da sua cultura regional, ou seja, das práticas culturais que se desenvolvem mais próximas a sua realidade. Desta forma, escolhemos o Congado para nosso estudo por se configurar como uma atividade cultural capaz de abarcar uma maior representatividade no que tange à cultura popular de nossa região de Dionísio. Na área da educacional propomos um diálogo entre o trabalho pedagógico, pautado em Walter Benjamin, além de outros autores voltados aos estudos teatrais como Eugenio Barba, Laban, Guillarduci e Siqueira. Nessa direção, a noção de *experiência* benjaminiana nos permite propor ao aluno uma vivência experimental a partir da prática da cultura popular pesquisada.

Outro conceito pesquisado em minha dissertação é *ecopoética*, estudo que vem sendo realizada por mim enquanto ator/pesquisador ao longo de toda minha graduação no Grupo Transdisciplinar de Pesquisa em Artes, Culturas e Sustentabilidade (GTRANS). Assim sendo, também realizo neste trabalho uma

investigação no conceito da “corporeidade ecopoética” que, segundo o professor Siqueira (2015), “é a forma como eu organizo minha corporeidade e meio através do qual eu me relaciono com o meio ambiente” do mesmo modo que o professor age em sala de aula, propiciando e elaborando “casas”/ “ecos”, lugares possíveis para atrair, despertar e desenvolver propostas artísticas que perpassam os muros da escola.

Para sustentar a participação da natureza na mesma [na escola] e, lançando mão do conceito de subjetividade para afirmar que enquanto ser vivo, o meu corpo, o seu corpo e o corpo impregnado de matrizes africanas que pretendemos estudar, se organizar e a forma que me relaciono com o cotidiano meio ambiente que vivo, contribui para a organização de minha corporeidade, desde uma perspectiva ecopoética, o que denominamos no Movére como Corporeidade Ecopoética. (SIQUEIRA, 2015)

A poética desse estudo está pautada nos meios de produção adotados na construção dessa metodologia de ensino, baseando-se nas relações aluno-professor e aluno-professor-comunidade. A comunidade aqui referida é formada pelos grupos de cultura popular regional utilizados nesta pesquisa. Desta forma, acreditamos ser possível um processo artístico-pedagógico em meio à cena formação pautada nos princípios da dança de Congado, sendo, portanto, possível uma reflexão mais amadurecida por meio da prática de cultura popular na disciplina de Artes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2003.

BRASIL. Lei 13.278/16, de 2 de maio de 2016. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2016.

FERREIRA, Genilson Antonio. **CORPO, CULTURA E EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM ECOPOÉTICA (METODOLÓGICA) DA DANÇA DE CONGADO EM DIONÍSIO – MG**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas) – Universidade Federal de São João del-Rei, p.121. São João del-Rei, 2020.

GUILARDUCI, Cláudio. Elucubrações de um Espectador: Crítica ao Ensaio Aberto de Potestad. In: Narciso Telles. (Org.). **Cena Contemporânea: Estudos de Encenação e Atuação (Em Potestade)**. 1ed. São Paulo: Paco Editorial, 2016, v., p. 210-225.

MATOS, M. A.; Danna, M. F. **Ensinando observação: Uma Introdução** (1ª ed.). São Paulo: Edicon. 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 11-23, 2007.

SIQUEIRA, Adilson Roberto. **Ecopoética e corporeidade: o lugar do corpo do ator dançarino na relação entre Artes e Sustentabilidade**. São João de Rei: 2015.

UTUARI, Solange dos Santos; DIMARCH, Fischer Bruno; KATER, Elias Carlos; FERRARI, Fernando Pascoal. **Por Toda Parte**. São Paulo. Editora FDT, 2018.